

**Entre Mim e Ti, Conosco o Que Há? A Relação
Clínica uma Experiência Limiar**

José Carlos Chaves Brazão

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

José Carlos Chaves Brazão

**Entre Mim e Ti, Conosco o Que Há? A Relação
Clínica uma Experiência Limiar**

Niterói
2008

José Carlos Chaves Brazão

Entre Mim e Ti, Conosco o Que Há? A Relação Clínica uma Experiência Limiar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de concentração: Clínica e Subjetividade

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira.

Niterói
2008

José Carlos Chaves Brazão

**Entre Mim e Ti, Conosco o Que Há? A Relação Clínica uma Experiência
Limiar**

Aprovada em 04 de Julho de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Cristina Mair Barros Rauter
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Roberto Godofredo Fabri
Universidade Federal Fluminense

A você que sempre esteve ao meu lado, mesmo que nem sempre presente.
Com amor.

AGRADECIMENTOS

Ao encontro com o orientador e parceiro Edu - por tudo que representou o processo desse trabalho.
Aos amigos que incansavelmente me ouviram.
Aos meus pacientes que sempre me incentivaram a ir adiante.
A todos aqueles que sempre acreditaram em mim.

RESUMO

Este trabalho é focado sobre os processos que produzem e/ou mantêm o vínculo na relação entre paciente e terapeuta e nas relações em geral. Estabelecemos debates com a etologia relativos aos processos formadores de território e aos modos como as relações são constituídas nesse domínio, extraindo analogias para pensarmos as relações humanas. Questionamos os ideais de linearidade e teleonomia presentes nas teorias ortodoxas da psicologia do desenvolvimento. Foram utilizados como base os trabalhos de Daniel Stern onde a experiência intersubjetiva e a emergência de perspectivas de organização da experiência, como os sentidos de si, se mostraram como as principais hipóteses de trabalho. Foram travadas discussões complementares sobre a experiência subjetiva com o tempo, desenvolvimento e evolução, linearidade e não linearidade do desenvolvimento, bom senso e senso comum, importância do "eu" na organização da experiência subjetiva e na experiência clínica, e primado do coletivo frente ao individual. Na clínica, propriamente, questionamos a utilização maciça do recurso verbal, pois desenvolvemos grande parte do trabalho sobre a experiência sensível que escapa à descrição linear da fala.

Palavras chave: **vínculo, intersubjetividade e sentidos de si.**

ABSTRACT

This work focus about the processes that produce and/or keep the bond at the relationship between patient and therapist and at the general relations. We brought up debates at the ethology concerning the processes that create the territory and how de relationships are organized at this kingdom, taking out analogies to thinking the human relationships. We question the ideals of linearity and teleonomy present at the orthodox theories, in the developmental psychology. We utilized the Daniel Stern's works for the theoretical basis and their concepts such as intersubjectivity experience and the emergence of the senses of self as the mainly hypothesis of work. We did complementary discussions about the temporal subjective experience, development and evolution, linear and non-linear development, good sense and common sense, relevance of the "self" at the organization of the subjective experience and at the clinical experience, and the primacy of the collectivity to the individual. At the clinical, we have questioned the massive utilization of the verbal resources, because most of this work were developed over the sensitive experience that escape to the linear description of the language.

Keywords: **Bond, intersubjectivity and senses of self.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?	17
1.1 - As relações em um plano comum.	17
1.2 - Fenômenos gregários – O que os produz?	21
1.2.1 - O vínculo.	21
1.2.2 – Vínculo de grupo.	23
1.3 – O primado do indivíduo frente ao coletivo. Tese e uma rápida crítica.	27
1.4 - O “vínculo” por contraponto.	32
1.4.1 – A Doutrina do Mundo Próprio e a Filosofia de Espinosa.	37
1.5 - E com gente, seria diferente?	39
1.5.1 - O amor e sua força vinculadora.	41
1.5.1.1 – O Amor como força coletiva.	44
1.6 - A experiência intersubjetiva como um vínculo.	46
 CAPÍTULO 2: Desconstruindo modelos.	54
2.1 - Desenvolvimento e Bom Senso.	54
2.2 - Evolução e Eu.	59
2.3 - Desenvolvimento e Senso Comum.	63
2.4 - O Clássico Modelo: Desenvolvimento Linear.	68
2.5 - O tempo na experiência clínica.	76
 CAPÍTULO 3: Stern e os <i>sensos de si</i>	84
3.1 - O quê se experimenta a dois?	84
3.2 - O Senso de um Si Emergente – <i>Sense of an Emergent Self</i>	90
3.3 - O Senso de um Si Nuclear - <i>The Sense of a core self</i>	100
3.4 - O Senso de um Si Subjetivo - <i>The Sense of a Subjective Self</i>	106
3.4.1 - Afinando os <i>ritmos vitais</i>	109
3.4.2 - Uma experiência clínica de compartilhar. Análise de um caso clínico, sob a ótica da experiência intersubjetiva.	117
3.5 - O Senso de um Eu Verbal – <i>The Sense of a Verbal Self</i>	124
3.5.1 - A linguagem como “espada de dois gumes”.	130

CAPÍTULO 4: Considerações Finais. -----137

BIBLIOGRAFIA -----146

INTRODUÇÃO

Durante uma disciplina do Mestrado, junto com a Profa. Cristina Rauter, discutíamos sobre os projetos de pesquisa e as temáticas que os mestrandos escolhiam para dissertar. Grande parte de nós desenvolveu alguma questão que já havia iniciado na monografia de fim de graduação. Discorriamos se essa tendência se dava pela comodidade de já havermos escrito alguma coisa sobre o tema e estarmos familiarizados com o mesmo, incluindo bibliografia, etc. Apesar da facilidade que o trabalho já iniciado oferecia, descobrimos que a “escolha” do mesmo não se dava por razões tão óbvias e práticas assim. Em uma breve análise acabamos por entender que muitas das questões que os mestrandos se dispunham a dissertar já os acompanhavam desde muito tempo, até mesmo antes de entrarem na academia, confundindo-se, às vezes, com aspectos pessoais. Bem, isso soa um pouco redundante, já que podemos assumir que os objetos de nosso interesse confundem-se com nós mesmos e aquilo que vemos confunde-se com nossos próprios olhos. Mas isso nem sempre é tão claro para todos.

Conveniência ou maquinação inconsciente é fato que o tema que nos propomos a abordar nos acompanha desde a graduação e questões do tipo: O que circula entre duas pessoas que determina a sua união? O que faz com que terapeuta e analisando entrem em sintonia que possibilite o trabalho acontecer? Podemos assumir que o que circula na clínica, como matéria vinculadora, seria o mesmo que circula nas relações pessoais? Seriam afetos? Razões? Impulsos? Seria possível a redução a algum desses elementos, ou o vínculo se daria por um conjunto de fatores não redutíveis a uma força ou afeto? Bem vimos, em nossa monografia de conclusão da graduação em psicologia na UFF, a impossibilidade da redução a pelo menos um desses elementos, que seria a razão. Sabemos que bem antes do homem utilizar sua inteligência na produção de qualquer ferramenta – o que suporia a mediação da razão – ele já andava em grupos. Até aí nada de extraordinário, já que a maior parte dos mamíferos vêm a ser animais de grupo. Embora o homem seja um mamífero com características similares às outras espécies, será que poderíamos assumir que o agente gregário no reino animal seria o mesmo a agregar o homem? A etologia, ou mesmo a biologia poderia nos auxiliar a encontrar essas respostas? Por outro lado, assumindo a absoluta

independência do homem, em termos de constituição, frente às demais espécies animais conseguiremos encontrar respostas às nossas questões tão radicalmente diferentes daquelas pensadas para o mundo animal, já que não se trata de uma razão a vincular as pessoas?

Na clínica psi, a hipótese mais resistente nesse tema ainda seria a construção freudiana da libido – força ou impulso sexual. Freud teorizou um impulso – *pulsão* – no limite entre o somático e o psíquico que seria direcionado para o meio na exigência de sua satisfação. Nesse ponto de vista a relação com os objetos do mundo, incluindo o outro, se daria pela motivação que tal força produziria. Freud também entendeu que haveria uma *pulsão gregária* que seria a motivadora das formações de grupo e que estaria agindo no homem desde sua pré-história.

Inicialmente pensamos em trabalhar com a hipótese libidinal e pela via com que ela se apresenta – ou reapresenta-se – na clínica, a *transferência*. Entretanto, trabalhar com tal hipótese, pela envergadura que ela possui, inviabilizaria, pela extensão do trabalho, a apresentação do pensamento de outros autores para a mesma questão. Assim, estaríamos apresentando a idéia de Freud sobre o vínculo. Certamente seria um trabalho que nos interessaria, no entanto acabamos por optar em desviar dele abrindo nossa pesquisa para autores e pontos de vista, nem sempre clínicos, mas que poderiam acrescentar um olhar diferenciado e, sem dúvida, muito produtivo para os fenômenos de nosso interesse.

Em nosso entusiasmo de pesquisar sobre os processos determinantes do vínculo, dirigimos nosso olhar para as teses etológicas na tentativa de compreender se algo que se daria entre os animais, de alguma maneira poderia, de modo análogo, estar se dando entre os homens, uma vez que compreendemos que o hábito de formar famílias e grupos se estenderia para além da pré-história do *homo sapiens*. Encontramos a tese de Konrad Lorenz, centrada sobre a força instintual, que aposta na potência individual para a produção de uma comunidade, já que o impulso partiria de um indivíduo para o seu meio, na busca da satisfação do instinto.

Tínhamos optado por trabalhar com a filosofia de Espinosa – *Ética* - onde nos é apresentada uma teoria sobre os afetos e de como as relações podem ser pensadas a partir de composições ou decomposições decorrentes do aumento ou da diminuição da potência de existir, inerente à casuística do encontro de corpos. Diferentemente da recusa feita a trabalhar com a teoria libidinal, estaremos articulando o filósofo a autores que pensam serem as relações organizadas por outros modos que não a partir de uma força, ou impulso, de caráter individual. Por exemplo, o biólogo Uexküll concebe a Natureza como um Plano composto e organizado ao modo do contraponto musical. As relações, mesmo predatórias, diriam das

capacidades subjetivas de cada um dos envolvidos nela. Dessa forma, no caso de predador e presa, cada um dos agentes traria na sua constituição uma característica que o poria em relação direta com determinada característica presente no outro. Para o autor, a aranha não captura a mosca em sua teia por obra do acaso, mas a aranha teria em si o que ele chama de “motivos¹” de mosca; não de uma mosca especificamente, mas de qualquer mosca e esta por sua vez teria “motivos” complementares que a fariam entrar em relação com a aranha, para a sua má sorte. O pensamento de Uexküll em muito se assemelha com a teoria do filósofo, inclusive pelo exemplo acima citado, pois dizem os biógrafos de Espinosa que ele se deleitava assistindo o “duelo” entre moscas e aranhas. É com Uexküll que podemos pensar um outro modo de relação no mundo animal que não seria mediado pelas exigências dos instintos. De fato, este autor, afasta-se completamente da posição ortodoxa em relação a essa questão, como veremos oportunamente.

No encaixe do vínculo, não poderíamos deixar de fora o amor, com toda a notoriedade que esse afeto possui em relação ao tema de nossa pesquisa. E conseguimos reunir autores que tratam o amor em sua forma mais comum, a erótica - como impulso arrebatador que produz a “necessidade” da presença e do contato com o ser amado -, e autores, como Alberoni, que compreendem ser este afeto a expressão de uma força coletiva sentida a dois.

Na deriva de nosso trabalho, fomos orientados a apresentar a tese de Daniel N. Stern. Nosso encontro com o autor revelou-se muito mais gratificante do que poderíamos imaginar. A perspectiva de Stern veio a compor esplendidamente com nossas buscas, tanto teóricas quanto clínicas. As idéias que o autor defende encaixaram-se harmonicamente com nossa questão principal: O que produz vínculo na relação clínica e nas relações humanas em geral? Sua tese sobre os *sensos de si*, que iremos apresentar, e a experiência de *intersubjetividade* – conceito do autor que trabalharemos – tornaram-se fundamentais para nossa compreensão dos processos vinculadores na experiência clínica e humana, em geral. Trabalhar com Stern nos fez abrir diálogos com autores tradicionais. Como sua tese assume uma perspectiva desenvolvimentista, a qual subverte o senso comum, trouxemos à baila a *Epistemologia Genética* de Piaget, para contrapormos os dois modelos – o de desenvolvimento linear, piagetiano, e o não-linear, proposto por Stern. Para auxiliar em nossa contraposição dos

¹ Curiosamente citamos a relação que se estabelece entre a aranha salticida - *Salticus scenicus* – e a mosca tefritídea – *Rhagoletis zephyria*. Esta mosca desenvolveu um modo peculiar de se comportar ao defrontar-se com a tal aranha. Movimenta-se bizarramente “imitando” modos da aranha. Esta por sua vez, por ser territorial, “identifica” naquela, ao invés de uma mosca, uma aranha como ela e, para evitar o confronto com seu “semelhante”, afasta-se do território da outra, sem predá-la. (ADES, 1987).

modelos faremos uma pequena incursão sobre a experiência subjetiva com o tempo, com o intuito principal de descaracterizar a determinação da ordem cronológica na regência dos processos de desenvolvimento e, de forma modesta, estaremos questionando o regime de funcionamento do tempo na experiência clínica.

Na dinâmica emergencial dos *sensos de si* vamos nos deparar com diversos processos constitutivos na formação de cada *senso*. Processos estes que evocam as construções teóricas de outros autores. Os *fenômenos transicionais*, formulação da psicanálise “winnicottiana”, são convocados para o diálogo com Stern a partir da concepção da capacidade de *auto-regulação* que o bebê experimentaria com objetos inanimados e com seres vivos. Muito embora não haja uma sobreposição teórica entre os dois autores, utilizamos as idéias apresentadas por Stern para olhar, a partir de outro referencial, para proposições teórico/clínicas já formuladas. Dessa maneira, incorporamos nessa dissertação e, ao mesmo tempo, ousamos fazer uma releitura de dois casos clínicos descritos por Masud Khan – psicanalista de tradição “winnicottiana” – pela riqueza do material que os casos continham além da possível sintonia que vislumbramos destes com o referencial teórico que colhemos de Stern.

Em sintonia com nossa questão inicial, encontramos em Stern toda uma formulação a respeito da experiência de “sentir com o outro” que se mostrou inteiramente afim com nossas elaborações. Já mencionamos que desde a monografia da graduação apostávamos em uma força ou multiplicidade de forças presentes nos processos que determinariam a união de parceiros ou de um grupo. Apostávamos e inferíamos, pela própria história do ser humano, que antes mesmo de nossos antepassados terem adquirido uma porção mínima de inteligência, suficiente para pensarem os benefícios que a vida em grupo poderia trazer, eles já andavam em grupos. Através desse pensamento pudemos inferir, com pouca dificuldade, que os fatores determinantes para a produção do vínculo entre pares seria de outra ordem que não a racional, muito embora consideremos que após o ganho produzido pela razão, esta tenha se tornado, também, um sistema motivacional agregador. Mas seria no conceito de *intersubjetividade*, ou *experiência intersubjetiva*, proposto pelo autor, que encontramos o elemento majoritário de sintonia com nosso tema de pesquisa. Como veremos no curso dessa dissertação seria pela possibilidade de “estar com o outro”, ou nas palavras do autor, pela *experiência intersubjetiva* que outros fenômenos como, por exemplo, a linguagem, encontrariam sustento para a sua emergência.

Nesse ponto abrimos para uma digressão em paralelo onde questionamos o lugar que a fala ocuparia na clínica e porque haveria esse privilégio em sua escuta. Sabemos que essa

discussão já é travada há muito tempo. Reich já acenou para essa questão, a qual permanece em aberto até o presente. Não seria nossa intenção exauri-la, muito pelo contrário, temos ciência que apenas tocamos nos estratos superiores do tema. Mas pela dimensão que o mesmo ocupa na clínica contemporânea, não poderíamos deixar que passasse em branco, mesmo porque ela é parte integrante da abordagem de Daniel Stern. Apresentando o trabalho do autor não pudemos deixar de interrogar-nos sobre as repercussões de se enfatizar a escuta dos conteúdos verbais apresentados pelo paciente. Quais aspectos da experiência de si estariam sendo negligenciados com essa ênfase? Ao fazermos a aposta de que os processos de subjetivação não se circunscreveriam a domínios lingüísticos ou simbólicos somente, mas seriam constituídos por uma heterogeneidade de forças e materiais que fugiriam à capacidade de apreensão racional e conseqüentemente de serem expressos através da fala, não poderíamos disponibilizar apenas nosso “ouvido” para a escuta. Caso assim o fizéssemos, estaríamos fechando-nos a “escutar” toda a gama de matérias sensíveis que emergem no encontro terapêutico. Encerrar-nos-íamos dentro de nossa própria clausura racional, oferecendo “resistência” à experiência *intensiva* que o paciente nos convoca a compartilhar.

Finalizando, convocamos Leroi-Gourhan que analisa o desenvolvimento da expressão facial que se deu em paralelo com a aquisição da bipedia, pela espécie humana, associando este fato ao surgimento da linguagem tanto em sua expressão gráfica quanto oral. Com o autor ponderamos sobre qual(is) forma(s) de comunicação utilizavam os antepassados do homem, já que o *homo sapiens* existiria há aproximadamente 150.000 anos e a linguagem, como se apresenta em sua forma atual, se organizaria há somente 6.000 anos. Gourhan aponta também para a subordinação da grafia em relação à fonética e da redução expressiva que a linguagem pictórica perde nessa operação. A linearização simbólica traz benefícios que a humanidade colhe para a sua organização coletiva, no entanto deixa fora de si dimensões da experiência que o grafismo, como expressão do pensamento, revelava em seus primeiros traços.

Ao texto acrescentamos a poesia de Guimarães Rosa traduzida na saga amorosa encenada por Riobaldo e Diadorim em *O Grande Sertão: Veredas*. Esse romance vivido em “lugar nenhum”, ou em todos os lugares. Ao longo de um tempo esquecido, não linear – a narrativa não segue uma cronologia estrita -, “tempo dos cangaceiros”. Foi escrito numa época, anos 60, em que no Brasil se afirmava um intenso crescimento e progresso, como se o autor já apontasse para a ausência de garantias desse projeto desenvolvimentista. Juntamente com Rosa trouxemos a leveza de Ítalo Calvino que nos diálogos entre Kublai Khan e Marco Pólo ou na sutileza de suas “propostas para um novo milênio” nos fala, minimamente, das

limitações de uma racionalidade por deveras previdente como a do Khan, e da *Exatidão*², pretendida pela linguagem na captura das dimensões da experiência sensível.

Esse texto se dá entre animais e homens, pacientes e terapeutas, afetos e perceptos, razões e paixões, instintos e contraponto, identidade e devir, fundamentalmente entre mim e ti.

² Título do ensaio contido em seu livro, *Seis Propostas para Um Novo Milênio*, do qual tiramos algumas citações apresentadas nessa dissertação.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

1.1 - As relações em um plano comum.

Explicar a inteligência do homem pela do animal consiste portanto, simplesmente, em desenvolver como humano um embrião de humanidade. Mostra-se como uma certa direção foi sendo levada cada vez mais longe por seres cada vez mais inteligentes. (BERGSON, 1907:197).

Para iniciar nosso percurso, devido às semelhanças existentes entre os modos de relação produzidos no mundo animal e os modos de relação produzidos no mundo dos homens, estaremos ingressando na etologia para pesquisar, principalmente, como as relações são produzidas entre os animais gregários. Não queremos trazer à tona questões antigas, já tão bem discutidas, sobre determinismo filogenético. Sabemos muito bem das “ressonâncias políticas perigosas³” (Deleuze & Guattari, 1980) que a afirmação de tais determinismos pode ter. No entanto, sabemos também que até a espécie humana atingir o patamar evolutivo expresso pela forma *homo sapiens*, a mesma não se diferenciava, em muito, dos demais mamíferos existentes⁴. Assim como estes, os ancestrais do homem mantinham o hábito de formar grupos: “Em época ainda anterior, *em sua pré-história simiesca*, o homem adotara o hábito de formar famílias [...] A necessidade, as vantagens do trabalho em comum, por si só, não as manteriam unidas” (Freud, 1929/30, grifo nosso). Em suas construções mitológicas, Freud admite que não haveria uma “razão” propriamente dita para a constituição das famílias e, embora a sua hipótese seja baseada sobre o impulso libidinal, a consideramos na sua afinidade com os argumentos aqui apresentados. Já que não haveria uma razão (no sentido de pensamento, motivo racional) na determinação da formação de famílias ou grupos, nosso

³ Entendemos que essa “advertência” incide nos riscos de se assumir a existência de uma natureza humana geneticamente determinada e modulada por instintos. Natureza essa que seria explicativa das características comportamentais do homem em sociedade, justificando, por exemplo, a violência, a agressividade e a delinquência como aspectos inatos do homem, como causas e não efeitos.

⁴ “O *homo sapiens* realiza a última etapa conhecida da evolução hominídea e a primeira em que os obstáculos da evolução zoológica são franqueados e incomensuravelmente ultrapassados”.(LEROI-GOURHAN, 1964:27).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

olhar voltou-se para outros processos que concorrem para que as relações familiares (par, casal) e/ou grupais se estabeleçam. Esses processos revelaram-se mais complexos que supúnhamos, dizendo respeito à totalidade da experiência subjetiva produzida pelo encontro com o outro e não podendo ser reduzidos a um afeto propriamente.

Ao incursionarmos pela etologia, nos colocamos cientes de alguns equívocos que poderiam ocorrer. O primeiro deles seria de ordem epistemológica, pois, de imediato, poderíamos ser criticados de forçar uma interseção entre domínios de saber que não possuem elementos comuns entre si e aplicar modelos de funcionamento, erroneamente, de um domínio para o outro. A essa crítica respondemos que, embora haja diferenças evidentes entre homens e animais, as quais nem precisamos apontar, o homem pertence à ordem animal *primata*, onde estão incluídos os micos, macacos, gorilas, chimpanzés, orangotangos, lêmures e babuínos. Com isso, tornar-se-ia claro que haveria características que identificariam o homem com os outros membros dessa ordem animal e, assim, não estaríamos cometendo um erro crasso em epistemologia. Em segundo lugar, haveria, o que é muito frequente, a possibilidade de, ao pensarmos os fenômenos próprios do mundo animal, usarmos como referência aquilo que acontece no domínio humano, incorrendo, dessa maneira, no erro de antropomorfizarmos o que seria particular aos animais; e, em terceiro lugar, o oposto também poderia ocorrer, ou seja, a animalização de algo pertinente ao mundo do homem, atribuindo a este características que seriam exclusivas daquele.

Há uma forte tendência, por alguns, a rechaçar, imediatamente, qualquer idéia que estabeleça uma relação de proximidade entre os fenômenos humanos e os fenômenos animais, afirmando uma independência radical entre o que seria propriamente humano, do que seria pertinente à animalidade. Entendemos que aqueles, que assim o fazem, olham para o homem como este sendo uma espécie incomum e única. Certamente, há um ultrapassamento notável, do homem em relação aos animais, quando, em um salto evolutivo, a espécie antropóide atinge a forma de *homo sapiens* (há + ou – 150.000 anos)⁵ e, através de suas capacidades - para manipular elementos naturais transformando esses em utensílios de uso e do ganho produzido pela linguagem na expressão de símbolos comuns – atinge um patamar, indiscutivelmente, diferenciado frente às demais espécies. Contudo, encontramos outros que deitam seus olhares para este mesmo homem encontrando nele semelhanças inegáveis com, minimamente, todos os outros mamíferos da fauna. Não intencionamos afirmar, ou defender,

⁵ GOURHAN, 1964.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

qualquer ponto de vista específico sobre essa questão, embora acreditemos que a mesma encontra-se arraigada em um problema que ronda o homem naquilo que o constitui como *ser-humano*, ou seja, o estabelecimento das fronteiras da sua humanidade, naquilo que ela possuiria de especificidade.

O que é próprio do ser-humano? O que é próprio da humanidade? Em qual domínio de saber o homem poderia ser objetificado exclusivamente? Não está em nossos objetivos elucidar essas questões, no entanto, as mesmas encontram-se fatalmente presentes quando nos propomos a estudar questões tão fundamentais para a constituição do ser humano em seus aspectos filogenéticos e sociais. Concluímos, particularmente, que o homem seja um ser como outro qualquer, com semelhanças e diferenças em relação às outras espécies vivas que com ele partilham um espaço vital comum aqui nesse planeta. Portanto, nosso intuito seria, com essa aproximação, buscar idéias, através de analogias e comparações, que viriam a enriquecer as concepções, em voga, sobre a natureza das forças presentes na produção de vínculo nas relações humanas, focando nossa atenção para a relação clínica.

Intencionalmente estaremos desviando da hipótese freudiana da *libido* por algumas razões muito simples. Primeiro que, devido à envergadura de tal hipótese a simples apresentação da mesma extrapolaria em muito os limites dessa dissertação. Segundo que, embora essa hipótese seja aceita como hegemônica no meio clínico, ela seria, especificamente, a versão de Freud para a compreensão dos processos de vínculo e é nossa intenção ir além dela. Entretanto, não estaremos excluindo o amor, ou Eros⁶, como força agenciadora de vínculos, muito pelo contrário, estaremos pensando-o nessa função sem, contudo, limitarmo-nos a ele. Finalmente que, nosso compromisso, nesse trabalho, seria a apresentação da teoria de Daniel Stern⁷ - desenvolvimento de perspectivas de organização da experiência subjetiva nomeadas como *sensos de si* - e o autor apenas faz um uso discreto das hipóteses freudianas, não integrando, propriamente, a tradição psicanalítica da clínica.

Pode parecer um tanto surpreendente o fato de não trazermos à baila a hipótese da *libido* de Freud e, por outro lado, falarmos de amor como agente mediador das relações. Como já dito, não faremos uma recusa absoluta em apresentar tal hipótese, mas apenas não a tomaremos como foco principal de nossa atenção.

⁶ “Em sua origem, função e relação com o amor sexual, o ‘Eros’ do filósofo Platão coincide exatamente com a força amorosa, a libido da psicanálise”.(FREUD, 1921).

⁷ Que será feita em capítulo posterior.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Observamos que, em relação à questão do vínculo nas relações, há duas vertentes de pensamento que dividem a hegemonia sobre o assunto. De um lado haveria a aposta em uma força ou impulso dominante, fixado por seleção natural, incorporado pela filogênese e responsável pelo processo. Embora não possamos dizer que esse impulso seja o mesmo e tenha sido originado pelos mesmos processos, nos animais e no homem, encontramos autores que estabelecem fortes semelhanças na expressão que este impulso alcança entre ambos, como veremos no desenvolvimento desse capítulo. Por outro lado, há aqueles que conceberiam que os fenômenos gregários seriam produzidos por uma multiplicidade de forças não redutíveis e nem sempre claras para serem explicitadas teoricamente, mas apenas passíveis de serem inferidas na observação dos fenômenos estudados. Pretendemos, ao longo dessa dissertação, apresentar concepções, para a questão do vínculo, que incluam o impulso amoroso em suas hipóteses, sem, contudo, excluir outras forças que por sua potência teriam, se não o mesmo, um efeito tão forte quanto o dito impulso possuiria nessa questão. Stern aponta algumas:

A sobrevivência humana depende da formação de grupos (famílias, tribos, sociedades) e da coesão quase constante deles. Nós somos os mais hipersociais e interdependentes de todos os mamíferos. Muitas capacidades e motivações diferentes atuam em conjunto para formar e manter os grupos: vínculos afetivos, atração sexual, hierarquias de dominação, amor, sociabilidade. A intersubjetividade deve ser adicionada à lista. (STERN, 2004:120).

Nesse trabalho não teremos como abordar todas as motivações citadas acima, mas trabalharemos, especialmente, a *intersubjetividade* e estaremos lidando com hipóteses diversas que tratam direta ou indiretamente da temática aqui focada.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

1.2 - Fenômenos gregários – O que os produz?

1.2.1 - O vínculo.

Não é simples teorizar sobre essas questões. Temos visto, em nosso percurso, que a estratégia mais segura reside ainda na hipótese seletista idealizada por Darwin⁸, posteriormente fixada na concepção de uma estrutura genética fundamental responsável pela determinação de aspectos morfológicos, funcionais e até mesmo comportamentais dos animais e, sob determinados pontos de vista, humanos também. Sem deixarmos nosso raciocínio crítico ser obscurecido pelo forte apelo que algumas idéias, simples, porém limitadas exercem sobre esse tema, tentaremos, e esperamos obter êxito, operar recortes e articulações, aos moldes de “bricolagem⁹”, entre diversas teorias, pois entendemos que os fenômenos da vida, mais especificamente do humano, não foram, até agora, exauridos por conceitos, hipóteses ou teorias que, apesar de toda a genialidade de seus autores, constituem-se apenas como tentativas de produzir uma versão inteligível para uma complexidade de experiência que muito escapa aos liames do pensamento racional e do alcance do exprimível pela linguagem.

Tentaremos nos deter o mínimo possível no domínio etológico, embora o fascínio que o mundo animal exerça sobre nós – nada mais atraente que estudarmos animais vivos – nos mantenha entretidos com o encanto, com a beleza, com as cores, com os sons e com as expressões que modulam as relações mantidas nesse reino. Olharmos para os agentes que produzem as relações no domínio animal leva-nos a tentar capturar que força, ou quais forças encontram-se ali presentes promovendo o afastamento ou a proximidade entre um par de animais ou um grupo deles. Esses agentes produziriam a sintonia necessária, para que, sem uma comunicação explícita (como a que a linguagem falada permite), se estabeleçam relações e se organizem os seus devidos territórios existenciais.

⁸ No próximo capítulo, estaremos abordando as idéias darwinistas no que elas contribuíram para o estabelecimento de conceitos como os de evolução e desenvolvimento.

⁹ Termo usado por Levi-Strauss para qualificar um modo particular de fazer artesanato, utilizado por nativos. Foi retomado por Guattari para designar certo modo de articular conceitos de domínios distintos de saber, rompendo com supostas barreiras epistemológicas que insistiam em mantê-los fechados sobre si mesmos, produzindo novas possibilidades na clínica psi.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Na concepção etológica de Konrad Lorenz, o “amor” seria também um dos agentes produtores de união entre os animais, porém não o único. Para o autor, haveria muita proximidade entre o que seria produzido no mundo dos animais e no mundo dos homens, ou seja, os fenômenos observados na etologia encontrariam os seus correspondentes análogos nas sociedades humanas. Com isso, notamos que o mesmo utiliza a palavra amor (sem aspas) para referir-se a uma gama de fenômenos que dizem respeito não somente a uma atividade reprodutora propriamente dita, mas a toda uma série de comportamentos que seriam integrantes do repertório específico para a manutenção de um tipo de vínculo relacionado, não exclusivamente à reprodução, como vemos:

Uma jovem que se apaixonou nunca tenta forçar a sua companhia para com o objeto de sua paixão. Ela nunca o segue diretamente quando ele se vai; ela meramente aparece, como que por acaso, em lugares onde ela sabe que ele pode ser encontrado freqüentemente. Se o ganso a corteja de fato ela não reage, por um tempo considerável, em atitudes ou gestos. É somente o jogo de seus olhos que diz ao macho como sua corte está sendo aceita. Ela nunca olha diretamente para ele, ao invés disso, finge estar olhando para outras coisas, ela até observa suas artimanhas com o maior interesse. Como ela tenta fazer isso sem virar a cabeça perceptivelmente, ela tem que dar uma olhadela furtiva para ele pelo canto dos olhos assim como uma garota flertando¹⁰. (LORENZ, 1966:172, tradução nossa).

O texto acima descreveria muito bem um “lance de flerte” absolutamente comum entre os casais nos dias de hoje, se o mesmo não fosse a descrição de uma cena vivenciada entre gansos. É de deixar-nos estupefatos a semelhança existente, ou insinuada de existir, entre o modo de “namorar” dos gansos e aquele comumente praticado pelo ser humano. Essa proximidade sugerida pelo autor seria a expressão de seu pensamento no que tange aos fenômenos do reino animal e dos homens, para os quais Lorenz aposta haver fortes semelhanças.

¹⁰ “A young female that has fallen in love never tries to force her company on the object of her passion. She never follows him directly when he walks away; she merely turns up, as if by chance, in places where she knows he can often be found. If the gander does indeed court her, she does not react, for a considerable time, by attitude or gesture. It is only the play of her eyes which tells the male how his courtship is received. Though she never looks directly at him and pretends instead to be looking at something else, she still watches his antics with the greatest interest. As she tries to do this without noticeably turning her head, she has to squint at him out of the corner of her eyes just like a girl flirting”.(LORENZ, 1966:172).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

1.2.2 – Vínculo de grupo.

Os movimentos produzidos por uma manada de búfalos, por uma revoada de pássaros, por um cardume de peixes ou por um enxame de abelhas não são determinados pelo gesto ou pela expressão de um líder. A simples observação de um cardume de peixes ou de um bando de aves em vôo revela isso. “Todo” o cardume, ou “todo” o bando muda a direção de seu deslocamento no mesmo instante. Sugere-se haver alguma forma de “sintonia”, conectando-os, que serve como orientadora dos movimentos do grupo. Há uma direção comum, coletiva, impessoal, não localizada em um membro específico mesmo que esse seja o mais forte do grupo:

No interior do cardume não há estrutura de qualquer espécie, não há líder e não há conduta, mas apenas uma enorme coleção de membros semelhantes. Evidentemente estes se influenciam mutuamente, e há algumas formas simples de ‘comunicação’ entre os indivíduos e o cardume.¹¹ (LORENZ, 1966:123-124, tradução nossa).

Embora haja hierarquia entre animais gregários, ou seja, o estabelecimento de relações seletivas entre machos e fêmeas, entre fêmeas e fêmeas, e, entre machos e machos na determinação da organização social; não seria por meio desta relação hierarquizada que o movimento do grupo ocorreria. Não haveria uma atitude arbitrária, pessoal, de um líder, na condução do grupo. A hierarquia teria outros efeitos nas relações territoriais, que não a liderança. Há toda uma organização de “funções” no cotidiano animal que vai desde a alimentação até a defesa do território e do grupo, contra invasores ou predadores¹², que não passa, necessariamente, pela direção de um líder. Poderíamos falar de alguma “força” que circularia no coletivo produzindo afetação em todos os membros simultaneamente, algo que

¹¹ “Inside the shoal there is no structure of any kind, there is no leader and there are no led, but just a huge collection of like elements. Of course these influence each other mutually, and there are certain very simple forms of ‘communication’ between the individuals of the shoal.” (LORENZ, 1966: 123-124).

¹² LORENZ, 1966.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

não seria pessoal, sendo próprio dos movimentos de grupo, funcionando “como um” (comum), que produziria coesão e ao mesmo tempo serviria como vetor para estabelecer direção nos movimentos coletivos. Deparamos-nos, assim, com hipóteses que lançam suas apostas sobre o conceito de um *instinto*¹³ *gregário* que teria como efeito visível produzir a união de animais em pares e/ou grupos:

Nós sabemos que o impulso forçando os animais a ficarem juntos é tremendamente poderoso, e que a atração exercida pelo rebanho sobre o indivíduo ou sobre pequenos grupos de indivíduos aumenta com o tamanho do rebanho, provavelmente em proporções geométricas.¹⁴ (LORENZ, 1966:120, tradução nossa).

Para Lorenz, o instinto responsável pela união do grupo encontraria suas origens no mesmo instinto que manteria um par e uma família juntos: “[...] o protótipo filogenético de um vínculo pessoal e/ou da formação de grupo é o apego entre dois parceiros os quais juntos cuidam da sua prole. A partir desse laço uma família pode facilmente surgir [...]”¹⁵. (LORENZ, 1966: 142, tradução nossa).

Supomos que Lorenz teve que percorrer um longo caminho para desenvolver uma hipótese explicativa que pudesse sintetizar seu pensamento e dar conta de operar um desvio que tangenciasse a agressividade - instinto que ele supõe como básico. Já que, como o próprio autor aponta, a agressividade seria um impulso que, em seu primeiro momento, estaria direcionada para os membros da mesma espécie. Portanto, teorizar os fenômenos gregários a partir de tal instinto, que no cumprimento de sua finalidade teria como consequência o afastamento de outros animais, principalmente congêneres, deve ter impelido o pensamento de Lorenz a produzir uma hipótese incrivelmente complexa.

¹³ Entendemos por instinto, grosso modo, um impulso de origem orgânica, com finalidade delimitada e com um objeto definido e invariável.

¹⁴ “We know that the drive forcing the animals together is a tremendously strong one, and that the attraction exercised by the herd over the individual or over smaller groups of individuals increases with the size of the herd, probably in geometrical proportion.” (LORENZ, 1966: 120).

¹⁵ “[...] the phylogenetic prototype of the personal bond and of group formation is the attachment between two partners which together tend their young. From such a tie a family can easily arise [...]” (LORENZ, 1966: 142).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

A tese de Lorenz, para a questão do vínculo, encontra-se baseada sobre um jogo dinâmico de instintos que tem como fundamento o instinto de agressão intra-específica, o qual, por sua vez, estaria relacionado com a determinação do território individual e da distribuição de uma espécie sobre uma área habitável. Lorenz remonta a gênese do instinto de agressividade a um período pré-histórico, amparado pela idéia de que “quase sem exceção” todos os répteis seriam portadores de uma agressividade inata. Essa agressividade teria sido incorporada por filogênese e atenderia aos princípios organizadores da evolução expressos na tese seletista de Darwin. Como, pela tese darwinista, os animais teriam um ancestral comum, esse instinto, tão caro à conservação da vida, teria se perpetuado até os ancestrais da espécie humana e, conseqüentemente, permanecido nela. Assim, vemos que para Lorenz, a agressividade seria uma característica instintiva do ser humano.

A proximidade e o afastamento de parceiros, mesmo para a reprodução, seriam regulados por esse jogo instintivo. Essa dinâmica teria como visibilidade uma complexidade de expressões que incluiriam cores (principalmente pássaros, répteis e peixes), sons (pássaros e mamíferos em geral) e uma diversidade de movimentos que poderiam ser traduzidos como “ritos”¹⁶ (tipo danças de acasalamento) de “saudação”, de “triunfo” ou de “ameaça”¹⁷. Esses “ritos” serviriam para direcionar, inibir, ou redirecionar o instinto de agressividade intra-específica, para um objeto externo ou para outro indivíduo da mesma espécie, não deixando, contudo, de serem a expressão de um instinto em si mesmos¹⁸; ou seja, os ritos não seriam efeito de algum instinto, como de reprodução, sobrevivência, ou algum outro, suposto de existir pelo senso comum. Além de esse redirecionamento ocorrer, por força de expressões/comportamentos que inibiriam a agressividade contra o “futuro parceiro”, seria produzido entre eles um tipo de união perene, um vínculo:

Assim como a *performance*¹⁹ de qualquer outro ato instintivo independente, o ritual torna-se uma necessidade para o animal, em outras palavras um fim em si mesmo. Diferentemente do instinto autônomo da

¹⁶ *Rites*, cf LORENZ, 1966.

¹⁷ *Greeting, triumph, threatening*, cf. Lorenz, 1966.

¹⁸ LORENZ, 1966: 55-56.

¹⁹ Preferimos manter a palavra *performance* sem tradução pela familiaridade que já se tem com a mesma em nosso cotidiano.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

agressão, do qual ele brota, ele não pode ser indiscriminadamente descarregado em qualquer membro da espécie, mas demanda como seu objeto um parceiro conhecido pessoalmente. Assim, ele forma um *vínculo* entre indivíduos.²⁰ (LORENZ, 1966:148, tradução nossa).

Em conjunto, a agressividade de ambos seria redirecionada para qualquer outro “estranho” que invadissem seu território²¹.

A força que o rito alcança seria tão grande que transporia o suposto imperativo que o apelo sexual exerceria. É comum encontrar pares formados por parceiros do mesmo sexo que se uniram ao “performatizarem” correspondentemente um rito da espécie. O que nos chama a atenção, além da questão do rito em si (por ser uma outra maneira de fazer vínculo, a qual pode ser pensada para as relações humanas), é o fato de que, em geral, o vínculo encontrar-se-ia intimamente ligado à sexualidade, mas, nesse caso, haveria uma ruptura com essa suposição, revelando que, ao contrário do que o bom senso suporia, o caráter sexual não seria, ao menos no mundo animal, necessariamente determinante para vincular dois parceiros ou um grupo, mas apenas uma das forças que concorreriam para o estabelecimento de vínculos.

Também, se dois gansos solitários estão dependendo da companhia um do outro uma associação não-acasalante entre um macho e uma fêmea pode ocorrer. Isto realmente aconteceu no nosso sítio, quando uma velha fêmea viúva de ganso retornou de nossa colônia sucursal de Ammersee e juntou-se a um ganso recém viúvo em Seewiesen. Eu acreditei que a formação do par fosse iminente, mas Helga Fischer pensou desde o início que era somente um típico rito de triunfo não-acasalante tal como às vezes une um macho adulto com uma fêmea adulta. Ao contrário da opinião popular, há amizades verdadeiras entre macho e fêmea a qual não tem nada a

²⁰ “Like the performance of any other independent instinctive act, that of the ritual has become a need for the animal, in other words an end in itself. Unlike the autonomous instinct of aggression, out of which it arose, it can not be indiscriminately discharged at any anonymous fellow member of the species, but demands for its object the personally known partner. Thus it forms a *bond* between individuals”. (LORENZ, 1966:148) – grifo do autor. Faremos uma observação importante sobre a palavra *bond*, grifada pelo autor. *Bond* significa usualmente uma forte ligação, acordo, obrigação imposta por contrato. Contudo, em um significado obsoleto *bond* significa servidão, escravidão. Pelo sentido empregado por Lorenz, entendemos que o rito torna-se um imperativo, uma necessidade, um impulso tão forte que assujeita como em uma relação de servidão, do qual não se pode desviar.

²¹ LORENZ, 1966:145.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

ver com amor, embora naturalmente o amor possa nascer dela ²². (LORENZ, 1966:165, tradução nossa).

De fato, nos gansos, assim como em muitos outros animais, não seriam as relações sexuais que produziriam vínculos duradouros, mas nesse caso específico “o vínculo que mantém um par de gansos unidos pela vida toda é a cerimônia de triunfo e não as relações sexuais entre parceiros²³”. (LORENZ, 1966:165, tradução nossa).

Poderíamos acrescentar, ainda, outras citações ratificando esse pensamento, mas nosso objetivo é trazer contribuições da etologia que sirvam para produzir abertura na questão sobre os meios pelos quais a vinculação é produzida nas relações humanas. Reafirmamos que não pretendemos legitimar pontos de vista específicos que acreditam na existência de uma determinação comportamental produzida pela estrutura genética do ser humano.

1.3 – O primado do indivíduo frente ao coletivo. Tese e uma rápida crítica.

Sem dúvida que a tese de Lorenz atingiu um lugar privilegiado entre as concepções etológicas, até os dias de hoje seu trabalho figura como bibliografia obrigatória para o tema. Embora não seja nosso desejo elaborar uma análise crítica pormenorizada de sua obra, cabe-nos estar apontando pontos delicados na concepção de sua teoria. Dentre eles o ponto mais polêmico para nós seria o princípio de que a partir de um instinto individual – a agressão - o vínculo entre pares ou em um grupo seria produzido e um território (plano de relação com o outro, por excelência) seria determinado. Não estamos interessados em questionar a existência ou não de tal instinto, mas voltamos nosso olhar para a suposição de haver um primado do indivíduo frente ao coletivo. Na concepção de Lorenz, a agressividade, como instinto, seria

²² “Also if two lonely geese are dependent on each other’s company a non-breeding association between a male and a female may occur. This actually happened at our station, when na old widowed goose returned from our branch settlement on the Ammersee and joined a recently widowed gander in Seewiesen. I believed that pair formation was imminent, but Helga Fischer thought from the beginning that it was only a typical non-breeding triumph rite such as sometimes unites an adult male with an adult female. Contrary to popular opinion, there are true friendships between male and female which have nothing to do with love, though naturally love may spring from them”. (LORENZ, 1966:165).

²³ “The bond that holds a goose pair together for life is the triumph ceremony and not the sexual relations between mates”. (LORENZ, 1966:165).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

uma propriedade individual, ativa e independente. Seria pela exigência desse instinto em alcançar sua meta que as relações entre pares seriam estabelecidas. A partir de uma individualidade se daria a organização de uma coletividade, em função de uma força instintiva de origem filogenética – a agressão. A organização dos grupos suporia um desvio dessa força, que basicamente agiria como produtora de afastamento e não de união, impossibilitando, filogeneticamente, a vida em sociedade. Esse desvio teria como efeito produzir a vinculação entre congêneres, fundando um território comum, um plano existencial coletivo. O “entre dois”, ou plano comum, apareceria como um derivado deste princípio organizador. Ora, essa assertiva, eixo central da teoria “lorenziana”, implica em afirmar um estatuto do indivíduo frente ao plano coletivo – supra-individual – que o suporia anterior a este. De fato, parece-nos que nessa lógica o plano comum seria efeito de um impulso individual, já que seria por meio de uma propriedade particular que a organização social se daria. O impulso agiria como força motivadora que em sua demanda buscaria no mundo o objeto adequado para a sua satisfação. Em conformidade com essa tese, equivaleria dizer que a música, reproduzida por uma orquestra sinfônica, surgiria como efeito dos solos de cada instrumento. Destituindo, dessa maneira, o caráter supra-individual que a composição teria frente a cada instrumento, per si.

Por outro lado, malgrado partidário dos ideais seletistas darwinianos²⁴, hegemônicos no domínio biológico em sua época, Lorenz ao supor um princípio individual como organizador da esfera coletiva romperia, em nosso entender, com essa tradição que, em relação aos processos evolutivos, segue como princípio orientador uma direção inequívoca. Direção esta determinada pela orientação que a *flecha do tempo*²⁵ aponta. Por meio dessa orientação, seria a partir de um meio indiferenciado (assumindo que esse meio equivaleria à generalidade de uma coletividade) que as individuações se dariam, decorrentes de processos de diferenciação progressiva, determinados por forças inerentes ao coletivo. Cada nova espécie que surgisse seria a variação de uma espécie pré-existente. Através de quaisquer vias reprodutivas, que o curso da evolução pudesse ocorrer, encontraríamos uma ordem de diferenciação que seguiria do coletivo para o individual (tomando a espécie antecessora como uma coletividade a partir da qual uma nova espécie, simbolizada no novo indivíduo gerado, estaria surgindo). Poderíamos seguir essa seqüência de geração, indefinidamente, até

²⁴ No capítulo seguinte exporemos como as idéias de evolução e desenvolvimento encontram-se com facilidade com a ordem do bom senso.

²⁵ No próximo capítulo estaremos abordando o conceito *flecha do tempo* e suas implicações com os processos evolutivos e de desenvolvimento.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

atingirmos, em um ponto imaginário do passado, o momento em que o primeiro ser vivo emergiu. Identificaríamos nessa emergência o produto de um processo de diferenciação estabelecido em um meio indiferenciado.

Não queremos passar a idéia de que estaríamos fazendo uma análise por demasiado superficial da tese de Lorenz, sobre a agressividade. É notória a relação que suas idéias mantém com a tradição darwinista²⁶. Os ideais de evolução, adaptação e seleção natural são constantemente encontrados como fundamentadores dos conceitos formulados pelo autor. Para ele seleção e adaptação são os dois “grandes mestres construtores²⁷” que a natureza lança mão para o desenvolvimento das espécies. Mas, nesse momento, interessa-nos menos essa herança darwiniana, presente em Lorenz, do que propriamente os fundamentos biológicos dessa tradição. Não seria a tese central de Darwin (1859) o ponto de nosso interesse, visto que sua formulação assentar-se-ia sobre a determinação de sentido que sofrem os processos de evolução (como veremos no capítulo seguinte) impostos pela *flecha do tempo*. Dessa maneira, fica sugerido pelo autor que o desenvolvimento das espécies encontrar-se-ia regido pela inelutável imposição que o regime do tempo na ordem cronológica assegura. Contudo, estaria presente na tradição biológica darwinista – esse é o ponto de nosso interesse – que no curso de desenvolvimento que a vida tomou, os processos de diferenciação e individuação teriam sua emergência a partir de um meio indiferenciado, ou seja, do coletivo para o individual. Embora não haja uma afirmação tácita nos textos consultados – parece que essa não era uma questão para Darwin, talvez pela obviedade que ela encerre em si – poder-se-ia inferir com pouco esforço intelectual que a evolução da vida procedeu-se no caminho que aqui apontamos.

Podemos, a fim de solidificar nosso argumento, tomar a visão funcionalista da fisiologia para pensar a organização corporal como sendo efeito conjunto da ação de uma multiplicidade de células que formam um órgão comum. Em seguida teríamos que vários órgãos comporiam sistemas (digestivo, cárdio-respiratório, músculo-esquelético, etc.) integrando-se em um funcionamento original. Sistemas internos organizando-se em uma unidade para compor um organismo em sua versão final e integral. Nesse processo, uma multiplicidade de células reúne-se na formação de tecidos, órgãos, sistemas funcionais, para em conjunto formarem um único organismo. O funcionamento harmônico de órgãos, que vibram em ritmos distintos, produziria uma sinfonia, uma comum-idade.

²⁶ LORENZ, 1966:23.

²⁷ “Great master builders” (LORENZ, 1966:32).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Vamos, assim, da multiplicidade à unidade, do comum ao particular. A individuação, desse modo, emergindo a partir de um plano impessoal. Há que se supor uma experiência coletiva, comum, minimamente entre dois, para que uma individualidade possa emergir. Seja essa individualidade expressa no domínio orgânico, seja ela expressa no domínio “subjetivo”, a experiência de si.

Deleuze&Guattari (1980) criticam a tese central de Lorenz e vão sugerir que a agressividade seria efeito de uma organização territorial e não explicativa desta. A agressividade suporia já a constituição de um território existencial no qual ela pudesse se expressar. Mas o território não existiria como tal em si mesmo, seria um plano que estaria constantemente em construção, nunca completo, pois sua matéria constitutiva seria heterogênea, múltipla e apresentar-se-ia sempre como processualidade. O território comportaria uma abertura para fora de si²⁸, através da qual colocar-se-ia suscetível a variações e expansões. Sua constituição se daria quando “meios e ritmos” tornar-se-iam índices de territorialização – “a territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos” (DELEUZE&GUATTARI, 1980:122) -, e passariam a ser uma marca expressiva na delimitação de um domínio existencial, uma “assinatura”. Nesse âmbito, cores, odores, cantos (pássaros), comportamentos e outras matérias – excrementos, por exemplo – deixariam de ocupar seu lugar habitual tornando-se componentes expressivos na produção do território. Seria o caso da urina e das fezes dos felinos que em um determinado momento deixam de ser produtos de uma função fisiológica para tornarem-se uma marca expressiva de território. Quando isso ocorre, teria havido um processo de territorialização, pois nesse momento essas matérias ganhariam a qualidade de signos expressivos, índices moduladores das relações com o outro e com o meio. Vemos também como acontece no caso do pássaro *Scenopoietes dentiostriis*²⁹, que ao manipular elementos do seu meio – folhas de árvore que ele cortou – produz, a partir de componentes comuns, uma matéria expressiva que tem o efeito de uma marca territorial, um aviso para os seus congêneres que ele se encontra nas proximidades. Com efeito: “Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos”. (DELEUZE&GUATTARI, 1908:121).

²⁸ DELEUZE&GUATTARI, 1980.

²⁹ DELEUZE&GUATTARI, 1980:122.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

O território teria que estar constituído previamente para que a agressividade aflorasse como um efeito da multiplicidade de forças que o atravessariam. A vinculação entre parceiros ou a delimitação do território – plano de relações comuns – não aconteceria mediante a ação de uma força individual, tal como a agressão. De fato, a agressividade surgiria decorrente de processos peculiares às relações, seria uma *função territorializada*, não seria a produtora das relações em si. O território – plano comum, coletivo – pré-existiria, como meio, onde a diferenciação individual encontraria condições para emergir.

As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização. A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo. Ela conserva o caráter mais geral do ritmo, o de inscrever-se num outro plano que o das ações. Mas, agora, esses dois planos distinguem-se como o das expressões territorializantes e o das funções territorializadas. É por isso que não podemos acompanhar uma tese como a de Lorenz, *que tende a colocar a agressividade na base do território*: seria a evolução filogenética de um instinto de agressão que faria o território, a partir do momento em que esse instinto se tornasse intra-específico, voltado contra os congêneres do animal. Um animal de território seria aquele que dirige sua agressividade contra outros membros de sua espécie; o que dá à espécie a vantagem seletiva de se repartir num espaço onde cada um, indivíduo ou grupo, possui seu próprio lugar. Essa tese ambígua, com ressonâncias políticas perigosas, parece-nos mal fundada. É evidente que a função agressiva toma um novo aspecto quando se torna intra-específica. Mas essa reorganização da função supõe o território, e não o explica. No seio do território, há inúmeras reorganizações, que afetam tanto a sexualidade, como a caça, etc; há até mesmo novas funções, como construir um domicílio. Mas essas funções só são organizadas ou criadas enquanto *territorializadas*, e não o inverso. (DELEUZE&GUATTARI, 1980:106-107, grifos do autor).

Haveria muito mais a ser discutido sobre as questões ditas acima. Não pretendemos esgotar estas discussões nessa dissertação, pelo contrário, estamos apenas trazendo-as à tona e apontando quão potencialmente ricas elas são.

Juntamente com a crítica que Deleuze&Guattari fazem à tese de Lorenz, fica sugerida uma outra maneira de produção de vínculo, pois na delimitação do território existencial entram em jogo *matérias expressivas* de diversas naturezas que não somente produzem um

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

território individual mas entram em composição, como códigos expressivos, no estabelecimento das relações com os congêneres.

1.4 - O “vínculo³⁰” por contraponto.

Mas a situação seria diferente se supuséssemos entre o Esfège³¹ e a sua vítima uma *simpatia* (no sentido etimológico da palavra) que o informasse de dentro, por assim dizer, a respeito da vulnerabilidade da Lagarta. Este sentimento de vulnerabilidade poderia não dever nada à percepção externa, e resultar apenas de o Esfège e a Lagarta se acharem um diante do outro, não considerados já como dois organismos, mas como duas atividades³². (BERGSON, 1907: 184, grifo do autor).

Não encontramos uma unanimidade, dentro das teorias etológicas, para as relações produzidas entre os animais, sejam elas de reprodução, de defesa territorial, ou mesmo de alimentação, embora devamos convir que o pensamento hegemônico seja aquele que aposta em forças instintivas governando a complexidade de comportamentos e expressões presentes nesse domínio. Em nosso percurso, nos deparamos com concepções que se distanciam dessa ortodoxia e pensam as relações, existentes entre animais, entremeadas por processos que não seriam efeitos de instintos, mas seriam produzidos sob a organização de outros determinantes.

³⁰ Colocamos a palavra *vínculo* entre aspas porque a teoria do autor aqui apresentada não lida diretamente com esta questão.

³¹ “*Sphex opacus* Dahlbom (*Hymenoptera*, *Sphexidae*). Como todas as vespas caçadoras, a *sphex* deixa dentro do ninho, junto ao ovo, uma reserva de alimento, ou seja, outros animais, destinados ao desenvolvimento da larva. Esses animais não são mortos, mas simplesmente paralisados, de modo que o alimento não fique estragado. Para tanto, a vespa caçadora pica a presa sempre da mesma maneira: uma ferroada em cada um dos gânglios nervosos que comandam os movimentos. Como o número e localização desses gânglios variam conforme a presa, cada espécie de vespa caça uma única espécie de presa. As *sphex* são ‘especializadas’ em gafanhotos e grilos.” http://www.chilebras.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/vespa_sphex.htm

³² Bergson, em *A Evolução Criadora*, critica tanto o neodarwinismo quanto o neolamarckismo em suas proposições acerca da hereditariedade na fixação de instintos e comportamentos. No exemplo citado o autor indaga como que um instinto tão complexo – que envolveria o conhecimento exato de pontos anatômicos e do sistema nervoso de um outro inseto – poderia ter se fixado através de mutações adaptativas aleatórias, ou pela via de Lamarck (o que seria mais difícil de explicar). O filósofo sugere haver uma outra forma de relação possível entre aqueles animais, a qual ele vai, elegantemente, chamar de uma “atividade”.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Descobrimos com Uexküll (1913) que mesmo em animais muito simples, como o crustáceo “casa-roubada”³³, não haveria um instinto ou impulso determinando, com exatidão, um objeto externo específico a ser buscado para a satisfação do suposto instinto. Este simples animal, frente à anêmona marinha³⁴, comporta-se, pelo menos, de três modos diferentes, “conforme as circunstâncias (a disposição) em que o casa-roubada se encontra”. (UEXKÜLL, 1913:72). No primeiro momento, quando sua disposição é de alimentação, o crustáceo aproxima-se da anêmona e a devora, tomando esta como um alimento próprio; em um outro momento, quando ele está sem a casca-casa em cima de si, encontrando-se em outra disposição, tenta canhestramente utilizar-se da anêmona como casa, em uma tentativa infrutífera de entrar na anêmona-do-mar. Quando o animal está imbuído de uma terceira disposição, ele captura a anêmona colocando-a sobre sua casca para que esta sirva de proteção contra os seus predadores. Assim não poderíamos falar de instinto, em sua concepção mais ortodoxa, uma vez que este, em seu modo determinado de operar, deveria “apontar” fixamente para um objeto, a fim de atingir sua meta; contudo, como vimos nesse exemplo, se houvesse um instinto que fixasse a anêmona do mar como alimento do casa-roubada, não poderíamos esperar de encontrar outro modo de relação, entre ambos, que não fosse unívoco, tal como o de predador e presa o é. O imperativo do instinto determinaria qual tipo de relação, invariavelmente, o crustáceo manteria com a anêmona.

Na teoria de Uexküll não encontramos uma negação categórica para a existência de instintos. A questão do instinto³⁵ é tratada de forma peculiar pelo autor. Uexküll não concebe um instinto como força determinante de comportamentos ou condutas. Para o autor, pensar o plano da natureza organizado a partir de um impulso, como o instinto, ancoraria sua tese sobre um determinismo individual. Feriria a concepção de um plano para além do indivíduo, plano

³³ *Clibanarius vittatus*. Conhecido como: Eupaguro, bernardo-ermitão, caranguejo-eremita.

³⁴ *Cerianthus filiforme*.

³⁵ “A oposição entre finalidade do sujeito e plano da natureza dispensa-nos também de considerar a questão do instinto, em que ninguém ainda deu os primeiros passos certos.

Será necessário à bolota qualquer instinto para vir a ser um carvalho, ou trabalha instintivamente uma multidão de células ósseas para formar um osso? Se se responde a isso negativamente e, em vez de instinto se postula como factor ordenador um plano de natureza, então há que reconhecer no tecer da teia da aranha, ou na construção do ninho das aves a intervenção do plano da natureza, pois em ambos os casos não é de um fim particular que se trata.

Instinto é apenas um termo que resulta da perplexidade a que se expõe quem contesta o plano da natureza, super-individual. E este é contestado porque dele, que é um plano, não se pode formar qualquer idéia adequada, pois não é uma substância nem uma força “. (UEXKÜLL, 1913:71).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

comum a partir do qual este se individualiza. Para ele há que se levar em consideração a organização do plano da natureza como um plano comum, super-individual, pois sua aposta reside em pensar as relações entre os seres vivos e seus respectivos universos existenciais em relações complementares de *contraponto*³⁶. Ou seja, uma relação onde, na sinfonia natural, cada parte tocaria um acorde que entraria em correspondência com o acorde tocado pela outra parte, constituindo um plano sinfônico. “Cada animal é capaz, como qualquer instrumento, dum determinado número de sons, que entram em relação contrapontal com os sons de outros animais”. (UEXKÜLL, 1913:160). Essa relação é de uma complexidade tal que envolveria não somente as faculdades perceptivas de uma parte e as propriedades efectoras da outra parte, mas incluiria toda uma morfologia adequada de um e de outro agente para que a relação pudesse se estabelecer.

É claro que a teia da aranha é de estrutura ajustável à mosca, porque a própria aranha já o é também. Ser ajustável à mosca significa, neste caso, que, na sua estrutura, a aranha adoptou certos elementos da mosca. Não duma determinada mosca mas do seu protótipo. Para nos exprimirmos melhor: quando dizemos que a aranha é ajustável à mosca, queremos

³⁶ “Tudo isto se passa segundo a teoria do contraponto, que estabelece regras, de acordo com as quais se podem combinar numa partitura os sons de várias vozes”. (UEXKÜLL, 1913:160).

Sobre o contraponto: “Desde que foi criado, a escrita de música organizada contrapontualmente tem estado sujeita a regras, algumas vezes bastante restritivas. Por definição, acordes ocorrem quando duas ou mais notas soam simultaneamente. Entretanto, os aspectos *verticais*, harmônicos, de acordes, são considerados secundários e quase incidentais quando o contraponto é o principal elemento criador de textura. O foco do contraponto é interação melódica e não os efeitos harmônicos gerados quando linhas melódicas soam concomitantemente. Nas palavras de John Rahn:

‘É difícil escrever uma bela canção. Mais difícil ainda é escrever diversas belas canções que, entoadas simultaneamente, soem como um todo polifônico ainda mais belo. As estruturas internas criadas para cada uma das vozes, precisam contribuir, separadamente para a estrutura polifônica emergente a qual, por sua vez, precisa reforçar e comentar as estruturas das vozes individuais. A maneira de se alcançar esse objetivo, em detalhes, chama-se ... 'contraponto' ‘.

A separação entre harmonia e contraponto não é absoluta. É impossível escrever linhas simultâneas sem produzir harmonia e é impossível escrever harmonia sem atividade linear. O compositor que preferir ignorar um ponto em detrimento do outro ainda tem que encarar o fato de que o ouvinte não pode desligar seu escutar linearmente e as harmonias quando deseja, arriscando-se tal compositor a criar inintencionalmente distrações entediadas. O contraponto de Johann Sebastian Bach, freqüentemente considerado a síntese mais profunda, jamais alcançada, das duas dimensões, é extremamente rica harmonicamente, com a tonalidade sempre claramente direcionada, ao mesmo tempo em que suas linhas se mantêm fascinantes”. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Contraponto_\(m%C3%BAsica\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Contraponto_(m%C3%BAsica))).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

significar que, na sua constituição corpórea, aquela adoptou para si certos motivos ou determinismos da melodia da mosca. (UEXKÜLL, 1913:163).

Na concepção de *mundo-próprio*³⁷, nos deparamos com uma idéia na qual cada ser vivo possuiria um universo particular, delimitado pela sua estrutura funcional. Em virtude dessa estrutura (morfológica e perceptiva) as relações com o mundo externo seriam produzidas. Essas relações seriam de correspondência funcional, subjetivas e definiriam o *mundo-próprio* de cada ser vivo. Desde os seres mais simples - como o crustáceo do exemplo acima - até aos mais complexos - como o homem – a existência de “cada mundo” dar-se-ia balizada por características subjetivas de cada indivíduo. “Este [mundo-próprio] só pode ser formado por fenômenos que o animal pode ‘aperceber’ a partir dos seus órgãos dos sentidos, que possuem qualquer significado específico para a sua vida e que são ordenados segundo as escalas do seu espaço e do seu tempo subjectivos”.(UEXKÜLL *apud* KRISZAT. In: UEXKÜLL, 1913:188). Cada coisa só seria objetivada a partir de uma relação funcional que esta manteria com o ser vivo:

O significado do nosso objecto de utilidade reside, para nós, na sua função, que é sempre possível fazer remontar a uma ligação do contraponto existente nesse objecto com o homem. Essa ligação cria simultaneamente o motivo para o seu próprio lançamento. (UEXKÜLL, 1913:164).

Com Uexküll podemos pensar a questão do vínculo através de um outro viés - embora ele não trate desse assunto diretamente. Não através de um jogo de forças, impulsos ou instintos, que determinariam objetivamente as relações, mas através das relações funcionais que são compreendidas de se organizarem por correspondência contrapontal. O vínculo seria

³⁷ “Jacob von Uexküll opôs à concepção da época, que considerava os seres vivos como máquinas com reflexos, uma nova teoria. Partindo da afirmação de Kant, que tempo e espaço são conceitos subjectivos. Chegou à convicção de que cada ser vivo possui o seu próprio espaço subjectivo e o seu próprio tempo subjectivo. Partindo desta idéia, o comportamento dos animais pode explicar-se não pelas acções físicas e químicas acidentais exercidas pelo mundo exterior, mas apenas pelos fenômenos que se passam no seu mundo-próprio, subjectivo. [...] Segundo Uexküll a tarefa da biologia deve, por isso, consistir antes de tudo na exploração dos mundos-próprios subjectivos dos seres vivos. *A doutrina do mundo-próprio*, por ele proposta, é a mais vasta de todas as concepções até aqui apresentadas sobre o animal e as suas funções, porque, baseando-se na idéia da conformidade com um plano, procura considerar o animal como sujeito, e apresentar este correlacionado com o seu mundo-próprio”. (UEXKÜLL *apud* KRISZAT. In: UEXKÜLL, 1913:188, grifos do autor).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

decorrente da relação de composição que haveria entre os indivíduos envolvidos na relação, sendo eles sujeitos ou objetos. A determinação, desta relação, seria produzida pelas propriedades particulares daqueles indivíduos envolvidos nela. No entanto, o aprofundamento dessa questão extrapolaria os limites do escopo desse trabalho, pois não é nosso objetivo desenvolver uma abordagem específica para a questão do vínculo, mas apenas articular algumas hipóteses já consagradas por modelos teóricos existentes.

A mudança do olhar sobre as relações animais, que a teoria de Uexküll nos convida a fazer, liberta o pensamento comumente acostumado a mirar os fenômenos próprios do reino animal que, sob uma perspectiva mais “dura”, são concebidos de ocorrerem sob o imperativo determinante de impulsos instintivos, que pouca ou nenhuma margem de flexibilidade deixariam no desenvolvimento das relações com o território ou com seus pares. O instinto, como força inata, desloca a fundação de um plano comum para uma posição secundária ao indivíduo. Seria por meio de uma força individual que as relações com o meio e com o outro se dariam. Com efeito, essas relações seriam produzidas pela determinística instintiva que apontaria invariavelmente um modo de relação para com um objeto. Dessa forma, o modo de relação dar-se-ia sob um molde pré-determinado, com pouca ou nenhuma margem para variações, deixando de ser efeito do encontro para tornar-se agente produtor do mesmo.

Ao tomar os animais como *sujeitos* - regidos por disposições que produziriam uma variação no modo de relacionar-se com as coisas do mundo externo – Uexküll desloca o ponto de vista ortodoxo, que tinha base instintiva, desviando de lógicas deterministas para a compreensão do que seria particular aos animais. Fica sugerido que, as relações deixando de serem mediadas por instintos, passariam a ser produzidas sob um regime de complexidade aos moldes de contraponto, onde meio e *sujeito* não estariam determinados *a priori*, mas emergiriam conjuntamente como componentes e compositores de uma sinfonia natural. Cada espécie relacionar-se-ia com as outras espécies e com o mundo em geral, em virtude de capacidades e propriedades comuns a ambos, sejam estas morfológicas, fisiológicas, neurológicas ou funcionais. Cada *sujeito* não deixando e nem podendo deixar de ser constituído pelo e constituir o meio a sua volta.

1.4.1 – A Doutrina do Mundo Próprio e a Filosofia de Espinosa.

Há um “quê” de Espinosa presente nas idéias de Uexküll, talvez mesmo possamos apontar um grande traço, na teoria do zoólogo, que remonta às idéias do filósofo. O exemplo da aranha e da mosca, constantemente utilizado pelo autor, é muito familiar na leitura de Espinosa³⁸. A identidade existente entre animais diferentes, defendidas por Uexküll, encontra fundamento nas proposições “espinosistas”. Para o filósofo a substância única desdobra-se em infinitos *modos*³⁹, que se expressam também nos corpos (extensão) em infinitas modulações, dotando estes de uma composição múltipla⁴⁰. Cada corpo, por sua vez, pode ser afetado por outros corpos e afetá-los, também, de muitas maneiras diferentes. Espinosa, finalmente, define, na *Ética II*, definição I, um corpo da seguinte maneira: “Por corpo entendo um modo que exprime, de uma maneira certa e determinada, a essência de Deus, enquanto esta é considerada como coisa extensa”. (ESPINOSA, 1979: 137). Para Espinosa todos os corpos têm em comum pelo menos três características: a extensão, o movimento e o repouso, e, cada corpo caracterizar-se-ia por certas relações de movimento e repouso e pela capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos, o que lhe conferiria sua particularidade, como vemos com Deleuze:

De um lado, um corpo, por menor que seja, sempre comporta uma infinidade de partículas: são as relações de repouso e de movimento, de velocidades e de lentidões entre partículas que definem um corpo, a

³⁸ “Seu biógrafo Colerus conta que ele apreciava os combates de aranhas: ‘Ele apanhava aranhas que punha em luta, ou moscas que atirava na teia de aranha, e observava em seguida essa batalha com tanto prazer que às vezes desatava às gargalhadas’.

Segue em nota de rodapé o seguinte: “Esta anedota nos parece autêntica, porque apresenta inúmeras ressonâncias ‘espinosistas’. A luta entre aranhas, ou entre aranha e mosca, poderia fascinar Espinosa por diversas razões: [...] do ponto de vista da composição das relações na natureza (como a teia exprime uma relação da aranha com o mundo, que se apropria como tal das relações próprias da mosca) [...]” (DELEUZE, 1981:18).

³⁹ “Por *modo* entendo as afecções da substância, isto é, o que existe noutra coisa pela qual também é concebido”. - *Ética II, definição V* - (ESPINOSA, 1979: 137).

⁴⁰ “O corpo humano é composto de um grande número de indivíduos (de natureza diversa), cada um dos quais é também muito composto”. - *Ética II, prop. XIII, postulado I* - (ESPINOSA, 1979: 148).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

individualidade de um corpo. De outro lado, um corpo afeta outros corpos, ou é afetado por outros corpos: é este poder de afetar e de ser afetado que também define um corpo na sua individualidade. (DELEUZE, 1981:128).

Seria ainda, para o filósofo, através daquilo que existe em comum entre os corpos, no mínimo entre dois corpos, que se depreenderiam *noções comuns*⁴¹ àqueles, ou seja, pela capacidade de afetação recíproca dos corpos seria possível estabelecer uma idéia (noção) que traduzisse algo comum a eles. Essa idéia, além de se constituir como um tipo de conhecimento⁴² legítimo, de algo comum àqueles corpos, serviria como índice de expressão da relação de composição que os corpos manteriam entre si, traduzindo aquilo que os afeta. As relações mantidas pelos corpos só tornam-se possíveis porque haveria algo comum entre eles, afinal só conseguimos perceber padrões de estímulos dentro dos limites de nossas capacidades e de nossos dispositivos sensoriais⁴³. Como é expresso no pensamento de Uexküll:

Se na flor não houvesse qualquer coisa de abelha
E na abelha não houvesse qualquer coisa de flor,
Nunca o acorde seria possível.
Se nos olhos não houvesse qualquer coisa de Sol,
Nunca eles poderiam vê-lo . (GOETHE *apud* UEXKÜLL, 1913:162).

Talvez seja possível pensar um modelo de inteligibilidade para a questão do vínculo, nas relações humanas, muito próximo da compreensão de Uexküll para as relações produzidas no plano da Natureza. Seria tentador teorizar sobre essa questão com as ferramentas que Espinosa e Uexküll nos disponibilizam, contudo aventurarmo-nos nesse caminho extrapolaria

⁴¹ “As noções comuns (*Ética*, II, 37-40) não são assim nomeadas por serem comuns a todos os espíritos, mas primeiramente porque representam algo de comum aos corpos: quer a todos os corpos (a extensão, o movimento e o repouso), quer a alguns corpos (no mínimo dois, o meu e outro) Nesse sentido as noções comuns não são de nenhuma forma idéias *abstratas*, mas idéias *gerais* (não constituem a essência de nenhuma coisa singular, II, 37); e, conforme a sua extensão, aplicando-se a todos os corpos ou apenas a alguns, são *mais ou menos gerais* (*Tratado Teológico-político*, Cap. 7)”. (DELEUZE, 1981:98, grifos do autor).

⁴² “O estatuto geral das noções comuns é claramente indicado pela expressão ‘segundo gênero de conhecimento’, situado entre o primeiro e o terceiro”. (DELEUZE, 1981:101).

⁴³ UEXKÜLL, 1913.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

os objetivos delimitados para essa pesquisa, assim sendo, ater-nos-emos a apresentar algumas hipóteses já defendidas por outros autores, lançando, aqui, apenas reflexões ou quiçá propostas para futuros trabalhos.

1.5 - E com gente, seria diferente?

Os modelos etológicos, apresentados acima, nos levam a refletir sobre os processos que produzem vínculo nas relações animais. Não seria prudente assumirmos que os mesmos processos que ocorrem no reino animal, embora o homem esteja incluído nele, estariam igualmente presentes no modo pelo qual o homem vincula-se socialmente. Embora o homem possua características estruturais (anatômicas, fisiológicas, neurológicas) que o assemelhem aos outros mamíferos, mais ainda aos outros primatas, em sua filogênese o homem adquiriu capacidades que o levaram a franquear, em muito, as outras espécies do reino ao qual ele mesmo pertence. As características estruturais que o tornariam semelhante aos outros mamíferos por si só não determinariam os processos que o constituem como espécie. A organização social, produto histórico de séculos de civilização, não figuraria apenas como um efeito da espécie humana, mas interage com ela na produção dos processos que a constitui⁴⁴. Homem e sociedade em suas características fundamentais co-emergem como produto e produção e os processos constitutivos de ambos encontram-se indissociáveis na expressão que os combina como humanidade. A partir desse ponto de vista, só poderíamos tomar os modos característicos do reino animal como índices expressivos dos processos particulares que ocorrem na sua organização, não podendo utilizá-los como referência para fenômenos que ocorrem na esfera humana. Entretanto, como visto acima, a etologia se insinuaria como domínio privilegiado para a observação de relações não mediadas por códigos simbólicos e, com isso, novamente viriam à tona questões que diriam respeito à natureza do homem. Não

⁴⁴ Canguilhem demonstrou muito bem como que as então chamadas *constantes fisiológicas*, sobre as quais a fisiologia bernardina se estabelecia, são influenciadas pelo modo de vida que o ser humano de diferentes culturas possui. O autor relata o caso de americanos que depois de viverem alguns anos na China - “Os chineses apresentam uma pressão sistólica média de 15 a 30 pontos inferior a dos americanos”- tiveram a média de suas pressões sistólicas diminuída, sugerindo que a mudança no modo de vida, por um determinado período de tempo, provocou modificações “- aparentemente duráveis – de constantes orgânicas.” (CANGUILHEM, 1966:245).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

uma natureza essencializadora, mas uma natureza expressa através de sua constituição que agencia em um mesmo ser – na espécie ou individualmente – “componentes os mais diversos, bioquímicos, comportamentais, perceptivos, hereditários, adquiridos, improvisados, sociais, etc, [...] em suma, um novo ‘jeito’ produzido pelo cruzamento do *semiótico* e do *material*”.(DELEUZE&GUATTARI, 1980: 151, grifos do autor).

Considerando as devidas diferenças entre o que seria próprio do homem e o que seria próprio dos animais, naquilo que um e outro possuem em suas constituições particulares, poderíamos, sob certa perspectiva, afirmar a radicalidade da diferença existente entre ambos os domínios. Há muito que o homem diferenciou-se dos animais, mesmo pertencendo à mesma ordem que outros primatas. Poderíamos nos manter focados nas diferenças e com isso direcionar nossos esforços para as concepções que teorizam ambos os domínios independentemente, ou desviar nosso olhar para uma similaridade no modo de relação – por *contraponto musical* – como idealizado por Uexküll, para o *plano da Natureza*.

Com o “amolecimento” da visão instintiva promovido pelas idéias de Uexküll, a distância existente entre animais e homem deixa de insinuar-se tão abismal quanto parecia. Com a *doutrina do mundo próprio* em mente, as prerrogativas de sujeito - como ser que não possui uma natureza em si independente das relações que mantém com o meio no qual está inserido - deixam de ser uma exclusividade do homem, passando a serem pensadas como comuns à organização das relações animais, também. Não queremos afirmar uma identidade inequívoca entre os modos peculiares de organização da vida entre homens e animais, mas pela via proposta por Uexküll encontramos a afirmação de um plano super-individual, um plano coletivo de organização, onde as relações não são produzidas por impulsos individuais (como os instintos), mas através de modos particulares de organização que o autor identifica como da ordem musical: harmônicas, melódicas, rítmicas. Esse modo de organização do *plano da Natureza*, identificado como *mundo próprio*, não equivaleria a um mundo particular, pessoal, produzido por e propriedade de uma individualidade. Falar de *mundo próprio do homem* não seria o mesmo que falar de *mundo próprio* de um homem, mas seria falar de mundo comum dos homens, mundo presente em qualquer homem. Ou como nos sugere Deleuze (1995) quando nos fala de *uma vida* como imanência, não se referindo a uma vida em particular, mas tomando o aspecto da vida que seria comum a todos os homens.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Uma vida está em toda parte, em todos os momentos que tal ou qual sujeito vivo atravessa e que tais objetos vividos medem: vida imanente que transporta os acontecimentos ou singularidades que não fazem mais do que se atualizar nos sujeitos e nos objetos.(DELEUZE, 1995:3).

Mundo que é compartilhado por todos os homens naquilo que os une de impessoal, naquilo que os caracteriza como uma comunidade. Poder-se-ia pensar este *mundo* como um plano comum de afetabilidade, com relações produzidas sob um regime de afetação recíproca, tanto como seria pensado por Espinosa, quanto, de forma análoga, é apresentado na tese do *plano da Natureza*, em sua concepção relacional por *contraponto musical*. Na teoria de Uexküll, o *mundo próprio* equivaleria a uma construção coletiva comum à espécie, inerente às particularidades constituintes da mesma, sem, contudo, anular as variações singulares responsáveis pela diferenciação individual. Fica-se entendido que o *mundo próprio*, pensado pelo autor, corresponda a um plano existencial comum, um grande território subjetivo, onde aspectos comuns são compartilhados e do qual os territórios individuais emergiriam.

1.5.1 - O amor e sua força vinculadora.

Desde tempos imemoriais que o amor é um dos principais agentes produtores de vínculo entre os seres. Não ousamos reduzir tal afeto ao homem. Como vimos acima, há autores (Lorenz) que entendem que determinados fenômenos expressos no reino animal, no que diz respeito à vinculação entre parceiros, seriam análogos àqueles produzidos entre humanos, impulsionados pelo amor. Entre os animais, conforme a tese de Lorenz, a vinculação como efeito do *rito* (descrito acima), seria perene e tornar-se-ia condição para que o impulso agressivo fosse redirecionado para fora dos limites da parceria. Não seria demasiado lembrarmos que o autor utiliza a palavra amor (sem aspas) para designar uma série complexa de condutas e expressões relativas aos *ritos* de vinculação existentes no reino animal. Embora já tenhamos justificado nossa posição alhures, ressaltaremos que Darwin (1863) em sua pesquisa sobre a expressão das emoções nos animais e no homem, estabelece uma relação muito próxima entre as respectivas emoções, na sua caracterização plástica (inclusive mímica facial), especialmente nos mamíferos superiores e no homem.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

Na mitologia greco-romana e hindu é comum deuses e semi-deuses serem subjugados pela força que o amor, como impulso, possui e enamoram-se por outros seres, sendo eles homens ou animais⁴⁵. Para os romanos as “flechas de Cupido⁴⁶” são ditas de possuírem um poder tal que colocaria aqueles que fossem vítimas dos dardos do deus sob o jugo do impulso amoroso. Os mitos gregos contêm inúmeras passagens que ilustram isso muito bem⁴⁷. A potência desse impulso pode ser traduzida pelo intenso desejo que experimentam os amantes de estarem junto de seus amados e em muitas vezes que o amor se fazia presente, ele não viria acompanhado de qualquer lógica ou bom senso, mas apenas “emergiria”, como efeito de um encontro casual, como vemos na poesia de Guimarães Rosa:

Ah, mas ah! – enquanto que me ouviam, mais um homem, tropeiro também, vinha entrando, na soleira da porta. Agüentei aquele nos meus olhos, e recebi um estremecer, em susto desfechado. Mas era um susto de coração alto, parecia a maior alegria. Soflagrante, conheci. O moço, tão variado e vistoso, era, pois sabe o senhor quem, mas quem, mesmo? Era o Menino! O Menino, senhor sim, aquele do porto do de-Janeiro, daquilo que lhe contei, o que atravessou o rio comigo, numa bamba canoa, toda a vida. E ele se chegou, eu do banco me levantei. Os olhos verdes, semelhantes grandes, o lembrável das compridas pestanas, a boca melhor bonita, o nariz fino, afiladinho. *Arvoamento desses, a gente estatela e não entende*; que dirá o senhor, eu contando só assim? Eu queria ir para ele, para abraço, mas minhas coragens não deram. Porque ele faltou com o passo, num rejeito, de acanhamento. Mas me reconheceu, visual. Os olhos nossos donos de nós dois. Sei que deve de ter sido um estabelecimento forte, porque as outras pessoas o novo notaram – isso no estado de tudo percebi. O Menino me deu

⁴⁵ “O Senhor Brama desce ao nosso mundo da Terra quando lhe apraz. Uma vez descansou sobre o monte Meru. Derramou uma lágrima dos olhos, e no lugar e no momento em que ela tocou o solo de ouro, nasceu o primeiro macaco.

Brama deu-lhe o nome de Riksharaja, e demorou-se sobre o Meru para fazer-lhe companhia. Riksharaja brincava na montanha. Passava por ali, explorava-a durante o dia e comia todas as frutas que desejava. E ao anoitecer, todos os dias, voltava para junto do Avô dos Mundos e colocava algumas flores aos pés de Brama.

Certa manhã, bem cedo, Riksharaja viu o próprio reflexo quando se inclinou para beber água num lago. Julgando que fosse o rosto de um inimigo que tentava tirar-lhe a água, Riksharaja atacou. Caiu no lago, foi até o fundo e não viu ninguém. Quando o macaco voltou à praia, tinha-se transformado em fêmea.

Era uma macaca tão linda que, estando ela na encosta de Meru, tanto Indra [Senhor dos Céus] quanto Surya, o Sol, a viram e se apaixonaram por ela. Na mesma manhã, primeiro Indra e depois Surya a possuíram.” (BUCK, 1976: 213-214).

⁴⁶ “**Cupido**, também conhecido como *Amor*, era o deus equivalente em Roma ao deus grego Eros. Filho de Vênus e de Marte, andava sempre com seu arco, pronto para disparar sobre o coração de homens e deuses.” (cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cupido>).

⁴⁷ OVÍDIO, *Metamorfoses*.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

a mão: e o que mão a mão diz é o curto; às vezes pode ser o mais adivinhado e conteúdo; isto também. E ele como sorriu. Digo ao senhor: até hoje para mim está sorrindo. Digo. Ele se chamava o Reinaldo.

Para que referir tudo no narrar, por menos e menor? Aquele *encontro nosso se deu sem o razoável comum*, sobrefalseado, como do que só em jornal e livro é que se lê. Mesmo o que estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido – porque, enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe diante. – ‘Essas são as horas da gente. As outras, de todo tempo, são as horas de todos’ – me explicou o compadre meu Quelemém. Que fosse como sendo o trivial do viver feito uma água, dentro dela se esteja, e que tudo ajunta e amortece – só rara vez se consegue subir com a cabeça fora dela, feito um milagre: peixinho pediu. *Por quê? Diz-que-direi ao senhor o que nem tanto é sabido: sempre que se começa a ter amor a alguém, no ramerrão, o amor pega e cresce é porque, de certo jeito, a gente quer que isso seja, e vai, na idéia, querendo e ajudando; mas, quando é destino dado, maior que o miúdo, a gente ama inteiriço fatal, carecendo de querer, e é um só facear com as surpresas. Amor desse, cresce primeiro; brota é depois.* (ROSA, 1967:189-190, grifo nosso).

Além do arrebatamento e da sensação de “necessidade” da presença do outro, comumente experimentada ao se estar apaixonado, o enamoramento, em sua “lógica irracional”, extrapola as fronteiras da razão, da moral, das tradições, dos costumes, mais uma vez é enaltecido na obra de Rosa, e muito bem caracterizado nas palavras de Riobaldo:

Estou contando ao senhor, que carece de um explicado. Pensar mal é fácil, porque esta vida é embrejada. A gente vive, eu acho, é mesmo para se desiludir e desmisturar. A senvergonhice reina, tão leve e leve pertencidamente, que por primeiro não se crê no sincero sem maldade. Está certo, sei. Mas ponho minha fiança: homem muito homem que fui, e homem por mulheres! – nunca tive inclinação pra aos vícios descontraídos. Repilo o que, o sem preceito. Então – o senhor me perguntará – o que era aquilo? Ah, lei ladra, o poder da vida. Direitinho declaro o que, durando todo tempo, sempre mais, às vezes menos, comigo se passou. Aquela mandante amizade. Eu não pensava em adiação nenhuma, de pior propósito. Mas eu gostava dele, dia mais dia, mais gostava. Diga o senhor: como um feitiço? Isso. Feito coisafeita. Era ele estar perto de mim, e nada me faltava. Era ele fechar a cara e estar tristonho, e eu perdia meu sossego. Era ele estar por longe, e eu só nele pensava. E eu mesmo não entendia então o que aquilo era? Sei que sim. Mas não. E eu mesmo entender não queria. Acho que. Aquela meiguice, desigual que ele sabia esconder o mais de sempre. E em mim a vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às vezes adivinhei insensatamente – tentação dessa eu esparecia, aí rijo comigo renegava. Muitos momentos. (ROSA, 1967:201-202).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

É fato que o amor, enquanto afeto, pode ser experimentado como uma força, como um impulso que partiria do indivíduo em direção às coisas do mundo, produzindo vinculação com os objetos de seu investimento. Esse ponto de vista, apresentado a seu modo na tese da agressão de Lorenz, supõe um impulso individual como motor dos encontros, ou seja, haveria a suposição da anterioridade do indivíduo em relação a um território comum, a um plano super-individual, como já colocado acima,. O território existencial seria produzido a partir dos investimentos afetivos/amorosos do indivíduo. É claro que há hipóteses muito bem construídas que defenderiam essa idéia, mas há também outras vertentes teóricas que apostam em uma posição secundária do indivíduo frente a um plano super-individual. Como vimos na concepção de *plano da Natureza* e no conceito de território como pensado por Deleuze&Guattari, onde os impulsos individuais são tomados como efeito da organização territorial que os precede. Os impulsos, tanto agressivos quanto amorosos/gregários, seriam *funções* decorrentes dos encontros e não motivadoras dele.

1.5.1.1 – O Amor como força coletiva.

Nesse ponto de vista que supõe o individual como secundário ao coletivo, encontramos a hipótese de Alberoni (1979), cujo eixo de sustentação apóia-se na concepção de que os movimentos coletivos seriam produzidos a partir de forças que mobilizam uma pluralidade de indivíduos impulsionando-os para um mesmo fim, sem serem estas forças efeito de uma liderança ou das motivações de “um” em particular.

Alberoni, em sua tese, concebe haver forças que em um determinado momento histórico emergem no coletivo, produzindo movimentos de massa, mas que também vêm a ser experimentadas/subjetivadas em uma modulação particular entre dois. Estas forças produzem aproximação, unem individualidades distintas e são reconhecidas não somente por produzirem uniões amorosas, mas de serem agentes motores de grandes movimentos coletivos vivenciados simultaneamente por uma diversidade de indivíduos. Nos movimentos coletivos, estariam incluídas as greves, motins, manifestações de protesto ou reivindicações coletivas sem uma autoria individual. Alberoni nomeia como *amor* e *enamramento* o processo particular onde estas forças são experimentadas a dois. O autor toma como exemplos, onde esse fenômeno poderia ser reconhecido, “a Revolução Francesa, a expansão do cristianismo e

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

do islamismo” (ALBERONI, 1979:6), mas acrescentando que ele poderia ser verificado em outros movimentos de menor porte.

No plano pessoal, *enamoramento* e amor seriam duas etapas, sucessivas ou não⁴⁸, da circulação dessas forças coletivas experimentadas em uma relação a dois. Para o autor, *enamoramento* seria o “*estado nascente*” de um sentimento vivenciado como força disruptiva de processos instituídos, sedimentados. Embora o *enamoramento* seja um processo exclusivamente vivenciado a dois, “todos os movimentos coletivos, na fase inicial, que mais adiante definiremos como estado nascente possuem tais características”. (ALBERONI, 1979:6). Estar enamorado significaria estar compartilhando uma experiência que envolveria o estado de paixão – bem conhecido dos amantes – assim como a comunhão de pensamentos e ideais coletivos⁴⁹ próprios de um momento histórico ou a uma questão exclusiva de dois.

Não há muito mais o que dizer sobre a tese de Alberoni, o próprio autor não dá muitos esclarecimentos acerca da natureza dessa força que produz o fenômeno de *enamoramento*, apenas circunscreve-a e a define entre as forças mobilizadoras de movimentos coletivos. Entretanto, não podemos exigir tal esclarecimento do autor, já que nem o conhecimento científico elucida o “porquê” dos fenômenos naturais, mas limita-se a produzir conhecimento sobre o funcionamento dos mesmos ou até-m-se a sua descrição. Ora, sabemos que a fisiologia descreve pormenorizadamente o funcionamento dos organismos vivos, as reações químicas que acontecem em cada órgão e mesmo a bioquímica celular em suas funções mais essenciais. Contudo, a despeito de muitos volumes escritos sobre tal funcionamento, ainda não se tornou claro o porquê que os organismos funcionam⁵⁰. O que faz com que as células elaborem suas atividades? Porque as mesmas trabalham coletivamente, agregando-se na complexidade da estrutura corpórea e daí decorrendo todos os fenômenos objetivos e subjetivos inerentes ao vivo? Seria uma presunção falar em coerência ou em racionalidade para a organização do vivo. Através da razão podemos compreender, ou mesmo delimitar a rica fenomenologia da

⁴⁸ Para o autor nem sempre haveria a passagem do estado de *enamoramento* para o amor.

⁴⁹ Em capítulo posterior estaremos trabalhando com a idéia de comunhão de pensamentos e ideais na relação clínica. Utilizaremos o enfoque dado por Daniel Stern para esse estado subjetivo de união do comum.

⁵⁰ “O problema da inquirição das causas em biologia não pode, porém, ser a redução dos processos vitais a processos físico-químicos. Estes só nos podem fornecer o conhecimento dos elementos cuja ordenação e mútua dependência determinam apenas o que há de específico nos processos vitais. Quando se procura reduzir o sistema altamente complicado dos fenômenos biológicos a acontecimentos causais, fica, no fim, sempre alguma coisa não analisável.” (UEXKÜLL *apud* KRISZAT. In: UEXKÜLL, 1913:190).

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

realidade, mas não nos parece sensato conceber a racionalidade como princípio organizador da matéria viva.

O que especialmente nos importa na tese de Alberoni é a abertura que este autor traz para pensar o modo de funcionamento das relações a dois e o que seria o elemento vinculador presente nelas. O autor aponta para forças do coletivo que vêm a serem experimentadas em modulações particulares, em frequências de vibração pessoais, sintonias, sensibilidades comuns.

As relações pessoais sob esta ótica, ou em outras palavras, a experiência inter-pessoal, não seriam mais do que a modulação de um movimento coletivo, trans-pessoal. Seriam casos particulares imersos na complexidade de um agenciamento coletivo super-individual.

Daniel Stern utiliza uma expressão própria para designar esse plano super-individual. Vai chamá-lo de *campo intersubjetivo*, que seria “o domínio de sentimentos, pensamentos e conhecimento que duas (ou mais) pessoas compartilham acerca da natureza de seu relacionamento atual. [...] Esse campo pode ser transformado. Pode-se entrar ou sair dele, aumentá-lo ou diminuí-lo, torná-lo mais ou menos claro”.(STERN, 2004:271). Estaremos trabalhando com esse conceito a seguir.

1.6 - A experiência intersubjetiva como um vínculo.

Desde os domínios etológicos até a relação clínica, temos avançado em nossa pesquisa sobre a natureza do(s) agente(s) envolvido(s) na produção de vínculos nas relações. Essa trajetória nos proporcionou, minimamente, a abertura necessária para pensarmos variações para os modelos tradicionais.

Na etologia nos deparamos com hipóteses arquitetadas sobre dinâmicas instintivas que seriam tanto responsáveis pela organização das relações em um grupo, como também pela produção de um vínculo perene entre parceiros, fossem estes do mesmo gênero ou não. Com isto, pudemos depreender que o impulso sexual (procriação) não seria imprescindível, pelo menos no reino animal, para a vinculação, e temos que convir que essa hipótese já significa um desvio do pensamento comum nesse tema. Já em outra vertente, menos *hard*, nos deparamos com uma concepção que não faz uso do conceito de instinto, mas teoriza a Natureza sendo organizada como um plano, onde as relações estariam estabelecidas tendo

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

como base um modelo da concepção musical: o *contraponto*. Abandonando o domínio etológico e adentrando no que seria próprio do humano, fomos direto ao *amor*. Afeto mais comumente tido como sendo aquele a vincular as pessoas. Em sua forma clássica o amor erótico pode ser apresentado como aparece no romance de Guimarães Rosa, na intensa relação entre os personagens Riobaldo e Diadorim, mas o *amor* também pode ser entendido ser uma força do coletivo experimentada em uma modulação particular entre dois, pertencendo, como força, a um plano comum, impessoal. Por essa via de compreensão, o *amor* não seria um impulso originado do indivíduo e direcionado para algum objeto do seu meio, mas o sentido desse movimento seria o inverso, ou seja, suporia duas ou mais individualidades que em determinado momento “entrassem” em sintonia com um movimento que se processa em um plano super-individual, a partir do qual a experiência comum de dois ocorreria.

Como figura entre nossos objetivos apresentar o trabalho de Daniel Stern, começaremos a introduzir seus conceitos. Sem dúvida que Stern encontra-se mais comprometido com a clínica de bebês e quiçá com as devidas transposições que se possa fazer desta para a clínica geral. Sua tese eixo de trabalho para nossa dissertação encontra-se demonstrada no livro *The Interpersonal World Of the Infant: A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology*, cuja apresentação estará sintetizada no capítulo final dessa dissertação. Entretanto, devido à abrangência de suas hipóteses, nos deparamos com sua concepção acerca dos processos motivacionais que concorreriam para a coesão e produção de laços sociais.

Mas antes de adentrarmos, propriamente, no pensamento de Stern torna-se necessário fazermos um pequeno desvio de nossa linha de pesquisa para marcar a diferença entre o enfoque de *campo intersubjetivo* – conceito do autor – e de *plano intersubjetivo*. Não pretendemos descaracterizar o conceito, assim como ele é apresentado, mas entendemos que seria mais apropriado para a experiência clínica contemporânea e em consonância com a perspectiva construtivista, operar tal digressão crítica. Sem nos estendermos muito nessa digressão, citamos que o conceito de campo na psicologia remonta aos trabalhos de Kurt Lewin⁵¹, da escola alemã da Gestalt. O campo da Gestalt seria constituído, grosso modo, por

⁵¹ “Lewin esboçou, num artigo muito curioso (*Der Richtungsbegriff in der Psychologie*, 1934 – nota do autor), uma generalização de sua noção de campo. É, em suma, a de um espaço geométrico no qual se move a atividade do indivíduo, o espaço ‘hodológico’, ou lugar dos caminhos seguidos por essa atividade. Não se trata do espaço objetivo, mas do espaço subjetivo, fenomênico, ocupado pelos objetos tais como se apresentam na percepção do ser vivo, com seus valores positivos e negativos,

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

uma dinâmica de forças que tenderiam ao equilíbrio. Estaria sujeito às leis propostas pela teoria gestaltista – lei da pregnância ou boa forma, a tendência ao equilíbrio do sistema, a segregação figura-fundo, e a constância perceptiva⁵² - e, conservaria a característica mais relevante à nossa digressão que seria a manutenção de um eixo dicotômico sujeito/objeto em sua separação radical. Stern não afirma a separação absoluta dos termos estruturadores do *campo intersubjetivo*, no entanto como foca a sua tese na relação diádica entre bebê e cuidador, pode ficar entendido, com isso, que haveria a conservação da separação entre sujeito e objeto, como esta é compreendida na fundamentação da noção de *campo*. O *campo intersubjetivo* seria um território compartilhado por duas ou mais pessoas, onde pensamentos, sentimentos, afetos e outras matérias expressivas circulariam produzindo uma experiência comum. Em nenhum momento Stern sugere ser esse campo um plano de emergência dos próprios termos da(s) relação(ões) que nele se dá, embora devamos ressaltar que ele também não afirma peremptoriamente o contrário. Nosso argumento incidirá justamente nesse ponto. Pois nos inclinamos a pensar esse território não como um *campo*, mas como um *plano*; e, é essa idéia que pretendemos afirmar. A noção de *plano*, na psicologia, ganha força a partir dos trabalhos, na França dos anos 60/70, da corrente Institucionalista, cuja orientação de pesquisa passa a utilizar uma outra metodologia – a *pesquisa-intervenção* – que vai desconstituir a suposta rigidez estrutural que mantinha os termos da relação sujeito/objeto separados, no campo de pesquisa. Esse novo dispositivo vai apontar que ambos os termos, assim como o conhecimento que deles se produz, se constituem no mesmo momento, como vemos em: “A pesquisa-intervenção, ou apenas a intervenção, como procedimento de aproximação com o campo, mostra-nos que ambos - pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento - se constituem no mesmo momento, no mesmo processo”.(PASSOS&BARROS, 2000:3). A ruptura com a tradição moderna não somente produziu uma nova metodologia de pesquisa e intervenção nas instituições, mas disparou uma onda de questionamentos que ressoaram nos domínios da epistemologia e da psicologia clínica. O termo campo sofre um deslocamento do lugar que habitualmente ocupava como

objetos atraentes, obstáculos e barreiras. Do mesmo modo que a física moderna se geometrizou, mas enchendo o espaço vazio e amorfo do geômetra com determinações físicas, dotando-o de novos parâmetros, assim igualmente Lewin parece conceber uma geometrização da psicologia, a qual teria por base a noção de um campo diferenciado, não somente pela distância e grandeza dos objetos que o constituem, mas também pelas propriedades que se dirigem à *afetividade* de um ser vivo”.(GUILLAUME, 1937:118, grifo nosso).

⁵² GUILLAUME, 1937.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

território “entre dois” quando é “apontado o engendramento dos termos que lhe balizariam os limites. Sujeito e objeto não são mais realidades previamente dadas, mas se produzem por efeito das práticas”. (PASSOS&BARROS, 2000:4). O conceito de *campo intersubjetivo* traz carregado a si a imagem de um “espaço de articulação entre sujeitos, entre objetos ou entre sujeitos e objetos. Neste caso, cairíamos na noção de intersubjetividade, seja de sistema de objetos ou de ‘espaço vital’, mantendo a idéia de sujeitos independentes em contato uns com os outros”. (PASSOS&BARROS, 2000:5). Dessa maneira, o uso do conceito de *campo* viria comprometido com um momento histórico, no qual a psicologia inserir-se-ia, em que sua compreensão estaria nitidamente vinculada ao modo de produção do conhecimento nas ciências naturais, cuja sustentação se daria sobre o eixo sujeito/objeto naquilo que ambos elementos desse binômio supostamente teriam de constituição independente um do outro. Mas retornemos à apresentação do modo como Stern compreende a *intersubjetividade*.

Se em termos “estritamente” objetivos seria possível afirmar que a individuação emergiria a partir de um coletivo; subjetivamente, poderíamos afirmar que não seria diferente.

Sem nos adentrarmos em embates filosóficos sobre realismo, representacionismo ou solipsismo, estaremos adotando o conceito de *subjetividade*, como este é apresentado por Guattari&Rolnik (1986). Para estes autores, a subjetividade não se definiria por estruturas (como um código genético) ou elementos determinantes a partir dos quais os aspectos subjetivos (sutis, não materiais) estabelecer-se-iam como efeito, ou mesmo viriam ancorados.

Os processos de subjetivação são sempre polifônicos, heterogêneos, múltiplos. A ordem para a singularização desses processos seria aquela que partiria do coletivo para o individual, da experiência diversificada para a experiência unificada, sem, no entanto, esta se tornar monolítica. Integração pressuporia diversidade sentida como unidade, reunião de processos diversos em uma experiência comum, integral, inteira.

Com Stern, veremos que a experiência de si seria decorrente de um processo contínuo de diferenciação e integração. Para tal, capacidades internas diversas concorreriam na produção de perspectivas de organização da experiência subjetiva, no curso da ontogênese. Poderíamos falar de processos perenes de formação da experiência subjetiva, uma vez que a subjetividade é compreendida ser um processo de formação/transformação constante. Estas perspectivas, ou *sensos de si* emergiriam em períodos da vida específicos sem, contudo,

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

atingirem uma forma final estática, imutável, pois sua constituição estaria intimamente ligada aos processos coletivos de transformação.

A experiência de si seria produto comum da integração das experiências engendradas por estes sentidos. De modo análogo, Guattari&Rolnik (1986) pensam como a subjetividade seria produzida por uma multiplicidade de agentes coletivos, polifônicos, heterogêneos. Os processos de individuação pressuporiam uma instância coletiva, um agenciamento comum, a partir do qual a individuação como emergência seria possível. Com Stern, a experiência de diferenciação entre o si e o outro acontece como processo contínuo que se estabelece desde as primeiras semanas de vida, sendo expresso através de uma organização, ainda insipiente, chamada de “*o senso de um Si Emergente*”⁵³. A hipótese do autor subverte as teorias dominantes que afirmam que essa experiência só seria possível quando o “eu” – sujeito da reflexão - emergisse em conjunto com a linguagem. A diferenciação diria respeito à experiência de separação frente ao outro e ao mundo. Mas será que é possível conceber uma realidade objetiva distinta de um mundo subjetivo?

Stern concebe que a *intersubjetividade* – que grosso modo pode ser traduzida como uma experiência de “sentir com o outro”, onde estados subjetivos seriam experimentados como comuns de dois – viria a ser um “sistema motivacional básico e primário” (STERN, 2004:119). Para ele, a experiência intersubjetiva goza do mesmo status que outros impulsos motivadores teriam na produção e/ou manutenção de vínculos. O autor defende que sistemas motivacionais seriam dispositivos, inatos⁵⁴ ou não, que teriam como efeito impulsionar a formação de pares ou grupos, o que seria fundamental para a sobrevivência da espécie.

A intersubjetividade é uma condição de humanidade. Sugiro que é também um sistema de motivação inato e primário, essencial para a sobrevivência da espécie e que goza de status comparável ao do sexo ou do apego. (STERN, 2000:119).

Nessa perspectiva ele vai listar algumas das “capacidades e motivações” que atuam como agentes na determinação de vínculos pessoais ou grupais, as quais seriam: “vínculos

⁵³ Em capítulo posterior estaremos apresentando em pormenor o trabalho de Daniel Stern.

⁵⁴ Discutiremos o inatismo em Stern, no capítulo seguinte.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

afetivos, atração sexual, hierarquias de dominação, amor, sociabilidade. A intersubjetividade deve ser adicionada à lista”.(STERN, 2000:120).

Stern enfatiza o caráter inato e primário da intersubjetividade, pois ao atribuir a ela valor adaptativo, favorecendo a sobrevivência da espécie, remete o seu surgimento a um período da história da humanidade fundamental para o seu desenvolvimento, onde a formação de famílias e grupos ocuparia destaque. O caráter primário dessa experiência pode ser devido a atribuir-se a ela uma anterioridade em relação a outros modos de interação possíveis de existir entre dois ou mais membros de uma mesma espécie. De fato, a experiência intersubjetiva formaria a base para qualquer outra forma de interação pessoal acontecer. Seria por meio dela que estados internos, afetos, intenções e outras qualidades intensivas da experiência com o outro poderiam ser compartilhadas. A magnitude do salto qualitativo que essa experiência proporcionará ao homem será expressa em capacidades específicas que se desenvolveriam a reboque da intersubjetividade, entre elas a linguagem. Partimos do pressuposto que para interagir com o outro se deve acreditar que ele possa compartilhar um mesmo sistema de referências com você, como vemos: “A própria linguagem não poderia emergir se não tivesse uma base intersubjetiva. Você só fala com alguém porque acredita que ele pode compartilhar sua paisagem mental e agir de acordo com ela”. (STERN, 2000:125).

Sem dúvida que discutir o conceito de *inatismo* ou o valor adaptativo da *intersubjetividade*, para a espécie, seria de grande relevância e enriquecedor para qualquer trabalho acadêmico. Contudo há um aspecto da *intersubjetividade* que se torna mais importante para nossa pesquisa, pois diz respeito diretamente à experiência clínica e aos dispositivos implicados na produção do vínculo entre paciente e terapeuta. Dentre os sistemas motivacionais que Stern considera, a *intersubjetividade* afigura-se como o dispositivo mais importante para a constituição da relação na clínica: “Para a máxima conexão entre as pessoas, apego e intersubjetividade são necessários, além do amor. Na situação clínica, a intersubjetividade é essencial, o apego e o amor nem tanto. Contudo, existe em geral uma mistura dos três, as proporções variando amplamente”. (STERN, 2000:124). Como efeito do estabelecimento da comunhão intersubjetiva, não somente o compartilhar de afetos, sentimentos, intenções e pensamentos se torna uma experiência sensível, mas também um sentimento de *pertinência psicológica* emergiria, totalizando a experiência com o outro.

A formação de uma família ou grupo implicaria não somente nas relações produzidas por meio de impulsos individuais surgidos a partir do encontro de seus membros. De fato, entendemos que tais impulsos surgiriam como efeitos provenientes da relação em si, esta

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

sendo compreendida como uma experiência compartilhada – *intersubjetiva* - por dois ou por um grupo específico. A emergência dos impulsos é garantida por uma base subjetiva produtora de um sentimento de comunidade. Esse sentimento, por sua vez, entendemos ser o mesmo que o autor vai chamar de experiência de *pertinência psicológica*, através da qual uma individualidade seria capaz de compartilhar o “seu⁵⁵” mundo interior com um parceiro, com uma família ou com um grupo. O desejo por essa experiência, segundo Stern, seria o maior motivador pela busca de uma terapia. Para o autor, os pacientes experimentam a necessidade de sentirem-se conhecidos, de terem sua experiência privada compartilhada, ao menos com “um” outro⁵⁶, e de serem aceitos no seu modo de ser. O estabelecimento desse *campo intersubjetivo* e a sua regulação seriam, fundamentalmente, o trabalho terapêutico, como escrito pelo autor:

O desejo de intersubjetividade é uma das mais importantes motivações que impulsionam uma psicoterapia. Os pacientes desejam ser conhecidos e compartilhar como é ser eles. Evidentemente, esta vontade é em parte contrabalançada por várias trepidações. Quando olhamos de perto o processo terapêutico descobrimos que ele é mais facilmente compreendido como a regulação do campo intersubjetivo entre terapeuta e paciente. O desejo de ser conhecido e a contínua regulação do espaço intersubjetivo também são características essenciais de qualquer amizade íntima. (STERN, 2000:119).

Se por um lado a intersubjetividade abre caminho para o sentimento de pertinência psicológica a uma família ou grupo, por outro lado a ausência de tal experiência, poderia ter conseqüências psíquicas dolorosas. “Em jogo estão a intimidade e o pertencimento psicológicos” (STERN, 2000:122), que seriam aspectos integrantes da saúde psíquica de qualquer ser humano. Transtornos, como o autismo, são considerados, pelo autor, como sendo expressões clínicas patológicas da falta de intimidade psíquica que seu portador possuiria frente ao outro. Pode-se observar nas crianças autistas que elas possuem algum tipo de ligação

⁵⁵ Utilizamos a palavra “seu” entre aspas porque, assim como grande parte dos autores que usamos como referência nessa dissertação, apostamos na idéia de que o indivíduo não seria detentor de um mundo privado propriamente seu, mas que sua configuração subjetiva seria efeito de um processo contínuo de constituição historicamente produzido.

⁵⁶ No capítulo III, onde descrevemos sucintamente a tese principal de Daniel Stern, destacamos um relato clínico que, embora seja de outro autor – Masud Khan -, teria como temática esse desejo ao qual Stern faz alusão.

1 - Dos animais ao homem – o que circula no coletivo e entre dois?

com seus cuidadores, que, na realidade poder-se-ia dizer que são apegadas àqueles que as cuidam sem, contudo, demonstrarem possuir uma experiência intersubjetiva mais rica com os mesmos. O autor fecha apontando que: “O medo da solidão psíquica pertence à nossa condição intersubjetiva”. (STERN, 2000:129).

2 - Desconstruindo modelos

2.1 - Desenvolvimento e Bom Senso.

Se pudermos considerar que na tese de Daniel Stern há uma vertente desenvolvimentista, certamente essa perspectiva ganha um tom muito particular. Assim, cabe-nos abrir um “parêntese” para redefinir⁵⁷ o sentido de desenvolvimento e estarmos, com o autor, compreendendo o uso que o mesmo faz, ou insinua, em sua teoria que aqui será retratada.

Antes de descrevermos o enfoque desenvolvimentista da teoria de Stern nos remeteremos a um momento na história da civilização ocidental onde as idéias de desenvolvimento e evolução entram em cena e apontaremos para o instante no qual elas emergem⁵⁸ no universo científico. Após a publicação de *A Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural* e da popularização das hipóteses formuladas por seu autor acerca dos processos naturais de desenvolvimento das espécies, incluindo o homem, todo o pensamento ocidental no domínio dos estudos humanos passou, de alguma maneira, a carregar a marca que a revolução evolucionista encabeçada por Darwin cunhou.

Darwin, naturalista britânico, parte em viagem a bordo do H.M.S Beagle durante os anos de 1831-1836 (SCHULTZ, 1981) para uma expedição científica ao redor do mundo. Viaja pela América do Sul e Nova Zelândia tendo a oportunidade de observar uma grande variedade de espécies vegetais e animais e coletar dados que vêem a fundamentar a sua teoria. A idéia de evolução não nasce com Darwin⁵⁹: “Foi Condorcet (1743-1794) quem estabeleceu

⁵⁷ Ao introduzirmos um sentido particular à idéia de desenvolvimento em psicologia estaremos operando um desvio do sentido comumente empregado ao termo pelas escolas teóricas desenvolvimentistas.

⁵⁸ O conceito de *emergência* é dito como sendo o momento histórico onde determinada idéia ou conceito emerge a partir de um campo de forças heterogêneo. “A *emergência* é portanto a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude... a *emergência*, o ponto de surgimento”.(FOUCAULT, 1979: 23-24).

⁵⁹ Podemos citar, minimamente, dois antecessores de Darwin que, em seus trabalhos, já apontavam para a transformação das espécies a partir da herança ou da força dos hábitos. “**Erasmus Darwin**

2 - Desconstruindo modelos

explicitamente a idéia de que a história do Homem era um desenvolvimento direcional de estados inferiores para superiores” (DOBZHANSKY, 1961: 3). Podemos ainda dizer que ela é o fruto amadurecido de uma época onde o questionamento sobre as concepções de mundo sustentadas pelo dogmatismo religioso atinge o seu apogeu.

Quando Darwin retorna à Inglaterra hesita durante anos para divulgar abertamente suas hipóteses, pois tinha a convicção que a revelação daquilo que ele pôde inferir, oriundo de suas observações, viria a desestabilizar as tradições vigentes e reformular o paradigma da história natural. Não seria somente uma mera revelação científica, como a descoberta de uma nova espécie animal poderia ser, mas suas hipóteses continham a potência de subverter toda uma ordem de pensamento que estava instituída há pelos menos 18 séculos, e Darwin bem sabia como a afirmação de determinadas idéias poderia conduzir o seu autor para fins muito menos agradáveis que aqueles que um homem de ciência poderia esperar ao proclamar suas descobertas⁶⁰.

Finalmente, quando Darwin traz a público a sua teoria, como já era de se esperar, encontra forte resistência por parte dos defensores da tradição criacionista⁶¹. A reação por parte de alguns segmentos religiosos foi de total repúdio: “Se a teoria darwinista for

(1731-1802) Avô de Charles Darwin, publicou o livro **Zoonomia ou Leis da vida orgânica** (1794-1796) onde assinalou que a variação do ambiente provoca uma resposta do organismo (estrutura de um órgão). Portanto os animais se transformavam pelo hábito provocado pelas necessidades. Em suma, Erasmus Darwin acreditava na herança de caracteres adquiridos, e com essa crença produziu o que decerto era uma emergente teoria de evolução, embora, de fato, ainda deixasse muitas questões sem resposta”. Contemporâneo de Darwin, “**Jean Baptiste de Monet - Cavaleiro de Lamarck (1744-1829)**. Os trabalhos mais conhecidos de Lamarck são a **Filosofia Zoológica** (1809) e os sete volumes da **História Natural dos animais invertebrados** (1815-1822). (Foi Lamarck que introduziu a valiosa classificação de Vertebrados e Invertebrados). Sob o ponto de vista evolutivo afirmou que:

- Um ambiente em mudança altera as necessidades de um organismo que responde alterando seu comportamento usando mais alguns órgãos do que outros.
- Uso e Desuso alteram a morfologia que é transmitida para a geração seguinte (Herança dos caracteres adquiridos)”. (<http://www.assis.unesp.br/~egalhard/evolucao.htm>).

⁶⁰ Nos referimos aqui aos tantos processos inquisitórios movidos pela Igreja Católica contra aqueles que ousaram pensar diferentemente dos seus dogmas. Tivemos Giordano Bruno, torturado e queimado em 1600, Galileu, que teve que renegar sua teoria para não ir para a fogueira em 1616, para citar alguns.

⁶¹ Assumimos aqui como Teoria Criacionista o conjunto de idéias, compostas principalmente por vertentes religiosas diversas, que defendiam que o surgimento do homem sobre a terra teria sido por um ato divino de criação, tal como o mito da Criação do Homem como descrito no Gênesis. O criacionismo não era defendido apenas pelas religiões, muitas correntes filosóficas, desde Platão até meados do século XIX, durante todo o período da escolástica concebiam a cosmologia sob um modelo criacionista.

2 - Desconstruindo modelos

verdadeira, o Gênesis é uma mentira... e a revelação de Deus ao homem, tal como nós, cristãos, a conhecemos, é uma ilusão” (WHITE *apud* SCHULTZ, 1981:129). Ao conceber um ancestral comum ao homem e aos outros primatas Darwin desfecha um duplo golpe sobre o *status* que era concedido ao homem no plano da Criação Divina⁶². Durante séculos o homem tinha reinado como o soberano do planeta, detentor do direito de exploração de todos os recursos que a Terra pudesse oferecer-lhe, senhor da vida e da morte das espécies que aqui habitavam. A um só tempo, Darwin, com sua teoria, destituiu o homem do patamar que este ocupava no cume da escala da criação, rompendo com a suposta hierarquia que lhe era atribuída sobre os outros seres, reduzindo-o, inelutavelmente, a uma espécie animal como outra qualquer que habitava o planeta e, como estas, sujeito também a todos os processos que a seleção natural impunha. Dessa forma são desconstituídas a imagem deificada de homem e conseqüentemente desantropomorfizada a imagem de Deus.

O Mito da Criação conservava instituído um modelo de homem concebido como um ser imutável destituído da necessidade de mudar ou evoluir, perene em seus aspectos corporais e espirituais, uma vez que era concebido à imagem e semelhança de Deus. Após as revelações darwinianas a concepção criacionista cede lugar a um novo ideal de homem. Este agora é entendido como um ser que se transforma, em corpo e espírito ao longo dos tempos; que se desenvolve como espécie, adaptando-se às transformações que o meio lhe impõe e transformando o meio no qual habita. O modelo de evolução filogenético constrói-se sobre os pressupostos desenvolvimentistas que a biologia já havia estabelecido para a ontogênese.

As mudanças que a sociedade sofre nessa época, talvez tenham servido como agente impulsionador para a aceitação da teoria darwinista, como são apontadas:

O impacto da mudança contínua estava sendo observado tanto no domínio intelectual e científico como na vida cotidiana. A sociedade estava sendo transformada pelas forças da Revolução Industrial. Valores, relações sociais e normas culturais que tinham sido constantes durante gerações estavam sendo destroçadas (...) Sobretudo, havia a crescente influência da ciência (...) Mudança era o *Zeitgeist* da época. Ela afetou o lavrador, cuja vida passara a pulsar segundo o ritmo da máquina, e não mais das estações, assim como o cientista, que agora passava o tempo desvendando os segredos de um conjunto de ossos recém-descobertos. O clima social e intelectual

⁶² “Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra”. *Gênesis*: 2, 26.

2 - Desconstruindo modelos

tornava cientificamente respeitável a idéia de uma teoria evolutiva. (SCHULTZ, 1981:125-126).

Mesmo tendo enfrentado forte oposição pelos segmentos mais conservadores da sociedade, as idéias evolucionistas conquistaram espaço na comunidade científica⁶³ do final do século XIX. Não seria possível para tal pensamento, pela dimensão daquilo que ele carregava de inovador, permanecer contido nos espaços privados dos círculos de debates científicos. O novo modelo de inteligibilidade do fenômeno humano rapidamente ganha a opinião pública e inscreve-se no saber popular⁶⁴. “A doxa pode ser descrita como um sistema de crenças manifestando-se na prática, na conduta, nos sentimentos e nas falas, crenças tais que, quem as possui nada mais deseja, e pensa, graças a elas...” (CHATELET, 1962:89). As “opiniões” carregam em si uma certeza inequívoca, pois se diz que “se o homem da doxa fala, é para dizer e não para discutir” (CHATELET, 1962), e as idéias que expressam são plenas de sentido⁶⁵ uma vez que sua construção se dá fundamentada na tradição de onde aquele que a profere advém.

Tradicionalmente, quando se fala de *doxa*, a opinião é tratada como sendo bom senso ou senso comum. Chatelet não faz distinção entre as duas entidades, utiliza ambas as expressões para referir-se à opinião popular e para distinguir esta frente ao ponto de vista filosófico e do conhecimento científico; no entanto Deleuze (*Lógica do Sentido*, 1969) propõe uma diferenciação para as duas figuras da *doxa*. Trata *bom senso* e *senso comum* distintamente embora apresente as duas figuras como aspectos inseparáveis, como “forças

⁶³ Mesmo entre os homens de ciência havia oposição ao pensamento evolucionista darwiniano. As teorias do naturalista francês Jean Baptiste Lamarck sobre a modificação dos caracteres corporais pelo esforço adaptativo e a sua herança às gerações sucedentes era o modelo de evolução corrente na época.

⁶⁴ A opinião popular, em oposição ao ponto de vista filosófico, é tratada na filosofia clássica como *doxa*: “Para Sócrates... *doxa* era a formulação em fala daquilo que *dokei moi*, daquilo que me parece.” A *doxa* dizia respeito à opinião que cada um possuía sobre determinado assunto, sem no entanto conter em si “alguma coisa absoluta e válida para todos”. Cada qual, de acordo com a posição que ocupa no mundo possui uma perspectiva própria a respeito do mundo, uma compreensão inerente ao modo pelo qual o “mundo se abre para mim... todo o homem tem a sua própria *doxa*, a sua própria abertura para o mundo”. (Cf. António Bento, Universidade da Beira Interior, in <http://bocc.ubi.pt/pag/bento-antonio-socrates-platao.html>).

⁶⁵ “[...] a ‘opinião’ situa-se espontânea e constantemente em um universo onde não há outra coisa a fazer ou a pensar senão o que ela recomenda: não considera ainda (ou mais precisamente, ainda não possui) a oposição do erro e da verdade; simplesmente, *ela*, possui *o sentido* – que não compreende e não procura compreender – e tudo o que não é ela é, a seus olhos, desprovido de sentido”.(CHATELET, 1962:89, grifo do autor).

2 - Desconstruindo modelos

complementares” que se expressam através de uma mesma perspectiva, a opinião. Tal qual a outra face de uma moeda, o senso comum apresenta-se sempre indissociável do bom senso. O bom senso “se diz de uma direção: ele é senso único, exprime a existência de uma ordem de acordo com a qual é preciso escolher uma direção e se fixar a ela”.(DELEUZE, 1969:78). A ordem no *bom senso* está associada à orientação que o fluxo do tempo toma e essa direção é sempre a que conduz do passado rumo ao futuro, uma vez que os processos naturais observados, sob o olhar do vulgo, apresentam-se inequivocamente seguindo um curso inalterável onde a sucessão de acontecimentos cria a impressão de linearidade, causalidade e consecutividade na ordem dos fatos. O tempo em seu regime cronológico é tido como determinante e não deixa dúvidas quanto à direção em que os processos naturais seguem. O presente, nessa trajetória, é tomado como ponto de referência a partir do qual a ordem é estabelecida “[...] Esta ordem do tempo, do passado ao futuro, é pois instaurada com relação ao presente, isto é, com relação a uma fase determinada do tempo escolhida no sistema individual considerado”. (DELEUZE, 1969:78).

Outra característica do *bom senso*, intimamente ligada à ordem temporal, é a função de previsibilidade que a ele é atribuída: “O bom senso se dá assim a condição sob a qual ele preenche sua função, que é essencialmente a de prever [...]”.(DELEUZE, 1969:78). Previsibilidade é uma questão capital dentro do pensamento científico. A definição *a priori* do objeto ora buscado no experimento, como a metodologia científica clássica determina, implica que exista uma ordem na conduta do trabalho a qual se orienta balizada na expectativa do que se espera alcançar ao término da pesquisa. Fazer ciência torna-se, assim, a repetição de fórmulas testadas e retestadas cujo êxito não deixa dúvidas quanto à exatidão dos protocolos utilizados e do fim almejado.

O *senso comum* está sempre associado ao *bom senso* e confere a este o sentido de direção que lhe é característico. Dessa maneira, diz-se que o *senso comum* “não é mais uma direção, mas um órgão” (DELEUZE, 1969), não mais um sentido, mas “o sentido” dos sentidos cuja faculdade seria a de subsumir a uma unidade a diversidade das experiências, advindas através de “órgãos diferenciados”, de “faculdades diversas da alma”, e organizá-las conferindo-lhes consistência de sentido. De modo análogo à organização da experiência corporal, que condensa em um corpo a funcionalidade de diversos órgãos, de sistemas, de milhares de células, integrando as afecções⁶⁶ de cada uma dessas partes a uma experiência de

⁶⁶ Evocamos a idéia de *afecção* presente na filosofia de Espinosa: “Por afecções entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou

unidade; *o senso comum* integra as experiências subjetivas “a uma unidade capaz de dizer Eu: é um só e mesmo eu que, percebe, imagina, lembra-se, sabe etc.; e que respira, que dorme, que anda, que come...” (DELEUZE, 1969:80). Se subjetivamente o senso comum opera reduzindo a multiplicidade à unidade, indo do “mais diferenciado ao menos diferenciado”, do todo ao particular, determinando a “origem de um sistema individual”, objetivamente promove um “alisamento⁶⁷” do diverso, opera identificando multiplicidades diferenciadas a “uma forma particular de objeto” sob uma faculdade que identifica e unifica a experiência subsumindo-a a uma unidade, a um “eu”.

Mas que “eu” seria esse ao qual Deleuze se refere?

2.2 - Evolução e Eu.

Sabemos que o ser humano, desde a mais tenra idade, pela dinâmica existente entre as suas capacidades inatas e os estímulos que provêm do meio que o cerca, desenvolve certas perspectivas de organização da experiência subjetiva (STERN, 1985). Os diversos estímulos, tanto externos (via aparelho perceptivo) quanto internos (via propriocepção) são organizados e formam, durante períodos determinados da vida, perspectivas complexas de conhecimento e relacionamento consigo e com o mundo. Estas perspectivas, também chamadas de *sensos*⁶⁸ (STERN, 1985), possuem características particulares e, salvo alguma anomalia, são observadas em sua emergência no decurso da vida infantil.

Stern sugere que o *senso de um Eu Verbal* (perspectiva de organização da experiência subjetiva cuja emergência só ocorre após outros três sentidos já terem se constituído) vem a ser

entravada, assim como as idéias dessas afecções”.- *Ética III, definição III* - (ESPINOSA, 1979:178); e “O corpo humano é composto de um grande número de indivíduos (de natureza diversa), cada um dos quais é também muito composto”.- *Ética II, prop. XIII, postulado I* - (ESPINOSA, 1979:149).

⁶⁷ Queremos dizer com “alisamento” uma operação subjetiva que tem como expressão a redução das diferenças encontradas no plano da realidade para uma diversidade de formas às quais podem ser generalizadas a uma categoria ou a um objeto, produzindo como efeito a “estranha” sensação de estarmos encontrando o mesmo objeto ou fenômeno, ao invés de “vermos” a diferença existente em cada um deles.

⁶⁸ Optamos neste trabalho propor, em alguns momentos, traduções dos conceitos da obra de D. Stern que nem sempre acompanham a norma de tradução vigente do texto publicado pela Editora Artes Médicas. Juntamente com a tradução proposta estaremos apresentando a justificativa para a mesma.

2 - Desconstruindo modelos

o último desses modos peculiares de organização da experiência a emergir. Isso acontecendo por volta dos 18 meses de idade e coincidindo com o momento em que a criança começa a falar. O aspecto principal, desse modo de conhecer a si e o mundo e consequentemente de relacionar-se socialmente é caracterizado pela experiência de si em que o “eu reflexivo” torna-se presente. É durante esse período que pode ser observado na criança uma mudança de atitude frente à sua imagem refletida no espelho. Agora ao invés da criança olhar para a imagem no espelho sem reconhecer-se nela, ela aponta para a sua própria imagem, em uma atitude clara de reconhecimento de si mesma. A partir desse momento, a auto-reflexão, a referência a si e a linguagem passam a ser mediadores permanentemente presentes em todas as experiências que o sujeito venha a ter.

A despeito da existência de outros modos de organização da experiência subjetiva, o modo hegemônico afirmado durante séculos na civilização ocidental⁶⁹ tem sido aquele apoiado no sujeito cognoscente, fundamento da filosofia racional, expresso na fórmula cartesiana do *cogito*: “O pensamento implica o ser: o eu sou é a consequência imediata do eu penso. Descartes no-lo diz: ‘Penso, logo existo.’ Portanto, penso e sou. Mas que sou eu? Justamente um ser que pensa, e que duvida, e que nega” (KOYRÉ, 1963: 86). Vemos como, no pensamento defendido por Descartes, a idéia de um “eu” está diretamente associada à capacidade de pensar e por meio dessa capacidade o conhecimento verdadeiro das coisas seria atingido. Com isso, é afirmada a importância de privilegiar a experiência mediada pelo “eu pensante” em detrimento da experiência mediada pelos sentidos, pois não se poderia aceitar como verdadeiras as impressões advindas do mundo através das vias sensoriais, como vemos em Descartes: “Até o momento presente, tudo o que considere mais verdadeiro e certo, aprendi-o dos sentidos ou por intermédio dos sentidos; mas às vezes me dei conta de que esses sentidos eram falazes, e a cautela manda jamais confiar totalmente em quem já nos enganou uma vez.” (DESCARTES, 1641:250). É com este autor que o racionalismo – que defendia a idéia de que somente através da razão o conhecimento verdadeiro poderia ser atingido e universalizado - atinge sua maior potência e a experiência sensorial, fundamento do empirismo – que apostava que todo o conhecimento seria resultado das experiências sensoriais -, fica relegado ao plano das incertezas, do impuro, ao qual falta a “luz da razão” para elucidar e discernir o que é real do que é fantasia, como é evidenciado em Koyré:

⁶⁹ “Desde há três séculos que todos somos, directa ou indirectamente, alimentados pelo pensamento cartesiano, dado que, desde há três séculos justamente, todo o pensamento europeu, todo o pensamento filosófico, pelo menos, se orienta e se determina em relação a Descartes” (KOYRÉ, 1963: 3).

[...] precisamos antes de tudo de recusar qualquer contribuição e qualquer informação que nos venham, ou nos pareçam vir, de fora, ou seja, qualquer contribuição e qualquer informação que nos venham da percepção sensível, que só nos poderiam induzir em erro. [...] Para conhecer o real precisamos de começar por fechar os olhos, tapar as orelhas, renunciar ao tacto [...] Vamos condenar os sentidos, visto que os sentidos nos enganam algumas vezes. E pôr de parte, de um modo geral, a sua pretensão de apreenderem, de perceberem o real, visto que a loucura (a alucinação) e o sonho infirmam [...] (KOYRÉ, 1963:79).

Descartes não nega a experiência sensorial, apenas a desqualifica como medida segura para atingir-se o “verdadeiro conhecimento das coisas”, relegando-a a um status inferior frente às conquistas da razão. Aponta como a falibilidade dos sentidos não dá nenhuma garantia de que aquilo que se experimenta através deles seria verdadeiro.

Com o *cogito*, o sujeito cognoscente é alçado ao patamar supremo que a experiência humana pode alcançar. O pensamento racional é estabelecido como meta ontológica a ser atingida pelo processo evolutivo. O homem – ser da razão – possui a capacidade que o distingue do restante da fauna. A razão (luz da alma) o capacita a conhecer toda a natureza a sua volta, inclusive conhecer a si mesmo, pois esta formidável capacidade lhe confere a habilidade de refletir sobre si, pondo em questão a qualidade da experiência que está sendo obtida pelo contato com o mundo. A partir dessa reflexão a experiência de si é cindida, divide-se aquilo que é sentido - via sensorial - daquilo que é pensado – via racional e, assim, toda experiência passaria a ter uma idéia verdadeira que lhe corresponderia. Seria essa idéia, concebida pela razão, que organizaria a diversidade da experiência, dando sentido às multiplicidades na medida em que as reúne na unidade de referência de um modelo idealizado.

Poderíamos questionar se o “eu” do *cogito*: “eu penso, logo [eu] existo” seria o mesmo “eu” apontado por Deleuze – “eu” que se insinua como unidade na experiência do *senso comum*. Ora, Descartes não exclama o *cogito* após despertar do seu sono, mas percorre um longo caminho, descrito no *Método* e nas *Meditações*, até que lhe venha a certeza de que é uma coisa pensante. Esse *hodus* (do grego, caminho) percorrido, literalmente sem uma meta antecipada por seu autor, é pleno de operações psíquicas nas quais a negativa sistemática da experiência sensória mostra-se presente.

Deleuze ao propor a noção de *senso comum* lança um olhar crítico sobre o racionalismo, colocando em cheque o primado da experiência subjetiva centrada no “eu”. É

pois sugerido que, por essa via de conhecimento da realidade, haveria o risco de identificação de experiências distintas a uma unidade modelar ideal, perdendo-se, com isso, toda uma gama de qualidades significativas presentes na experiência sensível que resultaria em um sentimento empobrecido da realidade. Com essa perspectiva, o autor aproxima-se da teoria de Daniel Stern que, como veremos mais detalhadamente nesse trabalho, vai afirmar a existência de outros modos de organização subjetiva da realidade, não fundamentados sobre o sujeito cognoscente.

Contudo não queremos sugerir que a filosofia de Descartes foi produzida com base no *sensu comum*, mas queremos apenas estabelecer a relação dela com a leitura que Deleuze faz das figuras da *doxa*.

Pensando na mesma direção que Deleuze e Stern, buscamos, nessa pesquisa, um “substrato”, um “elo” subjacente às relações, que daria tessitura às mesmas. Algo que circula “entre dois”, que flui através de um canal de sintonia onde matérias sensíveis tornam-se uma experiência inter-pessoal criando um plano comum de partilha. É exatamente dessa discussão que estamos tratando, ou seja, uma tentativa de estabelecer, esclarecer minimamente, o lugar que ocupa a experiência sensível na produção de vínculos pessoais. Quando falamos em experiência sensível não estamos propondo uma oposição, como aquela que Descartes faz entre experiência racional - mediada pelo sujeito cognoscente - e experiência empírica – via órgãos dos sentidos. Falar de experiência sensível não é falar de um domínio em oposição àquele do pensamento. Não queremos reproduzir a tese dualista de Descartes às avessas. Descartes exclui a experiência sensorial, pois essa, segundo suas reflexões, seria enganosa e a opção à experiência subjetiva fundamentada na razão - a qual seria a única possibilidade de se atingir o conhecimento verdadeiro. Experiência sensível, que nos referimos, em acordo com Daniel Stern, não excluiria a experiência com o eu, mas afirmaria a sua irreducibilidade ao primado desta entidade subjetiva. A experiência sensível, em sua dimensão global, incluiria a experiência produzida pelo eu. A qualidade racional não deixa de ser um aspecto presente nessa experiência.

Pois se a razão presta-se ao serviço de produção de conhecimento com garantias de “infallibilidade” em suas hipóteses, quase nada, esta mesma razão, adianta quando o assunto em questão passa a ser as relações humanas. Ela, a razão, não poderia, com isso, ser detentora da capacidade de produzir vínculos nestas mesmas relações. Embora muitas relações produzam-se por “razões” explícitas, que chamaríamos de interesses, uma parte muito significativa delas é produzida por outras exigências, as quais em sua grande maioria ficariam

indeterminadas ou atribuídas a uma instância *inconsciente*⁷⁰. Os conteúdos desse inconsciente constituiriam o plano onde a experiência pessoal é produzida. Plano esse que a “luz da razão” apenas penetra parcialmente, onde os contornos são insinuados, onde o “meu” ou o “teu” não podem ser estabelecidos com precisão, pois esse plano é justamente um “entre mim e ti”, onde a única garantia que se possui é uma atitude ética frente àquilo que é sentido, com a qual o “gesto clínico” é efetuado com a certeza inequívoca como a de um golpe desferido pela espada de um Samurai.

2.3 - Desenvolvimento e Senso Comum.

Tendo em mente os caracteres sistemáticos das duas figuras da *doxa*, apontadas por Deleuze, como poderíamos supor uma teoria do desenvolvimento?

Como vimos a “opinião” é plena de sentido, a ela não restam dúvidas. A opinião é sempre dotada de “razão” e certeza. Com essa convicção, uma teoria do desenvolvimento deveria conter um sentido ou senso, uma direção a ser seguida, cuja ordem seria naturalmente dada e inerente ao fenômeno em questão. Uma direção na qual o pensamento não encontraria dificuldade alguma em estabelecer uma relação necessária, ou uma “lei”, sob a qual os fenômenos observados processar-se-iam em seu curso desenvolvimentista. A relação necessária entre os estados e mudanças observáveis no objeto focado (o homem em seu processo de desenvolvimento) seria garantida pela seqüência linear que a noção de tempo cronológico evoca. O tempo é dito possuir uma ordem seqüencial inegável⁷¹ que flui de modo contínuo a partir do passado em direção ao futuro, “a orientação da flecha do tempo, do passado ao futuro”, como diz Deleuze (1969:79). Ora, o fato ocorrido no dia de ontem dá garantia para os eventos que lhe sucedem no dia de hoje e conseqüentemente aquilo que

⁷⁰ “É preciso propor um modelo de inconsciente que nos permita a apreender melhor a articulação entre esses diferentes modos de semiotização. Isso quer dizer um inconsciente que não seja redutor como o das concepções familialistas dos primeiros modelos de inconsciente freudianos, ou como os inconscientes estruturalistas, que reduzem tudo à semiotização do significante, ou ainda como as diferentes fórmulas em torno do sistema em voga nas terapias familiares.” (GUATTARI&ROLNIK, 1986:208). Inconsciente que seria habitado por matérias sensíveis, conteúdos heteróclitos, não discursivos, pré-verbais, que coexistem na experiência cotidiana do “estar com” o outro.

⁷¹ Posteriormente estaremos abordando a experiência subjetiva com o tempo.

2 - Desconstruindo modelos

acontece hoje estará expressando-se amanhã, inelutavelmente; ou em outras palavras, o bebê de ontem tornou-se a criança de hoje que, “natural e necessariamente”, tornar-se-á o homem de amanhã. Nesse raciocínio, ao qual nada falta, as certezas preenchem as lacunas da dúvida, o porvir passa a ser um quadro cuja pintura o artista já, de antemão, sabe o que será. Previsibilidade é a característica mais relevante da ordem que o tempo, em sua trajetória do passado em direção ao futuro, permite inferir. A *flecha do tempo*, nesta direção única, confere ao presente “o papel diretor” (DELEUZE, 1969), pois nele a função de previsão é atualizada, ganha corpo na observação do fenômeno. O tempo em seu curso inalterável estabelece o ritmo com que as mudanças ocorrem no reino da natureza do qual o homem, a partir de Darwin, passa a pertencer de direito, uma vez que a ele já pertencia de fato.

Desenvolvimento e evolução possuem em sua imagem “universal” a característica de ganho qualitativo, ganho esse que seria traduzido pela aquisição de novas estruturas orgânicas. Esta idéia fica clara quando pensamos nas transformações que os processos de filogênese produziram, pela aquisição de novas capacidades cognitivas, como vemos na teoria de Piaget, ou ainda, pelo surgimento de um *sensu (sentido) comum* organizador da experiência subjetiva referindo-a a “uma unidade capaz de dizer Eu” (DELEUZE, 1969). De qualquer maneira o ganho potencial conquistado impõe-se como progresso quando tomado em sua ordem de emergência temporal.

Mas qual seria esse ganho proclamado nas idéias de evolução e desenvolvimento? O que estaria sendo ultrapassado no sentido de menos evoluído?

A evolução, sob a ordem que a *flecha do tempo* determina, traz contida em si a idéia de transformação que um objeto, inanimado ou animado, sofre ao longo de um dado período. Mas limitemo-nos a falar dos seres vivos, em questão o homem. Esse ponto de vista é suportado pelo conceito de *adaptação* presente na teoria da evolução das espécies de Darwin. Assim sendo, poderíamos afirmar que a evolução ocorreria toda vez que a transformação sofrida por um ser vivo concedesse-lhe caráter adaptativo frente ao meio que habita. Haja vista que nem toda transformação é adaptativa, uma vez que em muitos casos as transformações sofridas por uma espécie concorreram diretamente para a sua extinção, perdendo dessa forma seu caráter adaptativo.

Quando evolução e adaptação acontecem de forma bem sucedida, assume-se que a estrutura (órgão) adquirida ou a forma final que o ser vivo apresenta, comparada a sua forma ou configuração orgânica anterior, ocuparia um lugar hierarquicamente superior ao seu estado precedente.

2 - Desconstruindo modelos

Com isso posto, podemos estar questionando a opinião comum que acredita que a razão – faculdade principal de diferenciação entre o homem e os demais seres vivos, fruto da bendita união entre evolução e adaptação - ocupe esse posto mais elevado dentre as faculdades que o homem possui.

De fato, é irrefutável o “ganho qualitativo” que o pensamento racional concedeu ao homem. A confecção e utilização de ferramentas talvez seja o mais notável deles, pois através da manipulação delas a submissão das outras espécies animais e o domínio da natureza foram alcançados com relativa satisfação. Sem contar que com o pensamento racional e o surgimento da linguagem, a comunicação intra-específica atingiu um grau de fluência praticamente ilimitado e com ela o estabelecimento da vida em sociedade tornou-se um evento mais ordenado.

No entanto, devemos ressaltar que tanto razão quanto linguagem só se tornaram caracteres evolutivos adaptados em função de já haver uma outra característica, também herdada por filogênese, agindo como mediadora para que as relações sociais produzissem-se. Essa característica seria o conjunto de emoções expressáveis pelo homem (DARWIN, 1863). Mesmo a linguagem, para acontecer, esbarra na necessidade de haver pelo menos um agente transmissor e um agente receptor e a manipulação de ferramentas ou a transformação dessas em armas de pouco serviria, para enfrentar as hostilidades do meio ambiente, nas mãos de um único homem. Para que ambos os processos tornassem-se úteis, de alguma maneira, seria imprescindível a vida em coletividade. Na verdade foi em virtude de ser possível “estar com o outro” que os benefícios da razão puderam fazer-se sentir. Daniel Stern nomeia essa experiência de *intersubjetividade*, como já visto. O homem já andava em grupos muito antes de adquirir a capacidade para falar ou construir ferramentas, logo não haveria uma “razão” pela qual esses grupos se constituíssem. Podemos aqui somar os argumentos de Leroi-Gourhan:

Até ao presente considerávamos o homem com *phylum*, isto é, como seqüência de indivíduos colectivos substituindo-se no mesmo tempo e resultando no *homo sapiens*. Estes indivíduos específicos (australantropo, arcantropo, paleantropo) acompanharam o desenvolvimento da técnica e da linguagem até ao ponto do afloramento no *homo sapiens*. Com este último assiste-se a uma transformação que parece imputável a uma modificação importante do aparelho cerebral. A coincidência destes factos com a aparição de um dispositivo social baseado em valores culturais que fraccionam em etnias a espécie zoológica humana deixou-se finalmente entrever, implicando

2 - Desconstruindo modelos

um tipo novo de relações entre o indivíduo e o dispositivo de agrupamento onde vai buscar a sua eficácia. *Isto poderia fazer supor que a vida social aparece ao nível do homo sapiens, o que é falso porque, por várias razões, temos que admitir que, mesmo nos seus estádios mais primitivos, o antropiano é um ser social.* Para demonstrá-lo não é necessário recorrer aos antropóides que, sob formas diversas, têm uma vida de sociedade organizada, porque os casos de agrupamento para benefício mútuo entre os mamíferos, mais largamente entre os vertebrados e mais largamente ainda em todo o mundo vivo, são suficientemente numerosos para demonstrar que há, na vida social, uma opção biológica fundamental [...] (LEROI-GOURHAN, 1969:147, grifo nosso).

Mas por acaso a razão tem produzido a paz entre os povos? Os conhecimentos tecnológicos têm garantido, inquestionavelmente, a melhoria das condições de vida no planeta? Podemos nos gabar de viver melhor que os pássaros, ou que os peixes, ou ainda que nossos “irmãos” primatas? A tecnologia para a preservação da vida é maior do que aquela utilizada para a destruição em massa?

Poderíamos continuar enumerando questões infundáveis quanto à utilização negativa dos recursos produzidos pela razão e, sem dúvida, encontraríamos outros tantos benefícios que a mesma trouxe para a civilização, mas não conseguiríamos através dessa enumeração encontrar alguma “razão” incontestável e forte o suficiente para fazer com que o homem forme um par, uma família ou um grupo.

Um outro ponto a ser questionado diz respeito à determinação de um sentido, uma teleonomia para o processo de desenvolvimento, que traz embutida consigo a idéia de progresso ou evolução. Sob o ponto de vista comum, a evolução seria um processo que em seu curso faria com que o ser vivo adquirisse um estado potencialmente superior ao estado no qual se encontrava no início desse processo. Isto ocorreria sob o imperativo linear e contínuo que o tempo cronológico lhe imporia. Mas quão verdadeira é essa assertiva da direção inequívoca que os processos evolutivos assumem e de que os estados finais adquiridos pelo organismo seriam superiores aos estados que o precedem? Será que podemos afirmar que a evolução ocorre necessariamente em uma direção, ininterruptamente, e que há algum estágio final a ser alcançado? Seguramente podemos dizer que não, uma vez que: “Muitas linhas de evolução terminaram na extinção. Como [...] conciliar isso com a idéia de uma *predeterminação* intrínseca na vida?” (DOBZHANSKY, 1968:19, grifo nosso). Se houvesse qualquer determinação, nesse sentido, seria o mesmo que afirmarmos que o “organismo primordial conteria não só as sementes do progresso evolucionário” (DOBZHANSKY,

2 - Desconstruindo modelos

1968:19), mas que a forma final prevista de ser atingida seria aquela que o conduziria à extinção. Isso sob o ponto de vista evolutivo biológico constituir-se-ia como um absurdo, já que a teoria biológica da evolução “reconhece que o principal agente de evolução orgânica é a *adaptação* ao ambiente”.(DOBZHANSKY, 1968:19).

Uma olhada mais acurada sobre o mundo que nos circunda será suficiente para convencer-nos disso. A diversidade de espécies e sub-espécies, derivadas de um ancestral comum, que coexistem em um mesmo período de tempo e em uma mesma região colocam em cheque a questão da teleonomia presente nos processos evolutivos. Se houvesse uma forma ideal a ser atingida por uma espécie é de se supor que esta forma, uma vez alcançada por uma sub-espécie, seria atingida fatalmente pelas outras também, em um período determinado de tempo. Mas sabemos que durante muito tempo houve o convívio de várias espécies homínidas antes que o *homo sapiens* tornasse-se a espécie hegemônica sobre a Terra. Quando pensamos em sua forma atual, temos que levar em consideração não somente suas características físicas, mas também os processos históricos que o constituíram⁷², uma vez que o homem deve ser considerado como parte de um processo, e não como objetivo final.

Sabe-se, hoje em dia, que pelos processos de deriva genética e mutação aleatória dos genes (DOBZHANSKY, 1968) a determinação de um destino ou forma final a ser atingida pelo homem torna-se imprevisível. Até mesmo a forma atual da espécie é efeito de um número muito vasto de combinações caóticas e aleatórias de genes cujo resultado jamais poderia ter sido previsto antecipadamente, rompendo-se, assim, com a expectativa de uma direção unilinear seguida pelo processo.

Se mudarmos o foco – deixando de lado, por um momento, o homem como espécie – e derivar o pensamento para uma abordagem social da idéia de evolução⁷³, fica-nos mais claro que a idéia de linearidade, como pretendida pelo *bom senso*, torna-se mais difícil ainda de ser aceita. A diversidade de culturas encontrada no planeta dá-nos uma boa representação da não-linearidade dos processos de desenvolvimento. Temos culturas que, sob a ótica evolutiva,

⁷² O homem é compreendido ser efeito de práticas historicamente constituídas e que a cada época assumem configurações distintas. (ABBÊS, 2002).

⁷³ Ao final do século XIX e início do século XX presenciamos a um “abuso” das idéias formuladas por Darwin a respeito dos processos de seleção natural, cuja expressão foram as teorias que especulavam sobre sociologia evolucionária (Spencer – 1820-1903) e culminaram com outras expressões mais deturpadas ainda das idéias darwinianas como é o caso do chamado “darwinismo social” (Sumner 1840-1910), já que “em seus livros, Darwin restringiu-se a assuntos biológicos...” (DOBZHANSKY, 1968:8).

2 - Desconstruindo modelos

encontrar-se-iam na “idade da pedra” em relação a outras culturas que se supõem serem as mais desenvolvidas no planeta⁷⁴. Comparando-se o modo de vida que os bosquímanos do deserto do Kalahari⁷⁵ ainda nos dias presentes vivem – de forma praticamente imutável há milhares de anos -, com a vida que os habitantes das grandes cidades levam, poder-se-ia facilmente dizer que os primeiros estariam muito atrasados em termos de evolução social em relação aos segundos e que pertenceriam a uma cultura primitiva. No entanto, afirmar a primitividade de uma cultura frente à outra seria apenas a repetição de um pensamento etnocentrista que durante certos períodos da história da humanidade serviu para justificar a colonização, a escravatura e até mesmo o massacre de outros povos.

2.4 - O Clássico Modelo: Desenvolvimento Linear.

A experiência sensorial foi desqualificada, em termos de precisão relativa aquilo que é experimentado, e o “farol da razão” ofusca qualquer outra maneira de experimentar a realidade, pois o que se busca são “essências, puramente inteligíveis e inteiramente independentes da contribuição da percepção sensível [...]” (KOYRE, 1963: 61). O primado do

⁷⁴ “[...] Tylor (1865, 1871), Morgan (1871) e Spencer (1874, 1896) [...] viam as sociedades humanas da mesma forma como os zoólogos e botânicos encaravam animais e plantas – as formas existentes derivam, por modificações gradativas, de antecedentes muito diferentes. [...] Os patronos da antropologia cultural evolucionária tinham à disposição ainda menos fatos e dados do que tinham os biólogos contemporâneos seus. Suas reconstruções especulativas das origens e das mudanças evolucionárias das sociedades humanas foram úteis como hipóteses de trabalho que estimularam a coleta de dados, os quais em tempo formaram a base da antropologia cultural moderna. De maneira geral, porém, as hipóteses por si sós não suportaram a prova do tempo. Sua presunção básica era que a evolução da cultura é *unilinear*, isto é, que todas as culturas necessariamente progridem através de estágios de desenvolvimento similares, que Morgan chamou de selvageria, barbarismo e civilização. Entre os povos que hoje habitam a terra, alguns ainda estagnam na selvageria, outros atingiram a civilização; presumivelmente os primeiros também alcançarão, em tempo, a civilização, enquanto que os agora civilizados foram também em certa época como os atuais bárbaros e selvagens”.(DOBZHANSKY, 1968:8-9, grifo nosso).

⁷⁵ O **Kalahari** ou **Calaari** é um deserto localizado no Sul da África, com cerca de 900.000 km² distribuídos por Botswana, Namíbia e África do Sul. Seus habitantes são conhecidos como Khoisan, bosquímanos ou hotentotes. Os khoisan possuem o mais elevado grau de diversidade do DNA Mitocondrial de todas as populações humanas, o que indica que eles são uma das comunidades humanas mais antigas no planeta. O seu cromossomo Y também sugere que os khoisan se encontram do ponto de vista evolucionário muito perto da raiz da espécie humana.

sujeito da razão lança seu assento sobre o trono da era moderna estabelecendo os limites para a fundação de novos domínios de saber que já nascem ou se afirmam - uma vez que já estivessem constituídos -, sob o imperativo de produzirem conhecimentos mediados pela figura central da lógica racional – o sujeito cognoscente que insinua a sua existência na afirmação de um “eu”.

No século XIX, os emergentes domínios de saber, tais como a Sociologia, Antropologia e Psicologia, incorporaram em seus modelos teóricos os ideais contidos na filosofia racionalista de Descartes e no pensamento evolucionista de Darwin. Evolução e desenvolvimento tornaram-se ao mesmo tempo objetos de estudo e conceitos de referência para pensar o homem e suas produções.

Como uma psicologia desenvolvimentista poderia trazer embutida em sua construção teórica a idéia de evolução? Quais processos de desenvolvimento esse modelo estaria comprometido em explicitar?

Assumindo que a psicologia do desenvolvimento incorpora em suas hipóteses as idéias de evolução e progresso e de acordo com os caracteres sistemáticos das duas figuras da *doxa*, de imediato conceber-se-ia uma teoria que pensaria o humano manifestando-se em estágios sucessivos. Estes, ao final do processo, formariam um todo coeso, onde os estágios intermediários ou seriam englobados pelo estágio final ou comporiam uma organização onde, ainda que continuassem coexistindo, permaneceriam operando em uma relação hierarquizada. O surgimento, declínio ou desaparecimento dos estágios encontrar-se-ia submetido a uma ordem cronológica e o aparecimento de cada um deles estaria condicionado ao estabelecimento do anterior, ou seja, haveria “um ultrapassamento dos estágios anteriores pelos estágios posteriores, na ordem seqüencial do desenvolvimento, e o progresso é explicado pela construção de novas estruturas, inexistentes nos estágios mais elementares”. (KASTRUP, 1999: 82).

Vemos que as idéias de progresso, evolução e desenvolvimento encontram-se diretamente associadas em determinados pontos de vista que enfocam os processos inerentes ao vivo - mormente àqueles processos presentes no humano, tanto em seus aspectos individuais, ontogenéticos, quanto em seus aspectos específicos, filogenéticos - como que possuindo uma linearidade teleonômica, uma “meta” condutora segura para o fim almejado do processo.

Não fica difícil tomarmos como exemplo a *Epistemologia Genética* de Piaget e utilizá-la para corroborar esse raciocínio – uma vez que sua teoria assenta-se no princípio de que o

2 - Desconstruindo modelos

desenvolvimento cognitivo ocorreria de modo progressivo através de estágios sucessivos. Embora estejamos tomando o modelo desenvolvimentista proposto por Piaget, para alimentarmos os questionamentos erguidos até este ponto, não queremos dizer, assim como o fizemos ao referir-nos à filosofia cartesiana, que a sua teoria ou as teorias desenvolvimentistas em Psicologia sejam teorias do *senso comum*, embora estejamos estabelecendo uma relação crítica entre os ideais que estruturam essas teorias e os caracteres constituintes das figuras da *doxa*. Não pretendemos produzir uma análise sistematizada da obra de Piaget (isso fugiria em muito dos objetivos propostos nesse trabalho) apenas pretendemos questionar o conceito de desenvolvimento, como este aparece na teoria piagetiana, com seu caráter linear, teleonômico e hierarquizado. Se podemos fazer uma ponte entre a filosofia de Descartes e as idéias de *bom senso e senso comum*, como pensadas por Deleuze, não vemos contra-senso em estar relacionando as mesmas idéias com as teorias psicológicas desenvolvimentistas surgidas ao final do século XIX e início do século XX. Como vimos, o pensamento de Descartes exercerá influência na filosofia dos séculos seguintes e o sujeito cognoscente, afirmado no pensamento cartesiano, além de compor o “eixo de sustentação dos campos epistemológicos⁷⁶” será tomado como figura central na metodologia científica hegemônica da era moderna. Outra razão para tomarmos o modelo de Piaget é que este autor é solicitado freqüentemente por Daniel Stern na construção de suas hipóteses desenvolvimentistas.

A Psicologia, a exemplo das ciências naturais, fez tentativas de incorporar em sua metodologia o modelo experimental ditado pelo positivismo⁷⁷ e assistimos desde Wundt, em meados do século XIX, até o *behaviorismo* de Watson, no século XX, ensaios frustrados de delimitação de um campo epistemológico próprio da Psicologia, cujo êxito, se tivesse sido alcançado, teria alçado-a ao *status* de ciência⁷⁸. Assim, podemos supor que sob a força dos

⁷⁶ “Vemos que o eixo de sustentação de um campo epistemológico é, em última instância, a relação estabelecida entre sujeito e objeto do conhecimento. A especificidade desta relação é que distingue os campos, que define as fronteiras epistemológicas, que delimita as disciplinas”.(PASSOS&BARROS, 2000:8).

⁷⁷ “A visão positiva dos factos abandona a consideração das causas dos fenômenos (Deus ou natureza) e torna-se pesquisa de suas leis, vistas como relações abstratas e constantes entre fenômenos observáveis. [...] O espírito positivo, segundo Comte, tem a Ciência como investigação do real. [...] O seu método em termos gerais caracteriza-se pela observação, mas deve-se perceber que cada ciência, ou melhor, cada fenômeno tem suas particularidades, de modo que o método de observação para cada fenômeno será diferente.” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Comte).

⁷⁸ “Quando empregamos a noção de campo epistemológico não podemos evitar o ideal de unidade, autonomia racional e progresso que tradicionalmente caracteriza as regiões da ciência. A expectativa

2 - Desconstruindo modelos

ventos positivistas a Psicologia constrói suas hipóteses em uma tentativa de amoldar-se às exigências científicas modernas e com isso incorpora em seu arcabouço teórico os ideais fundadores de todo e qualquer domínio epistemológico comuns à sua época. Com isso, veremos que a Psicologia, em diversas linhas de pesquisa que surgem nesse momento, entra em cena preocupada em elucidar e explicitar as etapas e os mecanismos presentes no desenvolvimento do eu racional em detrimento/occlusão de outras formas de organização da experiência subjetiva.

Embora não haja, em Piaget, uma recusa ao estudo da dimensão afetiva presente nos processos de desenvolvimento, ele privilegiaria as faculdades cognitivas em sua pesquisa, pois assumiria que o pensamento, em sua capacidade de refletir sobre si mesmo, operando no limite da abstração, prescindiria da realidade concreta como mediadora da experiência sensível. Dessa maneira, fica visível o esforço que a psicologia moderna faz ao tentar se alinhar com um modo de fazer ciência baseado no “velho projeto da ciência do sujeito cognoscente” (PASSOS, 1992: 135) que assume haver uma “superioridade”, aquela postulada por Descartes, no modo de organizar a experiência através da faculdade da razão.

Ainda que, como vimos em Piaget, o foco principal das pesquisas incidisse sobre o estudo da cognição, do raciocínio formal e da inteligência; não poderíamos deixar de ressaltar a relevância que as emoções, a afetividade, a sensibilidade e a intuição, ocupariam na organização da experiência subjetiva. Pois a emoção e o afeto formariam o alicerce para a edificação de todo e qualquer processo racional em curso (BRAZÃO, 2004).

Podemos supor que Piaget, com formação em biologia, desloca desta disciplina para sua teoria psicológica todo um modo de pensar e de fazer ciência já “formatado” com as exigências do modelo utilizado pelas ciências naturais. Introduz em sua teoria construtivista princípios que muito se assemelham com os modelos explicativos do desenvolvimento biológico tais como aqueles presentes nos processos que constituem a filogênese (ganhos qualitativos propiciados pela aquisição/adaptação de novas estruturas orgânicas), uma vez que sua proposta se constitui “inicialmente de uma biologia do conhecimento” (PASSOS, 1992:137).

de que a ciência se constitua como uma identidade regional faz com que a Psicologia se retraia frente à impossibilidade de alcançar este ideal”.(PASSOS&BARROS, 2000:7).

2 - Desconstruindo modelos

O princípio de equilíbrio do meio interno – homeostase⁷⁹ - pode ser reconhecido na construção piagetiana quando ele afirma que o meio externo interage provocando desequilíbrios no sistema. Estes desequilíbrios aconteceriam a partir de encontros contingenciais com objetos externos os quais produziram uma necessidade – “uma necessidade é sempre a manifestação de um desequilíbrio” (PIAGET, 1967:14) - que se manifestaria como uma pergunta ou simplesmente pelo intento de manipular tal objeto, pois: “O encontro do objeto exterior desencadeará a necessidade de manipulá-lo; sua utilização para fins práticos suscitará uma pergunta ou um problema teórico”. (PIAGET, 1967:14). O equilíbrio seria restituído quando fosse produzida a satisfação que a necessidade demandou, afirmando a lógica da reequilibração. No entanto Piaget não se atém a descrever o desenvolvimento orgânico em termos de ganhos estruturais que tornassem possível a aquisição de novas capacidades cognitivas somente, mas vincula esse processo “como realização centralizada e finalizada de um sujeito que guarda uma identidade estrutural expressa por essa tendência equilibrante, e com a qual se confunde a linearidade do seu desenvolvimento psico-biológico”. (PASSOS, 1992:142). Nitidamente podemos perceber como os conceitos cunhados nas ciências biológicas são aplicados nas hipóteses formuladas no domínio da Psicologia, uma vez que a homeostase, em sua concepção, evoca os processos de adaptação adquiridos pelo imperativo da seleção natural.

Decerto não podemos negar a força do vetor biológico na formação da subjetividade, nem contestar a necessidade que há do amadurecimento de determinadas estruturas orgânicas comprometidas com o funcionamento dos processos emocionais tanto quanto dos processos mentais propriamente ditos. Entretanto, Piaget vai mais adiante quando sugere a *equilíbrio majorante* e esta talvez seja a característica mais delicada de sua teoria, já que estaria condicionando o desenvolvimento de processos biológicos, subjetivos e sociais a um princípio diretor único, existente independente e extrinsecamente à relação que organismo e meio, sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, manteriam entre si.

O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao *crescimento orgânico*: como este, *orienta-se*, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em

⁷⁹ “[...] A regulação do componente periférico foi primeiro considerada em 1878 pelo fisiologista francês Claude Bernard, que assinalou que o ambiente interno (*milieu interieur*) do corpo é altamente regulado de modo a se manter numa faixa estável e estreita. Essa *constância* é o resultado dos mecanismos homeostáticos que limitam a variabilidade do estado corporal” (KANDELL, 2000: 477).

2 - Desconstruindo modelos

evolução até atingir um nível relativamente estável, - caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos -, também a vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. O desenvolvimento, portanto, é uma *equilíbrio progressiva*, uma *passagem contínua* de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio *superior*. Assim, do ponto de vista da inteligência, é fácil se opor à instabilidade e incoerência relativa das idéias infantis à sistematização de raciocínio do adulto. No campo da vida afetiva, notou-se muitas vezes, quanto o equilíbrio dos sentimentos aumenta com a idade. E, finalmente, também as relações sociais *obedecem à mesma lei* de estabilização gradual. (PIAGET, 1967:11, grifo nosso).

Na perspectiva piagetiana cada estágio de desenvolvimento organizar-se-ia a partir dos estágios precedentes. Durante o curso do desenvolvimento novas estruturas⁸⁰ surgiriam em decorrência dos mecanismos de assimilação e acomodação⁸¹ englobando as estruturas pré-existentes que surgiram nos estágios anteriores, permanecendo apenas características essenciais de cada estágio na nova organização⁸². Esse processo inicia-se com o estágio *sensório-motor* – no qual esquemas⁸³ de interação com o meio são constituídos a partir de “coordenações sensoriais e motoras de fundo hereditário” (PIAGET, 1967:17) tendo como atividade funcional a incorporação de “novos elementos, constituindo com eles totalidades organizadas mais amplas” (PIAGET, 1967:17). Segue complexificando-se para culminar no estágio *operatório-formal* cuja característica principal é a da reflexão abstrata na elaboração de “operações sobre outras operações” (PIAGET, 1970) que estabelece definitivamente a capacidade do pensamento em ultrapassar o “próprio real para inserir-se no possível e para relacionar diretamente o possível ao necessário sem a mediação indispensável do concreto”. (PIAGET, 1970: 153). Essa capacidade de abstração, na conquista da independência em

⁸⁰ “O que são as estruturas no sistema piagetiano? São as propriedades organizacionais da inteligência, organizações criadas através do funcionamento e inferíveis a partir de conteúdos comportamentais cuja natureza determinam. Como tais, Piaget se refere a elas como mediadoras situadas entre as funções invariantes de um lado e os variados conteúdos comportamentais de outro.”(FLAVELL, 1986:17).

⁸¹ Assimilação e acomodação são os dois componentes da adaptação entendidos de serem invariantes funcionais presentes nos processos do vivo. (FLAVELL, 1986).

⁸² “O essencial dessas construções sucessivas permanece no decorrer dos estágios ulteriores, como subestruturas, sobre as quais edificam-se as novas características” (PIAGET, 1967:16).

⁸³ “Um esquema é uma estrutura cognitiva que se refere a uma classe de seqüências de ação semelhantes, seqüências que constituem totalidades potentes e bem delimitadas nas quais os elementos comportamentais que as constituem estão estreitamente inter-relacionados”.(FLAVELL, 1986:52).

2 - Desconstruindo modelos

relação à realidade, que o pensamento adquire, encontrar-se-ia diretamente vinculada, diríamos necessariamente condicionada, à atividade reflexiva que o pensamento ganharia com a constituição do sujeito cognoscente (centralizado na faculdade do “eu”). Essa exigência é um dos fundamentos da psicologia desenvolvimentista de Piaget.

Mas que tipo de experiência haveria em estágios anteriores à emergência do “eu”? Segundo Piaget, a vida mental do lactente “se reduz ao exercício de aparelhos reflexos” (PIAGET, 1970:153) e embora ele possa diferenciar entre o que se move e o que é inanimado isso não constituiria uma evidência de qualquer consciência de eu, como é afirmado:

No ponto de partida da evolução mental, não existe, certamente, nenhuma diferenciação entre o eu e o mundo exterior, isto é, as impressões vividas e percebidas não são relacionadas nem à consciência pessoal sentida como um ‘eu’, nem a objetos concebidos como exteriores. São simplesmente dados em um bloco indissociado, ou como que expostos sobre um mesmo plano, que não é nem interno nem externo, mas meio caminho entre esses dois pólos. (PIAGET, 1967: 19).

O tempo para Piaget segue o regime de Cronos, é o mesmo tempo que vai reger os processos biológicos, de infância, juventude, amadurecimento, senectude e morte, sugerindo haver uma direção única e inquestionável em seu curso, estabelecendo uma ordem na qual o desenvolvimento seguiria um trajeto pré-determinado, como vemos em:

Quanto ao desenvolvimento da inteligência, o primeiro ponto a ser destacado é que o tempo a que Piaget se refere é o tempo histórico, linear e seqüencial, que segue o modelo do tempo cronológico. (KASTRUPP, 1999:84).

A determinação do curso do processo de desenvolvimento é sustentada por Piaget através da ordem invariante da constituição das estruturas cognitivas e pela sequencialidade da evolução dos estágios. Com esse imperativo o autor afirma a impossibilidade de determinadas operações cognitivas ocorrerem previamente ao surgimento da estrutura mental necessária para o desempenho da dita operação. A expressão da inteligência, em cada estágio de desenvolvimento, estaria diretamente ligada à resolução de tarefas a partir das quais

2 - Desconstruindo modelos

inferir-se-ia em que nível a interiorização de simples esquemas em noções e conceptualizações estariam se dando (PIAGET, 1970).

Mas a hipótese piagetiana não resiste à prova que o tempo lhe impõe e é com os trabalhos do russo Vygotsky que o imperativo proposto por Piaget – da impossibilidade de operações cognitivas ocorrerem antes do desenvolvimento da estrutura correspondente – é abalado. Decerto que há uma relação direta entre o desenvolvimento da criança e aquilo que ela demonstra aprender ou mesmo executar, entretanto Vygotsky chama a atenção para que se estabeleça a diferença entre pelo menos dois níveis de desenvolvimento:

O primeiro nível pode ser chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados. (VYGOTSKY, 1991:67).

Esse nível de desenvolvimento não é absolutamente diferente do desenvolvimento proposto por Piaget e tem como princípio diretor a capacidade da criança em realizar tarefas por si mesma, vendo nisso o indicativo da capacidade mental dela. Mas em suas observações Vygotsky vai perceber que algo diferente surge no curso do desenvolvimento infantil quando há uma mudança no modo pelo qual o problema é apresentado à criança. Quando a criança está em companhia de outras crianças, sendo essas da sua idade ou de idade superior à dela, ou quando o adulto lhe fornece pistas para a solução do problema, nota-se que ela alcança a solução, se não total, ao menos parcial do mesmo. Mas esse fato foi negligenciado pela maioria dos estudiosos do desenvolvimento infantil que:

[...] nunca consideraram a noção de que aquilo que a criança consegue fazer com ajuda dos outros poderia ser, de alguma maneira, muito mais indicativo de seu desenvolvimento mental do que aquilo que consegue fazer sozinha. (VYGOTSKY, 1991:70).

Essa aproximação entre crianças de idades diferentes, ou submetidas à ajuda de um adulto, vai revelar que anteriormente ao surgimento das estruturas cognitivas – aos moldes piagetianos – elas já encontrar-se-iam latentes, em processo de amadurecimento, o que

2 - Desconstruindo modelos

Vygotsky vai chamar de *nível de desenvolvimento potencial*, que seria “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. (VYGOTSKY, 1991:72). A diferença de idade, entre as crianças, delimita um plano de contato onde entendemos que não somente as capacidades cognitivas em potencial são estimuladas mas sugere haver a existência de outros processos subjetivos que são característicos dessa zona limiar. As crianças envolvidas nessa atividade, estabeleceriam relações intersubjetivas complexas – aos moldes do sugerido por Stern (1985) – e uma das expressões seria o amadurecimento “precoce” das capacidades cognitivas. Vygotsky vem a chamar essa zona limiar de *zona de desenvolvimento proximal*, caracterizada por ser “a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial.”. (VYGOTSKY, 1991:97).

Com as contribuições “vigotskyanas”, às teorias desenvolvimentistas, a determinação de uma ordem linear para o desenvolvimento dos processos subjetivos mais uma vez é posta em cheque e é apontado um curso de desenvolvimento não mais ordenado pelas exigências de uma cronologia estrita, mas mediado pela potência catalisadora, nesse caso, que os encontros põem em movimento. Cursos imprecisos determinados pelos devires suscitados na deriva de encontros casuais.

2.5 - O tempo na experiência clínica.

Esse tempo nunca passa
 Não é de ontem nem de hoje
 Mora no som da cabaça
 Nem tá preso nem foge
 No instante que tange o berimbau, meu camará
 Ë, volta do mundo, camará
 Ê-ê, mundo dá volta, camará.
 Parabolicamará – Gilberto Gil

As idéias de evolução – em seu caráter filogenético – e desenvolvimento – em seu caráter ontogenético - encontram-se presentes, na lógica comum do pensamento científico hegemônico, vigente em meados do século XIX e início do século XX. A determinação do

2 - Desconstruindo modelos

desenvolvimento nos processos individuais e coletivos encontra fundamento em uma concepção do tempo regida pelo princípio invariável que a ordem cronológica impõe. Como vimos acima, esses ideais impregnam domínios de saber diversos, eminentemente aqueles comprometidos na elucidação dos processos inerentes à constituição da dita “natureza humana”, dentre eles a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Porém, vimos também, como que tanto na Sociologia/Antropologia – pela análise do desenvolvimento de sociedades distintas – quanto na Biologia – com o conceito de deriva genética – e na Psicologia do Desenvolvimento⁸⁴ – com Vygotsky e seu conceito de *zona de desenvolvimento proximal* – essas assertivas, tão seguras, passam a ser questionadas revelando a fragilidade sobre a qual estava alicerçada a afirmativa de haver uma determinação nos processos diretores do desenvolvimento humano.

Entretanto, não podemos limitar a experiência humana aos processos de desenvolvimento, biológicos ou cognitivos, somente. A dimensão do humano, em toda a sua plenitude, importa em uma complexidade fenomenológica onde entra em jogo não somente a sua constituição, mas principalmente a experiência de se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Seria através da experiência de si que a ordem diretora presente no tempo em seu regime cronológico estaria sendo inelutavelmente abalada.

A experiência subjetiva com o tempo, ao contrário do que o bom senso aponta: “O bom senso se diz de uma direção: ele é senso único, exprime a existência de uma ordem de acordo com a qual é preciso escolher uma direção e se fixar a ela”. (DELEUZE, 1969:78), não seria unívoca e nem natural. O regime de *Cronos* seria apenas um dos modos⁸⁵ de experimentação possível do tempo. Em seu livro, *Sobre el Tiempo*, o sociólogo alemão Norbert Elias nos oferece uma visão detalhada do conceito de tempo, rompendo com a noção que atribuiria a este transcendência e independência absolutas em relação à experiência subjetiva. Como nos diz Elias:

⁸⁴ No próximo capítulo estaremos trabalhando com o modelo de desenvolvimento proposto por Daniel Stern.

⁸⁵ Haveria ainda *Aion* que representaria a experiência com o tempo cíclico, e, *Kairos* que pode ser pensado como o tempo do acontecimento presente. “Kairos [...] sugere o encontro de elementos independentes e não relacionados num determinado ponto do tempo, fazendo emergir momentos especiais”.(STERN, 2004:15).

Existem muitas provas de que os homens nem sempre experimentaram os conjuntos de acontecimentos do mesmo modo que o fazemos hoje em dia, através do símbolo e do conceito de tempo. Dito de outro modo: a experiência humana do que agora se chama “tempo”, tem mudado no passado e segue mudando no presente, não só de maneira histórica e accidental se não estruturada e dirigida, e pode ser explicada...⁸⁶ (ELIAS, 1984:48, tradução nossa).

Para o autor, a complexificação das sociedades acompanha o ritmo de complexificação que o pensamento do homem, ao longo de seu desenvolvimento histórico, alcança. Conceitos tão complexos, como o tempo, não poderiam ser abstraídos a partir da experiência imediata que uma dada cultura pudesse ter, mas seriam decorrentes de um processo longo de sínteses conceituais mais simples, que a observação dos fenômenos naturais permitisse aos homens de inferir. O conhecimento tornar-se-ia mais complexo a cada geração e os conceitos atingiriam formas simbólicas mais abstratas sintetizando idéias comuns.

[...] os símbolos conceituais tais como ‘tempo’, ‘natureza’, ‘causa’, ‘substância’, representam sínteses de um nível muito alto. Hoje em dia, as crianças de muitas sociedades aprendem como parte de seu acervo de saber social que o que se vê como céu na realidade, se designa como ‘o espaço’ É no espaço em que a Terra se move ao redor do Sol. Em qualquer lugar da terra seria a mesma coisa. Uma imagem geral da Terra que se move ao redor do Sol, no espaço, constitui uma síntese de um nível relativamente alto e seria o resultado de muitas observações parciais e de numerosas sínteses prévias, menos amplas. Representa assim mesmo uma síntese que, em termos comparativos, coincide muito com a realidade. É muito fácil viver assim no mundo para homens que têm crescido com as figuras conceituais de uma síntese de alto nível tão realista. Porém precisamente por isso, tende a esquecer e a não se interessar em saber que, nas dimensões humanas, a ascensão a este nível de síntese foi um processo imenso e difícil que durou muitos milênios⁸⁷. (ELIAS, 1984:191-192, tradução nossa).

⁸⁶ “Hay muchas pruebas de que los hombres no siempre han experimentado los conjuntos de acontecimientos del mismo modo que lo hacemos hoy en día, a través del símbolo y concepto de tiempo. Dicho de otro modo: la experiencia humana de lo que ahora se llama “tiempo”, ha cambiado en el pasado y sigue cambiando en el presente, no sólo de manera histórica y accidental, sino estructurada y dirigida, y puede ser explicada...” (ELIAS, 1984:48).

⁸⁷ “[...] os símbolos conceptuales tales como «tiempo», «naturaleza», «causa», «sustancia», representan síntesis de un nivel muy alto.

Hoy en día, los niños de muchas sociedades aprenden como parte de su acervo de saber social, que lo que se ve como cielo en la actualidad, se designa como «el espacio», es el espacio en que la Tierra se mueve alrededor del Sol. Es el mismo en uno u otro lugar de la Tierra. Una imagen general de la Tierra que se mueve alrededor del Sol, en el espacio, constituye una síntesis de un nivel

2 - Desconstruindo modelos

A complexidade que as sociedades atingem, ao longo de seu curso de desenvolvimento, esbarra em uma exigência cada vez maior de organizar o cotidiano daqueles que nelas habitam. A ordenação da vida em coletividade demanda o estabelecimento de regras de funcionamento, que seriam índices comuns para a produção de contratos particulares e/ou coletivos entre indivíduos e instituições. Para Elias, quanto mais institucionalizada torna-se uma sociedade mais ela precisa de símbolos delimitadores das relações que nela são produzidas. Relógios, calendários e fusos horários seriam símbolos artificiais imprescindíveis para a realização dessa tarefa.

Entretanto, não temos a intenção de desvelar as questões que envolvem o surgimento do conceito – tempo – ou de localizá-lo como produto intrínseco à complexificação das instituições sociais, mas somente de apontar que haveria outros modos de experimentar o tempo, não havendo uma naturalidade dessa experimentação pelo regime cronológico⁸⁸. Não seria essa experiência extrínseca ao processo de subjetivação e é nossa intenção assinalar como ela foi construída ao longo de “milênios”, como vimos acima. A experiência cronológica traz carreada a si a idéia de consecutividade causal no encadeamento seqüencial de fenômenos independentes. O conceito de *causa*, como já apontado, seria efeito, também, de uma longa série de sínteses abstratas mais simples. Não haveria evidência explícita na sucessão de fatos ou fenômenos naturais que pudesse inspirar nossos antepassados a depreenderem a existência de relações condicionantes na determinação de eventos cotidianos. Essa relação entre fenômenos distintos, juntamente com o estabelecimento da seqüência que os agrupa em uma ordem de sucessão - aqueles que ocorrem “antes” e aqueles que ocorrem “depois” – “radica na faculdade humana de vincular entre si duas ou mais seqüências distintas de transformações contínuas, das quais uma serve de unidade de medida temporal para as

relativamente alto y es el resultado de muchas observaciones parciales y de numerosas síntesis previas, menos amplias. Representa asimismo una síntesis que, en términos comparativos, coincide mucho con la realidad. Es muy fácil vivir así el mundo para hombres que han crecido con las figuras conceptuales de una síntesis de alto nivel tan realista. Pero precisamente por ello, tiende a olvidar y a no interesarse en saber que, en las dimensiones humanas, el ascenso a este nivel de síntesis fue un proceso inmenso y difícil que duro muchos milênios.”(ELIAS, 1984:191-192).

⁸⁸ É nosso intuito, também, desestabilizar o imperativo que o regime cronológico teria na experiência subjetiva e apontar que a sustentabilidade de um modelo desenvolvimentista baseado na ordem que a *flecha do tempo* condiciona estaria comprometida, na medida que nos deparamos com outros modos de subjetivar o tempo e com a não linearidade dos processos de desenvolvimento.

2 - Desconstruindo modelos

outras⁸⁹“(ELIAS, 1984:84, tradução nossa). Assim, vemos que a ordenação cronológica, da realidade, do passado ao futuro, em seqüências de acontecimentos - uma das características inerentes ao regime temporal que a *flecha do tempo* orienta -, não estaria naturalmente dada, mas seria efeito de sínteses abstratas operadas por uma faculdade especificamente humana que estabelece associações entre fatos e opera cortes em um “contínuo em devir”⁹⁰.

Essa faculdade, que encadeia acontecimentos distintos dispondo-os em ordem seqüencial, produzindo uma experiência temporal de linearidade, pode ser tomada como um senso, assim como o *sensu comum* que “subjetivamente [...] subsume faculdades diversas da alma ou órgãos diferenciados do corpo e os refere a uma unidade capaz de dizer Eu”. (DELEUZE, 1969:80). Vemos que a experiência com o tempo, no regime de *Cronos*, surge como unidade a partir de uma operação subjetiva que unifica em uma totalidade integrada uma multiplicidade de dados.

Dessa forma, mais uma vez, podemos questionar a associação produzida entre as idéias de desenvolvimento e evolução estabelecidas sobre o imperativo que a *flecha do tempo* regeria, já que seu princípio reitor – o tempo, no regime cronológico, em seu caráter condicionador dos processos de transformação – deixa de ser uma lei absoluta para tornar-se um vetor na composição da experiência subjetiva. Assim sendo, podemos entender que a *flecha do tempo* condicionaria um sentido, um avanço inelutável que o vivo experimentaria em sua jornada na estrada do tempo. Seria mais uma progressão para o processo de transformação contínua, do qual o tempo torna-se o símbolo por excelência, do que uma indicação de progresso consecutivo. Não há, necessariamente, durante uma vida particular, uma seqüência de estados que ao sucederem-se implicaria em um ganho qualitativo sobre os estados antecedentes. A sucessão seria inerente ao processo de transformação que todos os corpos sofrem ao longo de suas existências, mas essa não teria um caráter nem linear nem progressista, no sentido de melhoria. Seria, assim, destituído do tempo o seu caráter de força extrínseca ao processo de subjetivação e o seu regime de funcionamento, assim como a duração dos acontecimentos, confundir-se-ia com os processos particulares de cada sujeito. Com Bergson vemos o seguinte:

⁸⁹ “[...] radica en la facultad humana de vincular entre sí dos o más secuencias distintas de transformaciones continuas, de las cuales una sirve de unidad de medida temporal para las otras”. (ELIAS, 1984:84).

⁹⁰ “*continuum* en devenir”(ELIAS, 1984).

Se eu quiser preparar um copo de água com açúcar não tenho outro remédio senão esperar que o açúcar se dissolva. Este fato insignificante tem muito para nos ensinar. Porque o tempo que é necessário esperar já não é o tempo matemático que se aplicaria na mesma medida ao longo da história inteira do mundo material, caso ela se achasse exposta duma vez só no espaço. É um tempo que coincide com a minha impaciência, isto é, com uma certa porção da minha própria duração [...] (BERGSON, 1907:48).

Seria na experiência com o tempo, presente na narrativa, que a ineficácia do regime cronológico, como condicionador de experiências, revelar-se-ia. Abre-se caminho para que uma outra ordem de experimentação temporal possa ser pensada.

Nos diálogos travados entre Marco Pólo e Kublai Khan, personagens revividos nos contos de Ítalo Calvino, a dimensão da experiência com o tempo apresenta-se como equivocadora das certezas da lógica do pensamento. Temos por um lado um imperador que experimenta o mundo através dos relatos trazidos por viajantes e dentre estes, um especial, Marco Pólo. Pólo descreve as cidades pelas quais passou atribuindo a estas peculiaridades marcantes, que concorreriam para produzir uma experiência única naquele que passasse por cada uma delas. O discurso de Kublai Khan é centrado sobre si mesmo, impermeável à abertura que o encontro com o outro poderia propiciar; pois o imperador quando “discutia, era para seguir melhor o fio de sua argumentação; e suas respostas e objeções encontravam lugar num discurso que ocorria por conta própria na cabeça do Grande Khan”. (CALVINO, 1972:27). Esse discurso traria implícito em sua construção a noção de previsibilidade, uma vez que a argumentação seria utilizada para dar conta das proposições estabelecidas à *priori* ou atingir respostas pré-concebidas. Contrapondo-se a ele encontramos, na narrativa de Marco Pólo, a expressão de uma lógica que quebra com os condicionamentos impostos pelas exigências de uma argumentação racional e rompe com as amarras que o regime temporal de Cronos impõe. Com isso, o passado deixa de ser o agente condicionador das experiências presentes, sendo ele mesmo transformado pelos encontros que o viajante experimenta em suas aventuras:

[...] mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. (CALVINO, 1972:28).

2 - Desconstruindo modelos

A ordem do tempo evoca uma direção, pois que impõe uma orientação que se dirige do passado ao futuro. Assim, uma perspectiva teleonômica é construída e uma meta passa a ser estabelecida como destino ideal para a culminação do processo em curso. A lógica teleonômica traz implícita a idéia de previsibilidade, uma vez que a “boa direção” apontaria o curso que o processo seguiria e o conhecimento prévio do caminho estabelecido garantiria com maior probabilidade que, salvo algum acidente de percurso, o destino seria alcançado. Sabendo de antemão o curso, bastaria ajustar a bússola que a aeronave chegaria ao seu destino, uma vez que se espera que o desenvolvimento seja previsível em seus resultados.

A clínica, como lugar privilegiado para o encontro entre si e o outro revela uma dimensão existencial, que subverteria qualquer tentativa de clamar uma objetividade discursiva assentada sobre um regime temporal cronológico.

Mas como experimentamos o tempo na clínica?⁹¹ Um modelo de tempo linear seria suficiente para dar conta dessa experiência? Passado, presente e futuro alinham-se produzindo uma experiência de continuidade – mantendo uma ordem seqüencial de causalidade nos fatos - ou são evocados a partir da afetividade presente nas experiências vividas pelo paciente? A ordenação cronológica na narrativa do paciente seria um imperativo para a experiência clínica acontecer? A freqüência cronologicamente sequenciada dos atendimentos seria suficiente para produzir a experiência desejada na clínica?

De fato, o acompanhamento freqüente do paciente é entendido ser uma das características específicas da clínica – “toda a clínica é acompanhamento terapêutico⁹²” -, mas a freqüência do trabalho, ordenado temporalmente, não daria garantia para a produção dessa experiência limiar. Experiência essa que possui a qualidade de intensidade afetiva e que alude a uma dimensão do tempo que seria mais bem entendida como “profundidade” e menos como linearidade ou consecutividade. Poder-se-ia pensar uma vida como sendo o somatório dos dias, meses e anos, como que seguindo uma ordem de conectividade entre os fatos cotidianos, submetida a um regime ordenado pela direção que a *flecha do tempo* aponta. Ou poder-se-ia, também, pensar a vida vivida em um outro regime temporal: o regime que segue a ordem das intensidades, onde cada experiência configura-se como uma totalidade em si, um momento singular, único, onde sensações, afetos e perceptos formam um “bloco” pleno de sentido,

⁹¹ Não estamos nos propondo a exaurir as questões clínicas que envolvem a relação com o tempo, não é nosso desejo fazê-lo além de entendermos que seria necessário um trabalho muito mais extenso para tal propósito. A intenção seria ilustrar como que a experiência clínica com o tempo serviria também como índice desestabilizador na afirmação de um modelo de desenvolvimento linear.

2 - Desconstruindo modelos

constituindo o plano de consistência de uma vida. No romance *Grande Sertão: Veredas*, o personagem Riobaldo em seu modo muitíssimo peculiar de narrar suas experiências, descreve como, para ele, as lembranças têm sentido:

Há lembrança do pensamento e há lembrança do coração [...] Sei que estou contando errado, pelos altos [...] A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. (ROSA, 1967:115).

Esse modo de experimentar a vida, pelo regime das intensidades afetivas, prescinde da lógica das causalidades - presente na experiência com o tempo em sua ordem linear, onde as experiências passadas ganham o status de serem as sementes dos frutos colhidos no presente -, pois cada momento encerraria uma dimensão de totalidade em si.

A força de coerção que o tempo em seu regime cronológico exerce, inelutavelmente, sobre todos os reinos da natureza, perde sua eficácia imperativa na experiência subjetiva que a clínica revela. A narrativa do paciente não é apresentada, necessariamente, através de um relato cronologicamente produzido, assim como vimos na fala de Riobaldo, mas obedece a um regime particular ditado por processos subjetivos.

A narrativa do paciente é “viva”, plena de intensidades e afetos que se apresentam ou reapresentam-se independentemente do fato narrado ocupar um lugar no passado ou ser uma fantasia sobre o seu futuro. A experiência clínica demonstrou que a produção do sintoma não está diretamente relacionada a um evento real, mas suas causas encontram-se relacionadas ao modo pelo qual o paciente simboliza as experiências ocorridas em sua vida, ou em outras palavras, decorrente de seu modo de subjetivar, de experimentar a realidade.

⁹² Cf. Eduardo Passos, disciplina Subjetividade e Clínica, Mestrado de Psicologia da UFF, 2006.

3.1 - O quê se experimenta a dois?

Nossos questionamentos, formulados nesse trabalho, sobre a natureza do afeto presente na relação entre terapeuta e paciente e o *status* que o mesmo ocupa nessa relação, conduziram-nos ao encontro da tese de Daniel Stern, em sua maior parte apresentada em seu trabalho *The Interpersonal World of the Infant. A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology*⁹³.

Daniel Stern, psiquiatra/psicanalista norte-americano, desenvolve uma tese na qual a afetividade ganha destaque pela dimensão que esta ocupa no compartilhamento de um plano comum de experiência intersubjetiva, plano limiar constituído na relação com o outro.

Na complexidade de sua tese o autor dialoga com hipóteses sugeridas por outros teóricos/clínicos e utiliza-se destas na construção de questões que propõe ao leitor. Dentre os autores que Stern trabalha, podemos citar Freud, principalmente com suas contribuições sobre princípio de prazer/princípio de realidade, cujas idéias encontram-se inseridas nos processos de seletividade a estímulos externos expressos desde cedo pelos bebês. A teoria do Apego, de Bowlby⁹⁴, também é citada com frequência pelo autor e sua influência é sentida na importância que Stern confere na relação afetiva desenvolvida entre o bebê e o seu cuidador. Com Winnicott o diálogo será travado, principalmente, em relação aos chamados *fenômenos transicionais*⁹⁵, embora as assertivas de Stern difiram da abordagem “winnicottiana” como veremos oportunamente nesse trabalho. Mas, talvez seja com Piaget que a maior discussão seja travada já que, em contraste com esse autor, Stern vá radicalizar em sua proposta desenvolvimentista derivando por um caminho muito diferente daquele que podemos chamar

⁹³ Para o presente trabalho utilizamos a obra original em inglês por discordarmos de algumas traduções utilizadas pela editora Artes Médicas. Ao longo dessa dissertação estaremos apresentando nossa proposta de tradução para os devidos termos, conforme os mesmos forem aparecendo durante o curso desta.

⁹⁴ Bowlby, J. Attachment and loss: Vol. 1. Attachment. New York: Basic Books, 1969.

⁹⁵ Mais adiante estaremos tratando desse tema pormenorizadamente.

de ortodoxo, o qual é bem delineado na tese piagetiana⁹⁶. A contribuição de experimentalistas do desenvolvimento na obra de Stern surge em diversos momentos e ajudam-no na compreensão de como a criança pode experimentar mudanças em estados de tensão e estados afetivos tanto quanto as percepções que acompanham estas alterações (STERN, 1985).

Em relação às teorias psicanalíticas, um dos pontos de divergência de Stern vai incidir sobre o núcleo a partir do qual a experiência subjetiva e social desenvolver-se-á. Ao invés de centrar sua teoria sobre uma força libidinal ou sobre o desenvolvimento do ego, ele vai afirmar que durante o desenvolvimento do ser humano emergem, a partir de capacidades⁹⁷ inatas para organizar a experiência, *sensos de si*⁹⁸ (*senses of self*):

Quando novos comportamentos e capacidades surgem, eles organizam-se para formar perspectivas subjetivas organizadas sobre si e o outro. O resultado é a emergência, em saltos quânticos, de diferentes *sensos de si*⁹⁹. (STERN, 1985:26, tradução nossa).

Os *sensos de si* podem ser descritos como modos complexos e primários de organização da experiência subjetiva, sendo constituídos por capacidades inatas¹⁰⁰ que entram

⁹⁶ Como já visto no capítulo anterior.

⁹⁷ “Estas (capacidades - NT) incluem as capacidades para compartilhar um foco de atenção, atribuir intenções e motivos para outros e apreendê-los corretamente, e atribuir a existência de estados afetivos em outros e senti-los sejam eles congruentes ou não com os seus próprios estados afetivos” (STERN, 1985:27, tradução nossa).

“These include the capacities for sharing a focus of attention, for attributing intentions and motives to others and apprehending them correctly, and for attributing the existence of states of feeling in others and sensing whether or not they are congruent with one’s own state of feeling”. (STERN, 1985:27).

⁹⁸ Decidimos adotar como tradução, entre os significados possíveis, da palavra “*self*”, o “*si*”, para estarmos diferenciando do significado mais comum que seria ‘eu’. Mais adiante, nesse trabalho, estaremos clareando a diferenciação que se faz necessária entre “*si*” e “*eu*”.

⁹⁹ “As new behaviors and capacities emerge, they are reorganized to form organizing subjective perspectives on self and other. The result is the emergence, in quantum leaps, of different senses of the self.” (STERN, 1985:26).

¹⁰⁰ O inatismo presente na tese de Stern não é apresentado como um fator determinante para padrões de conduta ou conteúdos mentais que o bebê apresentaria, mas diz respeito às capacidades específicas presentes nos dispositivos da percepção e fundamentais para a construção dos modos de organizar a experiência em cada etapa do desenvolvimento da criança. Essas capacidades não seriam deflagradas a partir de exigências do meio, mas apresentar-se-iam como dispositivos filogeneticamente constituídos que amadureceriam em períodos determinados da vida, desempenhando papel capital na elaboração da

3 - Stern e os *sensos de si*.

em funcionamento no curso da interação entre a criança e seu meio. Os *sensos de si* não estariam vinculados a alguma força, como a libido, ou surgiriam como epifenômenos a partir de outros processos - como a emergência do “eu”, por exemplo - mas seriam por si mesmos modos de funcionamento organizado, cuja complexidade não pode ser reduzida a vetores determinantes.

Coextensivamente a cada *senso de si*, domínios de relação/afinidade (*domain of relatedness*¹⁰¹) surgem como planos de consistência onde a experiência subjetiva inter-pessoal desenrola-se, no encontro com o outro e com o mundo. Os *sensos de si* seriam “perspectivas de organização da experiência subjetiva” (STERN, 1985) que emergiriam antes do surgimento da “consciência reflexiva¹⁰²” e da deflagração da linguagem¹⁰³; revelando-se como organizações pré-verbais e pré-egóicas.

A compreensão da constituição, do desenvolvimento e das capacidades necessárias para a organização de cada um dos *sensos de si*, bem como da sua funcionalidade, torna-se um ponto importante sob o ponto de vista clínico, como vemos com o autor:

experiência subjetiva. Para Stern: “As crianças são preconcebidas para serem capazes de desempenhar transferência de informações *cross-modal* que as permite reconhecer uma correspondência entre tato e visão. Neste caso a união das experiências visuais e táteis é conseguida pela via da concepção inata do sistema perceptivo não pela via da repetição da experiência. Nenhum aprendizado é necessário inicialmente, e o subsequente aprendizado sobre relações entre modalidades [sensoriais] pode ser construído sobre esta base inata”.(STERN, 1985:48, tradução nossa).

“Infants are pre-designed to be able to perform a cross-modal transfer of information that permits them to recognize a correspondence across touch and vision. In this case the yoking of the tactile and visual experiences is brought about by way of the innate design of the perceptual system not by way of repeated world experience. No learning is needed initially, and subsequent learning about relations across modalities can be built upon this innate base.” (STERN, 1985:48).

¹⁰¹ A palavra “*related*”, utilizada pelo autor, tem algumas possíveis traduções. Seriam elas: aparentado, conectado, associado; e a mesma possui um significado no domínio da música que é o de **conexão íntima harmoniosa**. Entendemos que esse significado, no campo da música, nos ajuda a compreender melhor o conceito apresentado pelo autor, pois expressa a idéia de conexão de diversos elementos que entrariam em jogo para a organização das relações interpessoais. Optamos por estar utilizando ora a palavra afinidade, ora a palavra relação, pois ambas expressam melhor o que entendemos ser o enfoque do autor.

¹⁰² “*Self-awareness*” (STERN, 1985). Esta afirmação do autor torna-se um ponto importante para as nossas considerações acerca da experiência clínica com o afeto, pois aponta para uma dimensão radical na experiência com o outro fora da mediação do “sujeito da reflexão”. Este ponto foi abordado nesta dissertação, no capítulo II.

¹⁰³ “É uma assunção básica deste livro que alguns *sensos de si* existem muito antes da consciência de si e da linguagem”. (STERN, 1985:6, tradução nossa).

“It is a basic assumption of this book that some senses of the self do exist long prior to self-awareness and language.” (STERN, 1985:6).

[...] no centro desse questionamento está o ponto de vista clínico de compreender o desenvolvimento interpessoal normal. Eu estou principalmente interessado com aqueles *sensos de si* que são essenciais para as interações sociais diárias, não para encontros com o mundo inanimado¹⁰⁴. (STERN, 1985:7, tradução nossa).

A investigação da natureza “disso” que se passa no “entre” das relações pessoais (e conseqüentemente encontra-se no núcleo da relação intersubjetiva entre terapeuta e paciente) seria, para nós, o agente motivador dos questionamentos fundadores dessa pesquisa.

A aposta clínica em um plano comum, coletivo, de experimentação, ganha velocidade para sua sustentação nas afirmações teórico/clínicas feitas por Stern, pois, como veremos ao longo dessa dissertação, a hipótese eixo de seu trabalho (a emergência dos *sensos de si* juntamente com a constituição dos domínios de experiência relativos a cada um deles) enuncia a capacidade, ou talvez a faculdade, que o ser humano possui, desde a mais tenra idade, de estabelecer sintonia comunicativa com o outro por outras vias que não a da linguagem. Mais que isso, está posto em suas idéias que o ser humano desenvolve modos de organizar e experimentar a realidade que se estabelecem muito antes da formação de um “eu reflexivo”, como segue:

Quando os bebês começam a falar eles já adquiriram um grande volume de conhecimento sobre o mundo, não somente sobre como as coisas inanimadas funcionam e como seus próprios corpos funcionam mas também sobre como as interações sociais funcionam. [...] Similarmente, crianças podem apontar para o rosado dos seus próprios narizes quando eles o vêem em um espelho antes que eles possam dizer “eu”, “meu” ou “nariz”.¹⁰⁵ (STERN, 1985:168, tradução nossa).

¹⁰⁴ “[...] at the center of this inquiry is the clinical one of understanding normal interpersonal development. I am mostly concern with those senses of the self that are essential to daily social interactions, not to encounters with the inanimate world” (STERN, 1985:7).

¹⁰⁵ “By the time babies start to talk they have already acquired a great deal of world knowledge, not only about how inanimate things work and how their own bodies work but also about how social interactions go. [...] Similarly, children can point to the rouge on their own noses when they see it in a mirror before they can say ‘me’, ‘mine’ or ‘nose’.” (STERN, 1985:168).

3 - Stern e os *sensos de si*.

Com essas assertivas se ganha abertura para valorizar experimentações subjetivas muitas vezes relegadas a um “subterrâneo” (*underground*, STERN, 1985) pela força que a linguagem, epítome da capacidade do homem de expressar o seu pensamento, ocupa na esfera das interações sociais e, de certa forma, ainda ocupa na experiência clínica. Não seria uma tentativa de abolir a “fala”, mas de apostar em outras vias possíveis de comunicação¹⁰⁶, que também estão presentes na experiência clínica, muito embora estas vias sejam menos utilizadas e às vezes fiquem eclipsadas pela utilização maciça do recurso verbal.

Vemos em Stern uma perspectiva desenvolvimentista sustentada sobre uma seqüência cronológica para a emergência dos *sensos de si* e com a delimitação de períodos de vida do bebê onde se daria a emergência seqüencial dos sentidos - por volta dos dois meses de idade o *senso de um si emergente* surge; o *senso de um si nuclear* emerge entre dois e 6 meses de vida; o *senso de um si subjetivo* entre sete e 9 meses e entre 15 e 18 meses o *senso de um eu verbal* (STERN, 1985). No entanto, o autor, não traz em sua concepção uma ordem teleológica na qual os *sensos* e seus respectivos domínios de experiência organizar-se-iam formando uma composição hierarquizada. Haveria uma progressão – no sentido de seqüência cronológica para a emergência dos sentidos – porém não haveria um progresso – no sentido de ultrapassamento com ganho qualitativo – na perspectiva de desenvolvimento defendida por Stern. A idéia de seqüencialidade ficaria estabelecida sem, contudo, exigir que nessa consecutividade os estados posteriores experimentados, pela experiência que cada *senso* provoca, contenham em si qualquer tipo de ganho qualitativo sobre os estados anteriores.

Após a emergência dos quatro sentidos e seus domínios, uma experiência contínua se estabelece, nenhum deles atrofia ou torna-se inoperante ao longo da vida, não há ultrapassamento ou superação dos primeiros “estágios” pelos últimos, como encontramos na teoria desenvolvimentista de Piaget. Há modos subjetivos de experimentar a realidade que coexistem temporalmente sem haver privilégio ou hierarquia entre eles, como o autor afirma:

Todos os domínios de afinidade permanecem ativos durante o desenvolvimento. A criança não cresce sem qualquer um deles; nenhum deles atrofia, nenhum se torna desenvolvimentalmente obsoleto ou é abandonado. E uma vez que todos os domínios estejam disponíveis, não há certeza de que algum domínio necessariamente clamará preponderância durante qualquer período particular de vida. Nenhum tem um *status*

¹⁰⁶ Oportunamente estaremos descrevendo um caso clínico onde veremos que o silêncio é utilizado como via de comunicação da experiência.

privilegiado todo o tempo. Uma vez que haja uma sucessão temporal ordenada da emergência de cada domínio durante o desenvolvimento – primeiro emergente, depois nuclear, depois subjetivo, depois verbal – haverá inevitavelmente períodos quando um ou dois domínios predominarão por “default”¹⁰⁷. De fato, cada perspectiva de organização subjetiva sucessiva requer a precedente como sua precursora. Uma vez formados os domínios permanecem para sempre como formas distintas de experienciar a si mesmo e a vida social. Nenhum perde-se na experiência adulta.¹⁰⁸ (STERN, 1985:31-32, tradução nossa).

O processo de diferenciação *dos sentidos de si* não segue um rumo como o *bom senso* aponta, ou seja, uma progressão sucessiva de estágios que culminariam em uma perspectiva subjetiva de organizar a realidade mediada por um *sensu comum* - uma unidade que se afirma como “eu”. A orientação do curso do processo seria dada aos moldes do desenvolvimento não linear. Com isso, é produzida uma ruptura com a tradição moderna, cujos modelos de inteligibilidade estavam calcados sobre ideais que tinham como referência o eixo de temporalidade (do passado ao futuro) regendo a direção do curso seguido pelo desenvolvimento. Ideais que afirmavam, também, ser a experiência subjetiva constituída sobre o fundamento de um “eu”.

No modelo desenvolvimentista de Stern, a *flecha do tempo* – vetor que estabeleceria a direção bem como a característica de irreversibilidade dos processos evolutivos¹⁰⁹ – não agiria mais como uma força determinante do sentido a ser seguido pelo processo. Embora haja períodos temporalmente determinados para a emergência dos *sensos de si*, a partir do

¹⁰⁷ Optamos por utilizar a palavra *default* sem traduzi-la. Seu significado seria na ciência da computação: “um arranjo particular ou valor para uma variável que é assumido automaticamente por um sistema operacional e permanece em efeito a menos que seja cancelado ou sobrescrito pelo operador”. “*Computer Science* A particular setting or value for a variable that is assigned automatically by an operating system and remains in effect unless canceled or overridden by the operator” (<http://www.yourdictionary.com/ahd/d/d0089700.html>).

¹⁰⁸ “All domains of relatedness remain active during development. The infant does not grow out of any of them; none of them atrophy, none become developmentally obsolete or get left behind. And once all domains are available, there is no assurance that any one domain will necessarily claim preponderance during any particular age period. None has a privileged status all of the time. Since there is an orderly temporal succession of emergence of each domain during development – first emergent, then core, then subjective, then verbal – there will inevitably be periods when one or two domains hold predominance by default. In fact, each successive organizing subjective perspective requires the preceding one as a precursor. Once formed, the domains remain forever as distinct forms of experiencing social life and self. None are lost to adult experience”. (STERN, 1985: 31-32).

¹⁰⁹ É de consenso, em biologia, que uma mutação bem sucedida adaptativamente não reverta para seu estado anterior. (DOBZHANSKY, 1961).

momento que estes estejam plenamente desenvolvidos, a ordem seqüencial de emergência, estabelecida cronologicamente, deixa de ser um fator de limitação ou determinação para a atividade dos mesmos, já que os sentidos propiciam modos de experimentar a realidade simultâneos.

Quatro *sensos de si* são descritos pelo autor. Cada um deles define um domínio diferente de experiência e interatividade social, permanecendo ativos e funcionais ao longo da vida e possibilitando experimentações cada qual em seu próprio domínio, como nos diz Stern:

Estes sentidos de si não são vistos como fases sucessivas que substituem umas às outras. Uma vez formados cada sentido de si permanece inteiramente funcional e ativo ao longo da vida. Todos eles continuam a desenvolver-se e coexistir¹¹⁰. (STERN, 1985:11, tradução nossa).

3.2 - O Senso de um Si Emergente – *Sense of an Emergent Self*.

Porque você pediu uma canção para cantar
Como a cigarra arrebenta de tanta luz
E enche de som o ar...¹¹¹
(Cigarra – Milton Nascimento/Ronaldo Bastos).

O primeiro *senso de si* a emergir, na vida infantil, é dito de ser o *senso de um Si Emergente* (STERN, 1985). A expressão utilizada por Stern sugere que esse primeiro modo de organização subjetiva é ainda uma forma muito incipiente de experimentar a si mesmo e a realidade à sua volta. A idéia de processo em formação vem a ser utilizada pelo autor: “A experiência de uma organização formando-se envolve tanto o processo de motivação quanto o

¹¹⁰ “These senses of self are not viewed as successive phases that replace one another. Once formed, each sense of self remains fully functioning and active throughout life. All continue to grow and coexist”.(STERN, 1985:11).

¹¹¹ Escolhemos esta música para colocar em epígrafe em razão de sua letra indicar que um estímulo que seria pertinente a uma modalidade sensorial definida pode ser modulado e expresso, ou percebido, através de outra via sensória. Nesse capítulo estaremos apresentando o conceito de operação *cross-modal*, que se refere a essa capacidade para modular estímulos livremente.

produto; eu focarei aqui mais no processo¹¹²”. (STERN, 1985:46, tradução nossa). Dessa forma, fica sugerida a contínua formação e perenidade da experiência, que se inicia nesse período e perdura durante toda a vida. Em nota adicional o autor reafirma sua posição de focar a atenção sobre o processo em formação: “A preocupação aqui seria, entretanto, com a experiência subjetiva de uma organização se formando¹¹³”. (STERN, 1985:46, tradução nossa). O *senso de si* não seria uma construção cognitiva, mas uma experiência de integração.

A idéia de processo pode ser pensada não exatamente como oposição à concepção do *senso comum* (senso de eu) que, em geral, é apresentada como uma perspectiva subjetiva onde a experiência de si, como uma organização diferenciada do outro, só se apresentaria quando o *senso de eu* estivesse plenamente constituído¹¹⁴. O desenvolvimento do processo já permitiria uma experimentação de si antes mesmo que o *senso*, no sentido mais estrito do termo, estivesse completamente organizado. Na perspectiva ortodoxa não haveria uma experiência de si organizada antes que o “eu”, como sujeito da reflexão, estivesse constituído. As experiências subjetivas que houvessem anteriores a ele seriam experiências de indiferenciação de si e do outro, como vemos:

[...] J.M. Baldwin mostrou, há muito, que o lactente não manifesta qualquer índice de uma consciência de seu eu, nem de uma fronteira estável entre dados do mundo interior e do universo externo, “adualismo” este que dura até o momento em que a construção desse eu se torna possível em correspondência e em oposição com o dos outros [...] Com efeito, tanto no terreno do espaço como nos dos diversos feixes perceptivos em construção, o lactente tudo relaciona a seu corpo como se ele fosse o centro do mundo, mas um centro que a si mesmo ignora. (PIAGET, 1970: 134).

Na hipótese de Stern haveria uma experiência de si, mesmo que elementar, desde o nascimento e que em nenhum momento, durante o desenvolvimento infantil, haveria uma experiência de confusão (fusão com) entre si e o outro, absoluta.

¹¹² “The experience of forming organization involves both the motivated process and the reinforcing product; I will focus here more on the process”. (STERN, 1985:46).

¹¹³ “The concern here is, however, with the subjective experience of forming organization” (STERN, 1985: 46).

¹¹⁴ Como visto na teoria de Piaget.

Crianças começam a experimentar um senso de um si emergente desde o nascimento. Elas são pré-concebidas para estarem cientes dos processos de organização de si. Elas nunca experimentam um período de total si/outro indiferenciação. Não há confusão entre si e outro no início ou em qualquer ponto durante a infância¹¹⁵. (STERN, 1985:10, tradução nossa).

Desconstruindo a noção de indiferenciação entre si e o outro, que seria a hipótese dominante sobre a experiência subjetiva que a criança teria antes do *senso de eu* estar constituído, Stern nos sugere olhar para o lactente com outros olhos, apontando para aspectos presentes no comportamento do bebê que insinuam haver algo além de um estado psíquico indiferenciado entre ele e o outro ou entre ele e a realidade que o circunda. Mais que isso, para Stern a existência de um *senso de si* independente do outro é condição para se experimentar um estado de “sentir com” o outro, um estado de “fusão”, subvertendo dessa forma, mais uma vez, as concepções clássicas tanto de desenvolvimento quanto psicanalíticas, como é visto:

Teorias acadêmicas não têm diferido basicamente das teorias psicanalíticas no sentido que ambas propõem uma emergência lenta do eu após um longo período de indiferenciação. [...] As novas descobertas suportam o ponto de vista que o primeiro trabalho da criança, na criação de um mundo interpessoal, é formar o senso de um si/outros nuclear [...] Além disso, é sugerido que a capacidade de ter experiências semelhantes à imersão ou fusão como descritas pela psicanálise seriam secundárias e dependentes de um senso de si e do outro já existente. A escala [de desenvolvimento - NT] mais recente desloca a emergência do ‘*self*’ dramaticamente mais cedo no tempo e reverte a seqüência [contida – NT] nos trabalhos desenvolvimentistas. Primeiro viria a formação do si e do outro, e somente então a experiência de ‘fusão’ seria possível.¹¹⁶ (STERN, 1985:70, tradução nossa).

¹¹⁵ “Infants begin to experience a sense of an emergent self from birth. They are pre-designed to be aware of self-organizing processes. They never experience a period of total self/other undifferentiation. There is no confusion between self and other in the beginning or at any point during infancy”. (STERN, 1985:10).

¹¹⁶ “Academic theories have not differed basically from the psychoanalytic theories in the sense that both propose a slow emergence of self after a long period of undifferentiation. [...] These new findings support the view that the infant’s first order of business, in creating an interpersonal world, is to form the sense of a core self and core others... Further, it suggests that the capacity to have merger or fusion-like experiences as described in psychoanalysis is secondary to and dependent upon an already existing sense of self and other. The newly suggested timetable pushes the emergence of the self earlier in time dramatically and reverses the sequencing of developmental tasks. First comes the

Através dos órgãos sensoriais, uma quantidade enorme de estímulos chega à criança produzindo sensações claras e muito intensas. Quando essas experiências, de alguma maneira, são associadas a criança experimenta a emergência de uma organização. Inicialmente o corpo é sentido como o ponto de referência onde essa experiência irá focar-se. Isso se dá devido à sua coerência, suas ações, suas sensações internas sem, contudo, ser o corpo o fundamento último para que essa experiência se produza, pois o *senso de um Si Emergente* inclui em sua experiência o processo e não somente o produto de uma organização em formação.

O período que é atribuído para acontecer a emergência desse senso seria por volta da 8ª semana de vida, contudo isso não seria um ponto de gênese estritamente delimitado para a formação do *senso de um Si Emergente*, mas o que é observável do bebê, nessa idade, sugere que uma verdadeira “revolução” no modo com que ele relaciona-se com o mundo e consigo mesmo está acontecendo. Nesse período, a criança passa por uma mudança qualitativa em seu modo de relacionar-se com o mundo. Ela passa a fazer contato olho-a-olho e torna-se mais sorridente responsivamente.

Nessa idade encontram-se amadurecidas capacidades que atuando em conjunto concorreriam para produzir a experiência de uma organização em formação. Os processos envolvidos nessa organização são a *percepção amodal*, a *percepção fisiognomônica* e os *afetos de vitalidade*.

Estes processos constituem meios pelos quais a criança percebe e organiza a realidade e, mais que isso, uma vez em funcionamento permanecem ativos, produzindo experiências que vão constituir um domínio particular de relação. “Não estamos lidando somente com fases sucessivas, mas também com domínios simultâneos de experiência de si¹¹⁷”. (STERN, 1985:29, tradução nossa).

A *percepção amodal* é uma característica observada muito cedo em bebês. Mostrou-se claro que desde as primeiras semanas de vida as crianças possuem a capacidade inata de desempenhar *cross-modal* - transferência de informação entre modalidades sensoriais distintas - que as permite reconhecer uma correspondência entre tato e visão, por exemplo. Isso significa receber uma informação via uma modalidade sensória e de alguma maneira traduzi-la em uma outra modalidade. Presume-se que a informação não é experienciada como

formation of self and other and only then is the sense of merge-like experiences possible” (STERN, 1985:70).

¹¹⁷ [...] we are dealing not only with successive phases but also with simultaneous domains of self-experience. (STERN, 1985:29).

pertencendo a qualquer uma modalidade sensória particular, mas parece que ela transcende os modos ou os canais e existe em alguma forma supra-modal desconhecida. Não seria a simples expressão da tradução entre modalidades perceptivas, parece mais ser algo que envolve uma codificação em uma, ainda misteriosa, *representação*¹¹⁸ *amodal* que pode ser reconhecida em qualquer dos modos sensoriais (STERN, 1985). Cabe-nos questionar – sem a pretensão de esclarecer – qual seria a natureza disso¹¹⁹ que Stern chama de *representação amodal*? Conseguimos pensar melhor tal conceito, menos como uma representação, no sentido filosófico da palavra, e mais como uma matéria (não necessariamente material) que se apresentaria como fluxo ou meio. Como alguma coisa que insistiria em cruzar (*cross*), ou talvez preencher, a distância entre o auditivo e o olfativo, o “entre” do visual ao tátil, porém não redutível a um sentido (*senso*) específico, mas que, pelo contrário, seria matéria comum de todos eles. Esta matéria não seria constituída por propriedades específicas que impressionariam esta ou aquela modalidade sensorial. Consistiria de elementos comuns a qualquer um dos sentidos e não seria codificada de modo a impressionar apenas um deles, mas podendo ser modulada através de qualquer via sensorial. Seria uma substância como diria Espinosa? Infinita em seus modos de expressão? E como “isso” que é *amodal* comparece no entre dois? Como é sentido, percebido, significado, experimentado nas relações? A operação *cross-modal* que o autor enfatiza pode ser definida como uma operação de *transversalidade*¹²⁰, ao colocar em relação elementos díspares que se encontram distribuídos não em um plano linear, mas em “platôs de subjetividade” que a princípio não manteriam necessariamente uma relação direta entre si. A expressão prática dessa operação *cross-modal* seria o reconhecimento de um objeto percebido através de uma modalidade sensorial, por

¹¹⁸ O autor não fornece informações suficientes sobre o que exatamente ele quer dizer quando fala em representação. Classicamente, o termo *representação* diria respeito a um processo subjetivo de substituir algo real – objeto – por algo mental – idéia representação do objeto.

¹¹⁹ Não estamos fazendo nenhuma referência ao id freudiano. Usamos essa expressão – isso, disso - por não termos e nem o autor fornecer alguma definição mais específica da natureza dela.

¹²⁰ O conceito de transversalidade foi proposto por Guattari, na Análise Institucional, como um dispositivo para provocar a ruptura dos modos traumáticos de funcionamento das relações que ali se davam. O objetivo era promover a circulação dos lugares – pacientes x corpo clínico em geral - possibilitando, com isso, o aparecimento de questões, sintomas, falas, que ficavam ocluídas pela maneira estática na qual essas relações estavam arranjadas. “A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e o de uma simples horizontalidade [...]” (GUATTARI, 2004:111). Embora o conceito de transversalidade tenha sido concebido e utilizado na Análise Institucional entendemos ser possível deslocá-lo para a experiência de si e, conseqüentemente, para a experiência clínica, como aqui estamos fazendo.

outro sentido. Stern (1985:47) apresenta um experimento realizado com bebês, onde estes se mostram capazes de identificar visualmente um objeto – no caso chupetas – que lhes foram apresentadas via tato enquanto seus olhos eram mantidos vendados. Uma vez que cada senso constitui um modo complexo de organização subjetiva, a mesma operação de *transversalidade* pode ser pensada de ocorrer quando a circulação entre os sentidos se instaura produzindo a experiência de si, pois “a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos”. (GUATTARI, 2004:111).

A criança parece experimentar um mundo de unidade perceptual no qual ela pode perceber qualidades amodais através de qualquer via sensorial, provenientes de qualquer comportamento humano expressivo. Ela representaria estas qualidades abstratamente e possuiria a habilidade para transpô-las em qualquer modalidade sensorial. Estas representações abstratas que a criança experimenta não são visões, sons, toques ou objetos nomeáveis, mas contornos, intensidades e padrões temporais (*compasso temporal, ritmo e duração* – mais adiante retomaremos estes conceitos), as qualidades mais globais da experiência.

A capacidade humana para perceber qualidades na experiência além da pura extensão, ou a capacidade que cada órgão sensorial possui para perceber para além do que se lhe atribui ordinariamente, encontra ressonância no conceito de *corpo vibrátil*¹²¹ cunhado por Suely Rolnik. Em nossa experiência clínica, privilegiamos “escutar” as frequências sutis que ressoam nesse corpo e a autora sugere que a experiência com *objetos relacionais*¹²² teria a potência de fazer emergir essa sensibilidade muitas vezes adormecida no ser humano. Rolnik aponta como que o uso de objetos criados por Lygia Clark e utilizados nas suas experimentações terapêuticas, intencionavam produzir nos seus clientes uma experiência que os deslocasse de seu modo habitual, enrijecido, cristalizado de percepção *macrosensorial* – “percepção que se restringe às formas; [...] que objetificam as coisas e as separam do corpo” (ROLNIK, 2005: 3) -, ativando uma outra sensorialidade a qual a autora vai chamar de *microsensorial*.

¹²¹ Em sua tese de doutorado Suely Rolnik define corpo vibrátil da seguinte maneira: “[...] só são apreensíveis por teu corpo vibrátil, aquele que alcança o invisível. Corpo sensível aos efeitos dos encontros dos corpos e suas reações: tração e repulsa, afetos, simulação em matérias de expressão”. (ROLNIK, 1989:26).

¹²² Mais adiante estaremos apresentando este conceito juntamente com o de *fenômenos transicionais*.

Em vistas disso, é equivocado considerar, como querem alguns, que a invenção dos *Objetos Relacionais* por Lygia consiste num simples deslocamento do visual em direção ao tátil. É outro o deslocamento que aí se opera: ele diz respeito ao fato de afastar-se desta carapaça sensível que consiste em reduzir o exercício de cada órgão de sentido – e não só os da visão e do tato – à sua faculdade de captar o mundo em sua natureza *extensiva*, a fim de ativar e incluir a outra faculdade própria a cada um deles: aquela que o capta em sua natureza *intensiva*. Deste modo podia se estabelecer uma relação entre os dois regimes em sua *coexistência paradoxal*. No caso do olho, por exemplo, seria sua potência vibrátil o que se tratava de ativar, de modo que para além da percepção retiniana se potencializasse aquilo que as pesquisas científicas neste campo qualificam hoje, segundo Hubert Godard, de “olhar cego”. De acordo com tais pesquisas, este consistiria num “olhar sub-cortical, o qual não é ligado ao tempo, à história do sujeito (...), um olhar mais geográfico”, para o qual, segundo ele, não há sujeito ou objeto, mas uma fusão no contexto: “é como se o mundo chegasse dentro de mim.” E ele conclui: “Este mergulho no antes do olhar, no pré-olhar ou no olhar cego (...) é a única maneira de recolocar em movimento uma certa forma de imaginário ou de elaboração.” E este pesquisador de teorias e práticas corporais nos assinala ainda o fato de que “identificou-se algo de similar no toque e que então se guardou o termo ‘toque cego’”, verificando um fenômeno análogo nos demais órgãos de sentido. Tomando isso como base podemos dizer que é todo o corpo em sua relação com o mundo que tem esta capacidade *cega* de receber as forças de sua alteridade. É exatamente esta capacidade do conjunto dos órgãos sensoriais o que constituiria o que designo aqui por corpo vibrátil. (ROLNIK, 2005:15-16).

A apreensão das qualidades mais globais da experiência não se limitaria à *percepção amodal*, mas estaria presente também na percepção das expressões faciais – *percepção fisiognômica* – onde traços faciais simples evocariam sensações que estariam para além das qualidades usuais que a expressão facial das emoções evocaria¹²³, como por exemplo, a sensação de intensidade que é percebida como uma qualidade intrínseca da experiência. Temos que acrescentar que:

[...] a necessidade e a habilidade para formar representações abstratas a partir das qualidades primárias da percepção e agir sobre elas começa no início da vida mental; ela não é a culminação (de um processo NT) ou um

¹²³ “Werner sugere que elas surgem da experiência com a face humana em todos as suas expressões emocionais [...]” (STERN, 1985:53, tradução nossa).

“Werner suggested that it arose from experience with the human face in all its emotional displays [...]” (STERN, 1985:53).

marco desenvolvimentista alcançado no segundo ano de vida¹²⁴. (STERN, 1985:51-52, tradução nossa).

A afirmação do autor ilustra com muita propriedade posições já discutidas nesse trabalho sobre a perspectiva desenvolvimentista de Stern e a visão clássica de desenvolvimento.

Outro processo que surge nessa fase do desenvolvimento, e torna-se fundamental para o vínculo, é o que Stern vai chamar de *afetos de vitalidade*. Talvez este seja o processo, dentre os aqui descritos, mais importante por sua capacidade de produzir sintonia¹²⁵. A sintonia de ritmos, sendo estes expressos como afetos, movimentos corporais ou idéias, seria, em nosso entender, o momento na clínica em que paciente e terapeuta compartilham uma experiência subjetiva comum, já que poderíamos afirmar que objetivamente – no sentido mais estrito da palavra – esta experiência já estaria ocorrendo. O paciente poderia sentir que seu mundo interior, em sua frequência existencial, não seria mais um território solitário¹²⁶. Seu modo de subjetivar pode ser compartilhado e experimentado por outro. Seu mundo interior, com idéias, sonhos, afetos, sentimentos e desejos, deixa de ter, ainda que por instantes, um caráter fechado, obscuro, para ganhar a presença subjetiva do outro, ou de um coletivo. Novamente surge a questão, aqui já lançada, do lugar que a frequência cronológica das sessões terapêuticas e do contato objetivo entre paciente e analista, ocuparia na clínica. Qual seria a dimensão clínica de um contato objetivo sem a produção dessa experiência de partilha psíquica? Qual trabalho clínico – no sentido de desestabilizar ou de produzir desvio de processos patológicos -, para ambos, terapeuta e paciente, estaria efetivamente acontecendo?

Os *afetos de vitalidade* constituem formas particulares de afetos, com qualidades muito diferentes dos afetos categorizados¹²⁷, podendo ser experimentados em decorrência do encontro entre pessoas, mostrando-se como uma das vias mais efetivas pela qual o bebê

¹²⁴ “[...] the need and ability to form abstract representations of primary qualities of perception and act upon them starts at the beginning of mental life; it is not the culmination or a developmental landmark reached in the second year of life”. (STERN, 1985: 51-52).

¹²⁵ A sintonia afetiva (*affect attunement*) será descrita e trabalhada mais adiante nesse capítulo.

¹²⁶ Essa questão será abordada, com mais critério, adiante nesse capítulo.

¹²⁷ Afetos categorizados seriam aqueles basicamente descritos por Darwin (1963) medo, raiva, alegria, tristeza e seus derivados.

distinguiria o que é “animado do que é inanimado”. *Afetos de vitalidade* podem ocorrer vinculados aos afetos categorizados ou serem decorrentes de processos internos, próprios das experiências da criança. São qualidades da experiência que podem ser mais bem traduzidas por palavras dinâmicas, cinéticas, tais como: crescendo, decrescendo, explodindo, enfraquecendo, falhando, surgindo, etc., sempre conotando movimento. Um *afeto de vitalidade* do tipo “explodindo” pode estar vinculado a sensações ou afetos categorizados distintos. Pode ser experimentado uma explosão ou aumento de intensidade afetiva¹²⁸ juntamente com uma alegria, uma tristeza, um episódio de raiva ou medo, ou ainda, haver uma experiência de aumento progressivo de excitação produzido por um estímulo interno (fisiológico) ou por estímulos externos diversos. Podemos tomar como exemplos os seguintes: ao experimentar-se um afeto alegre, a intensidade do mesmo pode expressar-se através de um sorriso, passar deste para um riso, e daí virar uma gargalhada, experimentar-se-ia um aumento da intensidade afetiva sem variar, entretanto, a qualidade do afeto; da mesma maneira poderia ser dito de acontecer quando ao experimentar-se um afeto triste ocorreria uma variação que poderia progredir indo do simples marejar dos olhos, ao escorrer de lágrimas e destas ao pranto copioso. O riso pode explodir em uma gargalhada e o lacrimejar tornar-se uma explosão de pranto. A ordem nessa experiência poderia ser no sentido inverso também. A modulação da intensidade afetiva, variando ao longo do tempo, pode ser sentida como um *crescendo* ou *enfraquecendo*, *diminuindo* ou *umentando*. Em ambos os sentidos essa variação produziria uma experiência dinâmica, sendo esse “movimento” a característica peculiar dos *afetos de vitalidade*. Ora, podemos entender que a variação da intensidade afetiva ocorreria em um intervalo temporal e consistiria em uma experiência única. Por outro lado, estamos mais inclinados a dizer que não se trataria mais da mesma experiência em sua variação no tempo, mas de experiências distintas sendo integradas por um mesmo afeto. Do

¹²⁸ Novamente recorreremos à teoria musical para nos auxiliar a entender como essa variação dinâmica afetiva poderia ocorrer e ser descrita: “**Dinâmica Musical** (do grego *dynamos* = força) refere-se à indicação que um compositor faz na partitura da **intensidade sonora** com que ele quer que uma nota ou um trecho musical inteiro sejam executados. Fisicamente, um som musical tem três características: altura, intensidade e timbre. *Altura* é a frequência do som, indicada pelo compositor pela posição da nota no pentagrama. *Timbre* é a característica que nos permite distinguir entre uma nota de mesma altura e intensidade produzida por diferentes instrumentos, como, por exemplo, por uma flauta ou por um violino. A *intensidade sonora* refere-se à energia com que a onda sonora atinge nossos ouvidos. Para indicar a intensidade sonora com que ele quer que uma nota ou trecho musical seja executado, o compositor utiliza uma gradação que vai desde o *molto pianissimo* (intensidade sonora mínima, quase inaudível) até o *molto fortissimo* (o máximo de intensidade sonora que se pode obter sem danificar a voz ou o instrumento). As gradações dinâmicas mais frequentes são (da mais fraca para a mais intensa)” - http://pt.wikipedia.org/wiki/Din%C3%A2mica_musical.

riso à gargalhada, ou do lacrimejar ao pranto, não poderíamos afirmar, com segurança, haver uma invariância nos elementos constitutivos desses estados subjetivos. Variando-se os elementos, varia-se a experiência. Novas variáveis estariam condicionando o experimentar. No entanto, haveria um afeto vinculando estas variáveis ou essas experiências. Novamente a imagem de uma operação transversal nos ocorre. A integração de elementos díspares, não codificados linearmente, mas dispostos em “platôs” estratificados, requer uma matéria, substância talvez, que circule no “entre” dos espaços intermediários, intersubjetivos, inter-sensos, inter-celulares, inter-moleculares... Essa integração, que fundamentalmente seria experiência de si, pode ser operada na constituição e na movimentação não objetiva – sem *telos* - da organização dos *sensos de si* ou, como aqui sugerida, acontecer na variação intensiva de um único afeto.

Afetos de vitalidade, analogamente à *percepção amodal*, nos falam de um modo de perceber a realidade através das características mais globais da experiência. Remetem-nos a um plano de experimentação pré-verbal, onde não haveria, ainda, a qualificação da experiência em categorias. Os estímulos sensoriais, na *percepção amodal*, não são percebidos como oriundos desse ou daquele órgão sensorial, mas são organizados em uma “representação” supra-modal, que remeteria a um plano de produção das formas e dos sentidos, pré-subjetivo (pré-eu). Fundamentalmente, *afetos de vitalidade* poderiam ser sentidos como: “alterações dinâmicas ou mudanças nos padrões em si mesmo ou no outro¹²⁹”. (STERN, 1985:156, tradução nossa).

¹²⁹ “[...] dynamic shifts or patterned changes within ourselves or others” (STERN, 1985:156).

3.3 - O Senso de um Si Nuclear - *The Sense of a core self*.

Não seriam somente os processos, até aqui citados, que concorreriam para a produção da experiência subjetiva de si e do outro. Nesse caminho, chegamos a outro processo presente na formação dos *sensos de si*, que estaria relacionado com os dispositivos de auto-regulação do bebê e cuja natureza seria fundamental para a constituição do *senso de um si nuclear* (STERN, 1985).

A *auto-regulação* é concebida como sendo a capacidade que o bebê possui para regular os níveis de excitação corporal e estados afetivos através da relação consigo mesmo ou com o outro. Essa capacidade está presente desde o nascimento e permanece operante ao longo de toda a vida. Entendemos que a *auto-regulação* seria uma operação fundamental de constituição de si. Sua dinâmica operacional seria uma experiência “auto” – consigo mesmo – mediada pelo encontro com o outro, ou seja, deflagrada e operacionalizada por esse encontro. Em outras palavras: algo de si estaria sendo experimentado constituindo-se em função e na relação com o outro. O ser humano, por sua natureza livre de uma essência, carrega a necessidade do contato com outros seres. Não somente para sua sobrevivência, mas para que através desse contato ele possa estar se constituindo como ser, em seu aspecto ontológico e em seu aspecto como espécie. Nesse âmbito, algumas formas de contato são concebidas como processos através dos quais o aprendizado e a constituição de si são produzidos. A imitação¹³⁰ seria o processo mais célebre nesse sentido, podemos acrescentar a afetividade/emoções¹³¹ que emergiriam nos encontros e a *auto-regulação*, como concebida por Stern. Esta poderia ser experimentada, segundo nossa visão, basicamente, através de três formas. A primeira seria uma forma de *auto-regulação* produzida através de dispositivos internos que atuariam de modo não-consciente, estando relacionada com as funções fisiológicas em geral¹³². Sua forma

¹³⁰ A imitação foi um processo amplamente explorado na teoria piagetiana. Mais à frente, nessa dissertação, estaremos abordando o conceito de forma muito sucinta, para não desviarmos de nossos objetivos.

¹³¹ Em relação à afetividade e às emoções, como processos de constituição do si na relação com o outro, podemos citar o trabalho de Wallon, 1971, mas por razões já esclarecidas, não teremos condições de trazê-lo para a discussão mais detalhadamente.

¹³² Estes processos também estariam presentes nas outras formas de auto-regulação.

de funcionamento poderia ser concebida aos moldes do modelo de prazer/desprazer¹³³, onde o alívio de qualquer tensão sentida no organismo seria concebido como prazer e o aumento de tensão como desprazer. Uma segunda maneira de *auto-regulação* aconteceria toda vez que uma atividade consciente fosse utilizada para reduzir os níveis de tensão corporal ou alterar um estado afetivo. Podemos tomar como exemplo as diversas atividades físicas do tipo caminhadas, corridas, malhação em geral, através das quais a *auto-regulação* é, na maioria das vezes, atingida. Sem contar a alimentação que seria a forma mais notória de *auto-regulação*. A terceira forma que concebemos estaria relacionada com as atividades que envolvem o encontro com um objeto externo, sendo esse inanimado¹³⁴ ou animado. É da experiência comum com bebês disponibilizar ao seu alcance vários tipos de objetos com os quais ele desenvolve jogos lúdicos. Esses jogos que seriam brincadeiras e atividades, relacionadas à maternagem em geral, tornam-se comuns na relação estabelecida com o cuidador (babá, por exemplo), figurando entre eles o modo com que fala-se com o bebê – linguagem “tatibitáti”. Os objetos variam desde móveis, bonecos (as), almofadas, travesseiros e cobertores, com os quais a criança estabelecerá uma relação que servirá tanto para regular seus níveis de excitação quanto seus estados afetivos.

A experiência de *auto-regulação*, com um objeto externo, é tratada na psicanálise winnicottiana pelo conceito de *fenômenos transicionais*. Estes fenômenos são observáveis em todas as crianças entre quatro e doze meses de idade (WINNICOTT, 1953). Fazem parte integrante do desenvolvimento sadio do ser humano, pois dizem respeito ao “problema da relação entre aquilo que é objetivamente percebido e aquilo que é subjetivamente concebido e, na solução desse problema” (WINNICOTT, 1953:26). Para Winnicott, a experiência subjetiva possível nessa idade seria uma experiência de indiferenciação entre si e o outro, tradicionalmente referida como estado de *fusão* (WINNICOTT, 1953). Já a posição sustentada por Stern seria a de haver uma experiência subjetiva de diferenciação anterior à experiência de *fusão*, como já visto. Essa experiência (*fusão*: *merge, fusion*) não equivaleria a algum estado patológico do tipo daqueles que seriam experienciados em processos esquizóides e

¹³³ Conforme a concepção freudiana do princípio de prazer: “Na teoria da psicanálise não hesitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer”. (FREUD, 1920).

¹³⁴ Estaremos tratando dessa questão mais à frente.

tampouco seria uma experiência do tipo “unidade-dual” (*dual-unity*) em virtude de processos maturacionais ainda não completos. Para Stern, haveria uma “experiência concreta de estar com o outro (um outro auto-regulador) tal que sentimentos de si seriam essencialmente alterados¹³⁵” (STERN, 1985:105, tradução nossa) e, onde os indivíduos envolvidos manteriam uma percepção clara de si e do outro.

Durante o evento real, o senso de si-nuclear não é rompido: o outro é ainda percebido como um outro-nuclear separado. A alteração na experiência de si pertence ao si-nuclear somente. O si-nuclear alterado também entra em relação (mas não se funde) com o outro-nuclear. A experiência de si é sem dúvida dependente da presença e ação do outro, mas ela ainda pertence inteiramente ao si¹³⁶. (STERN, 1985:105, tradução nossa).

Em relação à existência espaço-temporal do *objeto transicional*, a perspectiva sustentada por Winnicott é de que o objeto não “existiria” extrinsecamente ao bebê, mas seria experimentado subjetivamente em uma *área intermediária*, uma região limiar compreendida entre a percepção objetiva e a criatividade primária, como vemos:

[...] incidem na área intermediária enquanto fenômenos transicionais, juntamente com o uso que é dado a objetos que não fazem parte do corpo do bebê, embora ainda não sejam plenamente reconhecidos como pertencentes à realidade externa. (WINNICOTT, 1953: 14).

A despeito das divergências teóricas entre os dois autores, queremos ressaltar a proximidade entre ambas as teorias no que diz respeito ao efeito “apaziguador” que a relação com o objeto externo/objeto transicional possui:

¹³⁵ “[...] actual experience of being with someone (a self-regulatory other) such that self-feelings are importantly changed.” (STERN, 1985:105).

¹³⁶ “During the actual event, the core sense of self is not breached: the other is still perceived as a separate core other. The change in self-experience belongs to the core self alone. The changed core self also becomes related (but not fused) with the core other. The self experience is indeed dependent upon the presence and action of the other, but it still belongs entirely to the self.” (STERN, 1985: 105).

Não se tratava de um 'confortador', como no caso do depressivo irmão mais velho, mais de um 'acalmador'. Constituía um sedativo que sempre funcionava. Trata-se de um exemplo típico do que estou chamando de *objeto transicional*. Quando Y era bem menino, era sempre certo que, se alguém lhe desse seu 'Baa', ele imediatamente o chupava e perdia a ansiedade, e, de fato, caía no sono em poucos minutos. (WINNICOTT, 1953: 21).

Entretanto é no encontro com o outro que a experiência de *auto-regulação* ganha seu relevo mais interessante para o tema abordado nessa dissertação. A experiência de *auto-regulação* ao "estar com o outro", na clínica, implicaria algo mais do que apenas "aliviar" a tensão, ou ter um encontro pelo qual um estado afetivo seria transformado. Podemos pensar que essa experiência ao tornar-se repetitiva, pela freqüência dos encontros terapêuticos, constituiria em si mesma um vínculo assim como o rito na etologia o é, sem ser o efeito de algum impulso ou instinto subjacente. O rito, em si mesmo, é essa força (instinto) e demanda uma correspondência expressiva por parte do outro. Como vemos em Lorenz:

Seria enganoso chamar o padrão de movimento ritualizado de provocação do marreco, ou ainda da maioria dos patos mergulhadores, a 'expressão' de amor, ou de afinidade para com o parceiro. O movimento instintivo independente não é um sub-produto, nem um 'epifenômeno' *do laço que mantém os dois animais juntos; ele é o laço em si*. A constante repetição destas cerimônias as quais mantém o par junto dá uma boa medida da força do impulso autônomo o qual as coloca em movimento. ¹³⁷ (LORENZ, 1966:55-56, tradução nossa, grifo nosso).

De forma análoga ao rito etológico, a *auto-regulação* é sugerida de ser um processo inato com funcionamento autônomo e independente a qualquer outra força (libido, por exemplo) atuante no ser humano, prescindindo necessariamente de uma relação simbólica para ser produzida. Não haveria uma relação simbólica, propriamente dita, no sentido de haver um objeto internalizado e previamente representado, como o seio materno, por

¹³⁷ "It would be misleading to call the ritualized movement pattern of inciting in the mallard, or even in most diving ducks, the 'expression' of love, or of affinity to the mate. The independent instinctive movement is not a by-product, not an 'epiphenomenon' of the bond holding the two animals together; it is itself the bond. The constant repetition of these ceremonies which hold the pair together gives a good measure of the strength of the autonomous drive which sets them in motion." (LORENZ, 1966: 55-56).

exemplo. Não haveria uma atualização desse objeto na experiência real, uma vez que a *auto-regulação* seria um processo com início em um período do desenvolvimento infantil muito anterior, cronologicamente, à formação do “eu”. Essa experiência não seria buscada conscientemente pelo paciente (embora o terapeuta esteja ciente de que isso aconteça), mas é sentida por ambos e geralmente sendo expressa verbalmente por alguma declaração do paciente, percebida pela alteração sensível de seu estado afetivo ou pela diminuição de sua excitação.

Em nossa orientação clínica, não trabalhamos com uma classificação estritamente rigorosa (como as categorias nosológicas de neurose e psicose que algumas vertentes clínicas trabalham) em relação aos processos de subjetivação apresentados pelos pacientes que tratamos. Entretanto, vamos convir, por questões de praticidade, com as características já atribuídas aos tipos psicóticos (esquizóides na terminologia “winnicottiana”) para estarmos falando de um modo de subjetivar que teria semelhança com aquele que citaremos nesse trabalho. A descrição que mais se assemelha, ao dito modo de subjetivar, é a que encontramos em Winnicott:

[...] referimo-nos a tais indivíduos como esquizóides. Sabemos que eles, como pessoas, podem possuir valor numa comunidade e mesmo atingir certo grau de felicidade, mas percebemos a existência de certas desvantagens que os afetam, o que se torna verdadeiro também para aqueles com quem convivem. Sua percepção subjetiva do mundo pode levá-los facilmente a certas ilusões; ou à aceitação de um sistema delirante em determinadas áreas, ainda que possam estar firmemente baseados na maioria das áreas [...] (WINNICOTT, 1963: 96).

Nos questionamos, com esse tipo de pacientes, qual seria a dimensão que a sensação de *auto-regulação* teria entre os processos produtores e mantenedores do vínculo clínico.

É freqüente ouvirmos da paciente M¹³⁸ expressões como a seguinte: “Doutor Frazão, eu me sinto tão calma quando venho aqui”. Não queremos, contudo, afirmar que uma simples frase da paciente seria indício suficientemente consistente para confirmarmos a hipótese aqui levantada – o processo de *auto-regulação* possui um caráter vinculador na experiência clínica com tipos esquizóides/psicóticos. A fala da paciente, nesse caso, seria ouvida como sendo a atualização verbal de uma experiência que estaria sendo vivida em um plano multidimensional, onde níveis distintos de experimentação de si são possibilitados pela coexistência temporal de *sensos* que, como já visto, seriam perspectivas autônomas de organização da experiência subjetiva. A aposta reside, então, em pensar a possibilidade de outras forças/processos¹³⁹ existirem como fatores que desempenhariam um papel vinculador na relação clínica e, cotidianamente, na experiência com o outro.

Haveria ainda outras modulações possíveis da experiência de *auto-regulação* com o outro, não se reduzindo estas a alterações puramente fisiológicas. De fato, a ênfase seria para as modulações afetivas que são produzidas através dessa experiência. Sentimentos de segurança e apego são freqüentemente referidos como experiências de si, facilitados pela proximidade física e produtores de vínculo pela continuidade do contato (BOWLBY, 1969). A intensidade de uma gama muito variada de afetos seria continuamente modulada no encontro com o outro.

É importante lembrar que essas experiências têm início na mais tenra infância e não seriam fenômenos transitórios que só existiriam em um período determinado do desenvolvimento, mas permaneceriam funcionais modulando a experiência subjetiva ao longo de toda a existência individual.

¹³⁸ Paciente do sexo feminino, de 44 anos, em tratamento conosco desde o estágio no SPA/UFF (2004) até a presente data e com características subjetivas que se adequariam aos modelos aqui delineados. M, nos chega através de um plantão – procedimento corriqueiro no estágio -, com queixas diversas, sobre sua problemática emocional, fazendo uso diário de medicação psicotrópica, com um quadro de incontinência fecal e oscilação de humor. Seu humor variava entre o riso, explosões de cólera e choro, freqüentes, na mesma sessão. Apresentava construções delirantes intercaladas com momentos de perfeita racionalidade. M é funcionária pública e, até onde sabemos, exerce satisfatoriamente as funções que lhe são atribuídas.

¹³⁹ Como já visto nos capítulos precedentes.

3.4 - O Senso de um Si Subjetivo - *The Sense of a Subjective Self*.

O desenvolvimento infantil segue seu curso e vai complexificando-se em uma ordem inversa à qual o bom senso prediria. Os *sensos de si* e seus respectivos domínios de experiência não se superpõem, ocluindo a organização subjetiva que se constituiu imediatamente anterior a sua emergência, mas coexistem temporalmente e possibilitam que a experiência subjetiva seja multidimensional.

Quando o bebê está entre o 7º e o 9º mês de idade, novas mudanças são percebidas em sua capacidade de interação social. A complexidade dessas alterações é comparada a um verdadeiro “salto quântico”, cuja energia, para realizá-lo, seria proveniente dos processos anteriormente constituídos, potencializados pelas novas capacidades que entram em cena. Em virtude desse salto, é atingida uma experiência subjetiva qualitativamente distinta daquela que havia sido até então possibilitada pelas perspectivas de organização já emersas.

Nos domínios de relação (*domain of relatedness*) constituídos até esse período da vida infantil, havia alguma forma de expressão (mímica facial, gesticulação, vocalizações) presente na experiência compartilhada com o outro. De certa maneira, essa expressividade serviria como meio tanto indicativo, quanto operador, de que os processos postos em movimento na relação estariam acontecendo. Entretanto, no domínio de relações que entra em cena, nesse momento, algo mais sutil passa a ser compartilhado. O *senso de um Si Subjetivo* emerge conjuntamente com a experiência de partilha de estados subjetivos com o outro. Nesse novo plano de ensaio relacional, “o foco muda de regular experiências para compartilhá-las¹⁴⁰”. (STERN, 1985:203, tradução nossa). Nesse domínio (domínio de relações intersubjetivas – *domain of intersubjective relatedness*) pode ser atribuída à criança a capacidade para a intimidade psíquica e com isso as possibilidades de “estar com o outro” se expandem dramaticamente. Além de toda a gama de experiências inter-pessoais já possíveis de haver, a partir desse momento “estados mentais entre pessoas podem agora ser ‘lidos’, equiparados, alinhados, ou afinados [...]”¹⁴¹ (STERN, 1985: 27, tradução nossa).

¹⁴⁰ [...] the focus shifts from regulating experiences to sharing them” (STERN, 1985:203).

¹⁴¹ “Mental states between people can now be “read”, matched, aligned with, or attuned to [...]” (STERN, 1985: 27).

Essa experiência intersubjetiva ocorreria de forma não-consciente e a sua tradução em palavras seria uma tarefa difícil de ser realizada. De fato, em se tratando de bebês, a linguagem falada ainda não estaria desenvolvida e sem ela a tradução verbal de qualquer experiência estaria impossibilitada. Entretanto, queremos justamente evidenciar que a experiência intersubjetiva perdura e continua sendo produzida na vida adulta, mesmo após a deflagração da capacidade para falar. A narrativa dessa experiência, quando conseguida, apenas produz uma pálida visão do que é sentido, não recobrando a riqueza global da experiência. É preciso também realçar que a linguagem não consegue traduzir toda a gama de experiências possíveis de serem atingidas pelo ser humano. A multiplicidade de sensações corporais ultrapassa em muito a capacidade de expressá-las verbalmente. Estados psíquicos alterados, via drogas ou via práticas yogues¹⁴² são difíceis de serem descritos em palavras: “[Buddha] compreendeu, então, que a experiência vivenciada estava além da palavra. Toda tentativa de falar a respeito seria vã. Decidiu, portanto, não a revelar”. (ZIMMER, 1951: 327). De fato, as alterações de consciência realizadas via técnicas de yoga seriam, em seu ápice, experiências de si sem a mediação necessária de um “eu¹⁴³”.

Para Stern, destacar a importância da experiência intersubjetiva, em uma idade ainda tão precoce, não teria a finalidade de subverter a ordem proposta pelas teorias ortodoxas desenvolvimentistas, embora isso seja feito indiscutivelmente. Essas teorias trariam, em seus ideais de inteligibilidade, uma ordem de desenvolvimento estabelecida sob a orientação que a *flecha do tempo* aponta e afirmariam que uma experiência dessa magnitude – intersubjetiva, diferenciada entre si e o outro - só seria possível após o estabelecimento da consciência reflexiva, como indicativo de que o “eu” estaria minimamente constituído. Stern se atém a destacar a importância que essa experiência ocupa no desenvolvimento saudável do indivíduo e de suas relações sociais.

Uma das primeiras experiências intersubjetivas que o bebê experimenta seria a de “partilha de intenções”. Através da expressividade recíproca (troca de olhares entre bebê e o seu cuidador e o direcionamento do olhar para o objeto desejado, por exemplo) estabelecer-se-ia um canal de fluxo relacional através do qual seria possível a “compreensão da intenção do bebê” (STERN, 1985) pelo seu cuidador e a intenção do cuidador pelo bebê; com isso, o

¹⁴² As práticas yogues mais comumente conhecidas seriam: posturas (ásanas), respiratórios (pranáyamas), concentrações (dháрана), abstração dos sentidos (pratyahara) e meditações (dhyana) propriamente ditas. (DANIELOU, 1949).

¹⁴³ NIKHILANANDA, 1942.

autor assumiria que intenções tornar-se-iam experiências compartilhadas. Não é incomum, na experiência clínica, a troca de olhares entre paciente e terapeuta servir como meio pelo qual afetos e perceptos sejam comunicados, entendidos ou que alguma intervenção seja produzida por esse meio.

Certamente, é neste *senso de si* que o sentido de intersubjetividade ganha seu contorno, mas não podemos dizer que nesta fase é que se inaugura a “relação inter”. Nossa leitura do autor nos permite compreender que em relação à experiência que ocorre nos sentidos constituídos anteriores ao *senso de um Si Subjetivo*, o foco se daria principalmente na afirmação de uma experiência inter-pessoal. Essa experiência estaria centrada nas capacidades inatas e nos processos que concorreriam para o bebê organizar a realidade, produzindo uma experiência de si diferenciada frente ao outro e ao meio. A afirmativa do autor contrapõe-se às teorias clássicas nesse sentido, as quais apostam em estados fusionais experimentados com o outro até a constituição do “eu” auto-reflexivo. Stern vai afirmar que desde as primeiras semanas de vida já é possível ter a percepção de uma unidade física organizada, mesmo sem essa entidade psíquica estar formada. Esta experiência de si como uma unidade na relação com o outro é o que ele vai chamar de inter-pessoal. Não encontramos uma negação peremptória do autor de que nestes sentidos iniciais algo mais sutil (estados mentais) seria experimentado, além da pura percepção de uma unidade física aliada a estados afetivos. Para ele, como é apontado em muitas passagens, isso já se configuraria como uma experiência subjetiva. De fato, Stern afirma que a criança registra subjetivamente a experiência de *auto-regulação*: “De alguma maneira a criança registra a experiência objetiva de auto-regulação com o outro como uma experiência subjetiva¹⁴⁴”. (STERN, 1985:104, tradução nossa). Mas devemos salientar que a ênfase seria na mudança de qualidade da experiência que ocorre, como verdadeiro “salto quântico”, quando o *senso de um Si Subjetivo* emerge.

Juntamente com a comunicação/compreensão de intenções, estados afetivos passam a serem compartilhados enriquecendo a experimentação nesse plano comum. Por volta dos 12 meses de idade é observado que, em situações que provoquem uma atitude ambivalente por parte do bebê - do tipo aproximação e recuo em face de algum objeto altamente estimulador e incomum - este mantenha, enquanto em curso para o objeto, freqüente contato visual com o cuidador. Esse tipo de atitude do bebê dá indícios que ele, ao hesitar diante do que fazer, busca alguma referência, sobre o que fazer, na pessoa com quem ele mantém-se em relação

¹⁴⁴ “Somehow the infant registers the objective experience with self-regulating others as a subjective experience”. (STERN, 1985:104).

naquele instante. Essa atitude não se ater a uma simples negação ou consentimento para o ato do bebê, mas implicaria na comunicação do sentimento do outro em relação à situação em curso, ou seja: “[...] crianças não checariam dessa maneira com a mãe a menos que elas atribuíssem-lhe a capacidade de ter e sinalizar um afeto que tenha relevância para os seus reais ou potenciais estados afetivos¹⁴⁵”. (STERN, 1985:132, tradução nossa). Com isso, o seguinte é concluído:

[...] a criança de alguma maneira faz uma equiparação entre os estados afetivos como experimentados internamente e os vistos ‘sobre’ ou ‘dentro’ do outro, uma equivalência que nós podemos chamar *interafetividade*¹⁴⁶. (STERN, 1985:132, tradução nossa).

Interafetividade poderia ser a primeira, mais abrangente, e a mais imediata forma de compartilhar experiências subjetivas, segundo o autor.

3.4.1 - Afinando os ritmos vitais¹⁴⁷.

A intensidade e a complexidade dos estados subjetivos compartilhados torna-se uma experiência constante e crescente na vida do bebê. Através da via de comunicação intersubjetiva que se estabelece entre si e o outro, novas formas de experiência sensível tornam-se possíveis de serem compartilhadas, experimentações que prescindiriam do “eu” em sua organização, estados que parcamente poderiam ser traduzidos através da linguagem.

No *domínio de relação intersubjetiva*, emerge um fenômeno que, sob o ponto de vista clínico, seria aparentemente uma simples imitação, uma “responsividade empática¹⁴⁸”.

¹⁴⁵ “[...] infants would not check with the mother in this fashion unless they attributed to her the capacity to have and to signal an affect that has relevance to their own actual or potential feeling states”. (STERN, 1985: 132).

¹⁴⁶ “[...] the infant somehow makes a match between the feeling state as experienced within and as seen “on” or “in” another, a match that we can call *interaffectivity*.” (STERN, 1985: 132).

¹⁴⁷ RAUTER, 1998.

A imitação vem a ser um método de aprendizagem cujo valor (PIAGET, 1967, 1970; WALLON, 1971) desempenharia um papel fundamental nos processos de desenvolvimento e sociabilização do ser humano. Sob uma perspectiva mais ortodoxa, ela limitar-se-ia à “imitação de gestos corporais e exteriores” (PIAGET, 1967:25), sem possuir o caráter de uma experiência subjetiva propriamente dita. No entanto, Stern nos fala de processos mais complexos, do que a simples imitação de gestos corporais, que incluiriam estados subjetivos internos e compartilhados, como vemos com o autor:

Quando a criança está com aproximadamente nove meses de idade, entretanto, pode ser visto que a mãe acrescenta uma nova dimensão para o seu comportamento tipo-imitação, uma dimensão que parece estar engrenada com o novo status da criança como uma parceira intersubjetiva potencial. (Não fica claro como as mães sabem que esta mudança ocorreu na criança; parece que faria parte do seu senso intuitivo). Ela começa a expandir seu comportamento além da verdadeira imitação em uma nova categoria de comportamento que nós chamaremos de *sintonia afetiva*¹⁴⁹.¹⁵⁰ (STERN, 1985:140, tradução nossa).

¹⁴⁸ “Empathic responsiveness” (STERN, 1985).

¹⁴⁹ Optaremos por utilizar, nesse momento, como tradução para ‘*attunement*’, a palavra sintonia. No entanto, compreendemos que em outros momentos poderemos utilizar a mesma palavra com a tradução de afinação. Entendemos que essa capacidade intersubjetiva comporta dois momentos em seu processo: um primeiro momento diria respeito a uma ‘sintonia’ propriamente dita – semelhante àquela que é produzida quando sintonizamos rádios walk-talkie na mesma frequência, possibilitando a recepção e envio de mensagens. Um segundo momento, desse processo subjetivo, que ocorreria imediatamente ou até mesmo concomitantemente, com a ‘sintonia’, seria a ‘afinação’ afetiva. Afinar – *tuning* – deriva de duas concepções distintas. Da mecânica de motores, significando regulagem, afinação; e, do domínio musical, que remete ao momento da afinação de instrumentos. Tomando como exemplo a afinação do violão, diz-se que esta está satisfatória quando após ajustar-se a tensão da primeira corda e tangi-la em um determinado ponto da haste do instrumento, produz-se a ressonância da segunda corda, que vibra em uníssono com a primeira. Entendemos que o processo explicitado por Stern torna-se melhor traduzido mantendo-se em mente essas duas acepções da palavra.

¹⁵⁰ “When the infant is around nine months old, however, one begins to see the mother add a new dimension to her imitation-like behavior, a dimension that appears to be geared to the infant’s new status as a potentially intersubjective partner. (It is not clear how mothers know this change has occurred in the infant; it seems to be part of their intuitive parental sense.) She begins to expand her behavior beyond true imitation into a new category of behavior we will call *affect attunement*.” (STERN, 1985:140).

Enquanto que a imitação diria respeito à forma (traz carregada consigo a idéia de alguma expressão mais objetiva do comportamento); o *attunement*¹⁵¹ diria respeito ao sentimento, ao estado subjetivo da expressão exteriorizada propriamente dita. Este processo pode ser compreendido como uma experiência de equivalência, equiparação (*to match to*) de *ritmos vitais* entre si e o outro. Equivalência essa que não fica restrita à gesticulação somente, mas que a comporta e inclui a *performance*, intensidades afetivas, níveis de excitação diversos, expressividade facial e exteriorização emotiva (STERN, 1985). Não haveria, nesse processo, a coincidência gestual ou de expressões faciais simplesmente, mas entraria em jogo todo o repertório das capacidades sensíveis e expressivas até aqui desenvolvidas. O *attunement* processar-se-ia em sua maior parte através da capacidade *cross-modal*, ou seja, os canais sensoriais para a recepção e expressão, do estado afetivo desejado, seriam diferentes, nas duas pessoas envolvidas na experiência. O que estaria sendo equiparado, não seria um comportamento em si, mas “algum aspecto do comportamento que reflete o estado afetivo pessoal¹⁵²” (STERN, 1985, 142, tradução nossa), uma reflexão do estado interno do outro. O autor nos dá uma definição bem sucinta do conceito:

Afinação afetiva, portanto, é a *performance* de comportamentos que expressa a qualidade de sentimentos de um estado afetivo compartilhado sem imitar a exata expressão comportamental do estado interior¹⁵³. (STERN, 1985:142, tradução nossa).

Pensando em termos clínicos, referindo-nos ao primeiro significado que atribuímos à palavra *attunement* – sintonia -, poderíamos dizer que as capacidades, delineadas por Stern, estariam falando de determinados momentos nos quais teríamos a clara impressão de estarmos “compartilhando ou alinhando estados internos¹⁵⁴” (STERN, 1985:144, tradução nossa), com

¹⁵¹ Não conseguimos encontrar uma tradução para a palavra, nesse sentido que ela está sendo aqui empregada pelo autor. Preferimos, assim, utilizá-la sem traduzir.

¹⁵² “[...] some aspect of the behavior that reflects the person’s feeling state”. (STERN, 1985, 142).

¹⁵³ “Affect attunement, then, is the performance of behaviors that express the quality of feeling of a shared affect state without imitating the exact behavioral expression of the inner state”. (STERN, 1985: 142).

¹⁵⁴ “[...] sharing or alignment of internal states” (STERN, 1985:144).

o paciente. O alinhar, aqui evocado, poderia ser traduzido como uma operação através da qual uma frequência de vibração unívoca é estabelecida para processos distintos; em voga, o *ritmo vital* do paciente “alinhando-se” com o *ritmo vital* do terapeuta. Quando este “alinhamento de ritmos vitais” ocorre, na sessão clínica¹⁵⁵, e estados internos do paciente tornam-se uma experiência sensível para o terapeuta, surge um sentimento de segurança em relação à direção que o trabalho clínico deve seguir, o qual serviria de fundação¹⁵⁶ para as intervenções clínicas serem produzidas.

A *sintonia afetiva* seria, a princípio, uma impressão clínica. Stern, porém, vai apontar algumas características deste processo que, o evidenciariam, distinguindo-o da imitação e o constituindo propriamente. As características constitutivas do *attunement* contribuem para formar a dimensão múltipla das experiências subjetivas. Seriam capacidades inatas, como já visto, que atestam a complexidade da constituição dos processos em jogo na experiência humana, as quais estariam sendo equiparadas, equivalidas (*matched to*), na experiência subjetiva de “estar com o outro”. Estas características - verdadeiros *ritmos vitais* - que formariam a base do *attunement*, seriam “intensidade, duração e forma¹⁵⁷” (STERN, 1985:146, tradução nossa), que, por sua vez, poderiam ser desdobradas em: *intensidade absoluta* – nível de intensidade do comportamento de si e do outro, independentemente do modo ou forma do comportamento; *contorno de intensidade* – “as mudanças de intensidade são equiparadas ao longo do tempo¹⁵⁸” (STERN, 1985:146, tradução nossa); *compasso temporal* – “uma pulsação regular é equiparada durante um tempo¹⁵⁹” (STERN, 1985:46,

¹⁵⁵ Citando, novamente, o caso da paciente M, recordamo-nos de um momento que foi marcante na mudança de orientação do caso, pois produziu um reposicionamento em ambos, tanto no paciente quanto no terapeuta, em relação ao modo de conduzi-lo. Durante uma sessão de supervisão, após a narrativa do difícil manejo que o caso apresentava, foi sugerido, pelo grupo de supervisão, que fosse tentada uma outra forma de intervir, através da música. Como a paciente já havia declarado seu gosto pela música de Elvis Presley, propusemos à mesma, na sessão por vir, de escutarmos um Cd do Elvis. Tivemos como resultado dessa intervenção uma experiência de “estar com o outro” que foi traduzida, literalmente, como um impulso quase incontrolável de dançar. Enquanto eu sentia meu corpo vibrar com a balada “presleyana” a paciente batia o pé e estalava os dedos ritmicamente, dizendo: “Ouvindo essa música dá uma vontade de dançar, né”?

¹⁵⁶ “[...] a fundação concerne ao solo e mostra como alguma coisa se estabelece sobre este solo, ocupa-o e o possui; mas o fundamento vem antes do céu, vai do cume às fundações [...]” (STENGERS 1993:82 *apud* PASSOS & BARROS, 2000).

¹⁵⁷ “[...] intensity, timing, and shape” (STERN, 1985:146).

¹⁵⁸ “The changes of intensity over time are matched” (STERN, 1985:146).

¹⁵⁹ “A regular pulsation in time is matched” (STERN, 1985:46).

tradução nossa); *ritmo* – um padrão distinto de pulsações seria equiparado; *duração* – a duração do comportamento seria equiparada; e, *forma* – alguma característica espacial do comportamento que poderia ser abstraída e expressa de uma maneira diferente, seria equiparada. Nesse contexto, falar de ritmo vital seria pensar nesta imagem musical que ritmo, compasso e intensidade evocam, mas não a partir da experiência do solo musical, da musicalidade que cada instrumento individualmente produziria, mas do concerto, da composição harmônica em contraponto que uma organização sinfônica produziria, ao modo do pensamento etológico de Uexküll.

Se atribuíssemos uma função para o *attunement*, certamente esta seria muito diferente da que poderíamos atribuir aos processos de auto-regulação. Além de ambos ocorrerem em domínios de relação/afinidade distintos, a função do primeiro não estaria comprometida em acalmar ou aquietar estados afetivos ou níveis de excitação, nem tampouco reforçar comportamentos em um sentido behaviorista, mas visaria, primeiramente, estabelecer comunicação subjetiva com o outro, atingir um estado de “comunhão inter-pessoal¹⁶⁰” (STERN, 1985:148, tradução nossa).

A partir do momento que a sintonia esteja estabelecida o “segundo momento” do *attunement*, então, entraria em cena. A sintonia das subjetividades cria uma atmosfera de integração, entre si e o outro, que, uma vez estabelecida, expande dramaticamente a potência do compartilhar intersubjetivo, possibilitando não somente a “leitura das mentes”, mas também a identificação de estados internos, afetivos e emocionais. Havendo o “alinhamento”, a sintonia dos *ritmos vitais*, o *attunement* pode ser utilizado em uma função interventiva, pela sua potência de operar mudanças em estados subjetivos. Stern chama essa forma do *attunement* de “dessintônico¹⁶¹”; e este poderia ser de dois tipos: a) um tipo que, poderíamos dizer, seria próximo de um equívoco, produzido pela identificação incorreta da qualidade do estado interno em curso no bebê, ou pela incapacidade do cuidador em evocar em si mesmo tal estado; e, b) um tipo de “dessintonia proposital¹⁶²” (STERN, 1985:148, tradução nossa), chamado pelo autor de “afinação” (*tuning*).

¹⁶⁰ “interpersonal communion” (STERN, 1985:148).

¹⁶¹ “*Misattunement*”, a idéia contida seria a de de-sintonia, tirar da sintonia. Com isso, optamos por traduzi-lo como “dessintônico”.

¹⁶² “*purposeful misattunement*” (STERN, 1985:148).

Essa operação complexa de sintonizar e afinar implicaria em: identificação de um estado interno em curso no outro; alinhamento do *ritmo vital* de si com o *ritmo vital* do outro, produzindo em si tal estado – lembrando que “os processos de *attunement* ocorrem majoritariamente não-conscientes¹⁶³” (STERN, 1985:149, tradução nossa) -; “deslizar para dentro¹⁶⁴” (STERN, 1985:148, tradução nossa) da mesma freqüência de vibração em que o outro se encontra e uma vez “dentro”, sintonizado, operar desvio¹⁶⁵. Devemos ressaltar que o êxito dessa operação, verdadeiramente clínica¹⁶⁶, dependeria da sutileza com que ela seria realizada, já que o estado de sintonia não poderia ser rompido. A não identidade da expressividade exterior com o estado interno teria que ocorrer através de uma modulação diferencial muito sutil, pois, caso essa diferença seja muito acentuada, haveria o comprometimento da finalidade desejada.

A observação clínica sugeriu que na maioria das vezes, que a afinação foi realizada, permanecia uma aparência de “como se nada especial tivesse acontecido¹⁶⁷” (STERN, 1985:149, tradução nossa), no entanto a conseqüência de tal intervenção podia ser verificada através de alguns procedimentos “clínicos laboratoriais” que revelavam ter havido mudanças psíquicas em decorrência da intervenção feita (STERN, 1985:150).

O autor ressalta a importância da experiência de comunhão/comunicação de estados internos vivenciados pela criança para o seu desenvolvimento psíquico e para ela delimitar a dimensão de seu território existencial, como vemos:

¹⁶³ “the attunement process itself occurs largely unawares” (STERN, 1985:149).

¹⁶⁴ “Slipped inside of” (STERN, 1985:148).

¹⁶⁵ “Clínica enquanto experiência de desvio, do *clinamen* que faz bifurcar um percurso de vida na criação de novos territórios existenciais. O sentido da clínica, para nós, não se reduz a esse movimento do inclinar-se sobre o leito do doente, como se poderia supor a partir do sentido etimológico da palavra derivada do grego *klinikos* (‘que concerne ao leito’; de *klíne*, ‘leito, repouso’; de *klíno* ‘inclinar, dobrar’). Mais do que essa atitude de acolhimento de quem demanda tratamento, entendemos o ato clínico como a produção de um desvio (*clinamen*), na acepção que dá a essa palavra a filosofia atomista de Epicuro (1965).” (PASSOS & BENEVIDES, 2001:6).

¹⁶⁶ Até esse ponto, a linguagem empregada pelo autor refere-se a experiências que ocorrem entre bebês e seus cuidadores, mães ou outros. Posteriormente, em um capítulo à parte, Stern relaciona suas hipóteses, observadas em bebês, com suas observações clínicas. Propositadamente resolvemos utilizar uma linguagem que melhor convém com a direção desse trabalho.

¹⁶⁷ “[...] as if nothing special has happened” (STERN, 1985:149).

É claro que a comunhão interpessoal, como criada pela sintonia, desempenhará um papel importante no porvir da criança em reconhecer que estados sentimentais internos são formas da experiência humana que são compartilhados com outros humanos. O reverso é também verdadeiro: estados sentimentais que nunca são sintonizados serão experimentados somente sozinhos, isolados do contexto interpessoal da experiência compartilhável. O que estaria destacado aqui seria nada menos que a forma e a extensão do universo interno compartilhável¹⁶⁸. (STERN, 1985:152, tradução nossa).

A falta dessa experiência, assim como a má formação ou perda da devida experimentação em quaisquer dos *sensos de si* ou em seus respectivos domínios de relação/afinidade, estaria na base de processos subjetivos implicados na produção de expressões psíquicas patológicas (STERN, 1985:200-201).

Para este processo (*attunement*) funcionar, torna-se mister que haja algum dispositivo estabelecendo comunicação entre vias sensoriais distintas, uma vez que para a sintonia afetiva estabelecer-se, em virtude desta possuir características muito diferentes das de uma simples imitação, requerer-se-ia que houvesse equivalência entre comportamentos expressos não idênticos. Vimos acima, que as características principais que dariam consistência para a sintonia/afinação tornar-se objetiva seriam aquelas referentes às qualidades subjetivas de intensidade, tempo e forma. Estas qualidades, intrínsecas da experiência subjetiva, compartilham entre si uma “moeda” comum, as propriedades amodais, que permitiriam que as ditas qualidades tornassem-se perceptíveis indeterminadamente por este ou aquele canal sensorial. Estas qualidades da experiência podem ser abstraídas a partir de propriedades invariantes dos estímulos externos e seria “a existência destas representações abstratas das propriedades amodais que nos permitiria experimentar um mundo perceptualmente unificado¹⁶⁹”. (STERN, 1985:152, tradução nossa).

¹⁶⁸ “It is clear that interpersonal communion, as created by attunement, will play an important role in the infant’s coming to recognize that internal feeling states are forms of human experience that are shareable with other humans. The converse is also true: feeling states that are never attuned to will be experienced only alone, isolated from the interpersonal context of shareable experience. What is at stake here is nothing less than the shape of and extent of the shareable inner universe”. (STERN, 1985:152).

¹⁶⁹ “It is the existence of these abstract representations of amodal properties that permits us to experience a perceptually unified world” (STERN, 1985:152).

Seria esta capacidade inata que possuímos para identificar equivalências amodais (*percepção amodal* ou *cross-modal*) que, além de produzir o sentimento de uma experiência unificada - a realidade sendo apreendida em seu aspecto global -, permitiria que o si e o outro “engajassem-se em sintonia afetiva para alcançar intersubjetividade afetiva¹⁷⁰” (STERN, 1985:156, tradução nossa).

Teríamos, dessa maneira, nas propriedades amodais e nas qualidades subjetivas da experiência, os elementos fundamentais para que o processo de sintonia afetiva se tornasse operante. Entretanto, faz-se necessário a presença de um meio, um veículo, através do qual a afinação entre si e o outro seja ensaiada. Como, na idade em que essa experiência emerge, ainda não estariam constituídas as capacidades necessárias para a linguagem ser utilizada, como um recurso adequado, um outro canal comunicativo deve ser tomado para que a operação de “afinar” seja efetivada. Pelos recursos que a criança dispõe até esse período do desenvolvimento, as vias afetivas tornam-se os meios privilegiados para que a *afinação* produza seus efeitos. Não somente os afetos discretos categorizados (alegria, tristeza, medo, etc), mas, principalmente, os *afetos de vitalidade* serviriam como instrumentos pelos quais a *afinação* viria a ser operada. Assim, os *afetos de vitalidade* evidenciam-se como os instrumentos ideais, não exclusivos, para que um sentimento de ligação contínua esteja em vigor, pois “manifestam-se em todo comportamento¹⁷¹” (STERN, 1985:157, tradução nossa) e “dizem respeito a *como* um comportamento, *qualquer* comportamento, *todo* comportamento é expresso, não *qual* comportamento é expresso¹⁷²” (STERN, 1985:157, tradução nossa, grifos do autor). Afirmando essa idéia, vemos com Stern:

Afetos de vitalidade são idealmente adequados para serem o veículo dos *attunements*, porque são compostos de qualidades amodais de intensidade e tempo e porque estão presentes virtualmente em qualquer comportamento expresso e assim propiciam um meio continuamente

¹⁷⁰ “[...] engage in affect attunement to achieve affective intersubjectivity” (STERN, 1985:156).

¹⁷¹ “[...] manifest in all behavior” (STERN, 1985:157).

¹⁷² “They concern *how* a behavior, *any* behavior, *all* behavior is performed, not *what* behavior is performed” (STERN, 1985:157, grifos do autor).

presente (embora mutável) para o *attunement*¹⁷³. (STERN, 1985:157, tradução nossa).

Nota-se que, este processo para ocorrer não deve ser pensado como um movimento repentino, irruptivo, estanque de um contexto relacional no qual ele prescindisse de estar inserido. O *attunement*, em seu momento de *sintonia*, pressupõe haver um estado de comunhão intersubjetiva, o qual viria a ser experimentado como um “processo contínuo¹⁷⁴” (STERN, 1985:156, tradução nossa). Uma vez existindo essa experiência comum de compartilhar só então seria possível operar clinicamente com ela. É necessário que se esteja “dentro”, imerso, nesse plano comum para que essa possibilidade apresente-se como real. Como em um movimento de ondulação crescente, o processo, como uma onda, culminaria com uma intervenção quando o momento da “arrebentação” se apresentasse.

3.4.2 - Uma experiência clínica de compartilhar.

Análise de um caso clínico, sob a ótica da experiência intersubjetiva.

A apresentação do conceito de *attunement*, juntamente com a experiência de *comunhão intersubjetiva*, abre campo para estarmos discutindo que lugar essa experimentação ocuparia na clínica e como se daria o manejo com ela.

Stern apresenta alguns exemplos clínicos onde aponta os processos delineados em suas hipóteses. Todavia, como os casos citados pelo autor são relativos a experiências clínicas com bebês e suas mães, daremos preferência por apresentar o caso de um adolescente, narrado por Masud Khan¹⁷⁵, onde fica expresso todo um modo peculiar de manejar clinicamente por uma via que não a discursiva. Estamos cientes que, na tradição à qual Khan segue, o referencial teórico utilizado seria o da psicanálise inglesa, com forte influência das teorias de Winnicott e

¹⁷³ “Vitality is ideally suited to be the subject of attunements, because it is composed of the amodal qualities of intensity and time and because it resides in virtually any behavior one can perform and thus provide a continuously present (though changing) subject for attunement” (STERN, 1985:157).

¹⁷⁴ “Unbroken process” (STERN, 1985:156).

¹⁷⁵ M. Masud R. Khan, psicanalista de tradição inglesa “winnicottiana”.

que não haveria uma equivalência entre os conceitos dessa teoria e os conceitos explanados na teoria desenvolvimentista de Daniel Stern. Contudo, pela peculiaridade do caso, estaremos lançando um olhar sobre o mesmo sob a perspectiva das hipóteses tecidas por Stern.

O caso, apresentado em 1963 em um fórum da Meninger School of Psychiatry, tem como título *Silêncio como comunicação*, que por si já é sugestivo da experiência que será narrada. O conteúdo diferirá da maioria dos casos descritos pela literatura psicanalítica, pois, como sabemos, a psicanálise vem a ser uma terapia fundamentada sobre a fala¹⁷⁶.

O caso é apresentado como uma experiência clínica onde a base de referência para interpretações e intervenções recai sobre os processos contratransferenciais¹⁷⁷:

Procurarei mostrar que a contratransferência foi um instrumento para perceber e decifrar a afetividade e as relações objetais arcaicas tais como foram expressas pelo paciente através de seu comportamento silencioso na situação analítica.(KHAN, 1974:206).

Temos, por um lado, uma vertente psicanalítica que orienta que os conteúdos psíquicos do terapeuta, que surgem no processo clínico, sejam mantidos afastados¹⁷⁸ ao máximo do trabalho em curso, a fim de evitar possíveis interferências que a presença destes conteúdos poderiam trazer para a interpretação, para a intervenção e para o manejo dos

¹⁷⁶ *Talking cure* fazendo alusão ao marcante caso ‘Anna O.’, conhecido como o caso “que abriu a via da psicanálise”. (BERNARDES, 2003:43).

¹⁷⁷ *Transferência e contratransferência* são termos cunhados pela psicanálise para referir-se a processos produzidos na relação analítica entre paciente e terapeuta. Não é nosso objetivo focar estes processos nesse trabalho, pois entendemos que se assim o fizéssemos, estaríamos discorrendo sobre a maneira que a psicanálise trabalha com a relação interpessoal, na clínica, e isso nos afastaria de nossa proposta de pesquisa. Assim, nos limitaremos a apresentar, muito sucintamente, o que seria a *contratransferência* para M. Khan: “Entendo, pois, por contratransferência, a sensibilidade total e consciente do analista em relação ao paciente; é mais do que um simples *rapport* intelectual e compreensão. É o que Balint chamou de ‘o comportamento do analista na situação psicanalítica’ ou, como prefiro dizer, a contribuição do analista para a criação e manutenção da situação psicanalítica”. (KHAN, 1974:170).

¹⁷⁸ “Não seria de surpreender que o efeito de uma preocupação constante com todo o material reprimido que luta por liberdade na mente humana despertasse também no analista as exigências instintuais que de outra maneira ele é capaz de manter suprimidas. Também esses são ‘perigos da análise’, embora ameacem não o parceiro passivo, mas o parceiro ativo da situação analítica, e não deveríamos negligenciar enfrentá-los. Não pode haver dúvida sobre o modo como isso deve ser feito. Todo analista deveria periodicamente — com intervalos de aproximadamente cinco anos — submeter-se mais uma vez à análise, sem se sentir envergonhado por tomar essa medida”. (FREUD, 1937).

processos que circulam na experiência clínica. Para Khan, assim como para toda uma linhagem de psicanalistas de orientação “winnicottiana”, a *contratransferência* não se restringiria às questões psíquicas somente, mas incluiria todas as respostas do terapeuta às demandas do paciente no *setting* analítico¹⁷⁹. Essas respostas incluiriam, também, a expressividade corporal no que esta contém de atitude acolhedora para as demandas do paciente, como vemos nas palavras do próprio Khan:

A experiência na contratransferência foi uma experiência mental e uma experiência de percepção-sensação-corporal [...] Meu papel e minha função durante os seus silêncios eram prestar uma atenção consciente, concentrada e alerta. E essa atenção tinha de ser algo mais que simplesmente escutar. É escutar com a mente e com o corpo. Se minha atenção cedesse ou se eu ficasse, ainda que ligeiramente, entediado e cansado, o processo clínico imediatamente perdia toda a vitalidade. (KHAN, 1974:191-213).

Com isso, fica sugerida a inevitabilidade da contratransferência estar presente e sendo manejada nas sessões clínicas. Já a posição sustentada por Stern, embora ele não entre na questão da *contratransferência* propriamente, seria a de que a melhor maneira de manejar com os estados internos do outro, dar-se-ia através da experimentação destes estados em si mesmo, pelos dispositivos acima já delineados.

Para melhor situarmos o caso, daremos a descrição do paciente a ser tratado, assim como este é apresentada por Khan:

O paciente, que chamarei de Peter, tinha pouco mais de dezoito anos de idade. Vinha recomendado por um psiquiatra, porque os pais estavam muito ansiosos e preocupados com ele. Nos últimos cinco anos, Peter vinha progressivamente se retirando das atividades escolares e abandonando os interesses sociais. O clímax ocorrera quando ele, deliberadamente, recusara terminar o último trabalho para um exame de seleção, e ficara sentado à toa, rabiscando garatujas no papel. Isolava-se também no quarto, passando todo o tempo ouvindo música clássica e lendo romances de tipo intelectual. Raramente saía ou falava com alguém. Em casa era cortês, mas totalmente distante e nada comunicativo. A presença de doença psiquiátrica na família

¹⁷⁹ A contratransferência é, finalmente definida por Winnicott como sendo “a resposta total do analista às necessidades do paciente” (tradução nossa) - “la respuesta total del analista a las necesidades del paciente” (WINNICOTT *apud* LITTLE, 1953a). Utilizamos a definição winnicottiana por razões já explicadas acima.

deixou os pais do rapaz ansiosos por uma orientação. Temiam que Peter pudesse piorar, vindo a tornar-se um tipo esquizóide depressivo, ou que chegasse a tentar o suicídio.(KHAN, 1974:207).

O tratamento dura pouco mais de três meses e a frequência das sessões era de apenas uma vez por semana, pela disponibilidade do paciente, o que não era comum em uma época onde as sessões eram quase sempre diárias. Durante o início do tratamento, aproximadamente um mês, o paciente falava muito pouco e: “Depois das quatro primeiras sessões, Peter ficou inteiramente mudo, silencioso e frio”(KHAN, 1974:209), tendo este estado silencioso perdurado por mais seis sessões.

As considerações que o analista faz sobre seu paciente giram em torno daquilo que ele mesmo sentia. Khan dá abundantes declarações sobre seu próprio estado interno, sobre aquilo que sente, sobre o que pensa, enriquecendo a narrativa com as impressões daquilo que lhe afeta na experiência com a atitude silenciosa de seu paciente. Nessa experiência de silêncio a expressividade corporal do paciente concorria para que se inferisse alguma coisa sobre seu estado interno, como vemos: “Eu podia perceber e sentir, nas suas tensões corporais, na sua postura e nas suas expressões faciais, um fluxo contínuo de sentimentos e atitudes”.(KHAN, 1974:210). No entanto, a expressão da tensão ou a presença de uma atitude que insinuasse a existência de sentimentos, não seria suficiente para que se deduzisse quais sentimentos estariam subjacentes aquele estado, o que estaria provocando a tensão, ou a que esta se referiria. Só uma outra forma de comunicação poderia ser capaz de traduzir com tanta clareza o mundo interior de Peter.

Atento a si mesmo, Khan infere que o paciente “estava representando um estado de afetividade, no qual duas pessoas se achavam envolvidas” (KHAN, 1974:210). Remetendo a um momento na sua infância onde “devia ter se sentido reduzido à impotência, inutilidade e exaustão [...] da mesma forma como, agora, eu estava sentindo tudo isso através dele”. (KHAN, 1974:210). Khan entende, também, que o paciente não se encontrava em conflito com ele e que seu silêncio não continha um vetor agressivo, mas que era em si mesmo um tipo de convite para o compartilhar de emoções e afetos:

Observando minha própria reação ao seu silêncio [...] Aspecto impressionante desses silêncios era que eles não me visavam diretamente de qualquer forma hostil, perversa e vingativa. Era essencialmente uma questão de ele achar-se absorvido num estado inerte mortalmente depressivo e eu ter de compartilhá-lo com ele. (KHAN, 1974:211).

A percepção do analista o mantém consciente das modulações afetivas pelas quais o paciente passava, como vemos:

Essas emoções e afetos, embora indistintamente envolvidas nesse estado e atitude de gelada passividade, inércia e silêncio, eu os podia, contudo, registrar conscientemente como variando do agradável bem-estar e vivacidade à mal-humorada raiva, cólera muda e desiludido desalento. (KHAN, 1974:210).

Aos poucos ele começa a perceber que Peter o está apresentando uma “outra pessoa”. Alguém com quem aquela experiência de impotência, inércia e depressão já tinha sido compartilhada em um outro momento da sua vida:

Isso me levou a pensar que a condição e o estado de silêncio eram um todo concatenado e ativo. Expressava e representava a disposição e a maneira de uma pessoa, uma pessoa que *não* era Peter, mas de quem Peter-criança fora imensamente dependente. (KHAN, 1974:211) – grifo do autor.

É importante ressaltarmos que as tentativas de intervenção feitas pela via discursiva, mediante interpretações durante estas sessões silenciosas, mostravam-se infrutíferas e tinham como conseqüência uma “desconexão”, rompiam com a sintonia do estado no qual ambos encontravam-se. Para Khan, tornava-se evidente que a ausência da linguagem era própria da situação original que ali estava sendo encenada.

Em outros momentos, nessas sessões, não havia exatamente a sensação de uma experiência afetiva sendo transmitida no sentido do paciente para o terapeuta. Havia uma circulação de afetos, de sentimentos e de lugares:

Os sentimentos e os processos se modificavam rapidamente, invisivelmente, porém de maneira sensível. Num momento eu era o Peter-criança, sentindo suas reações; logo a seguir, ele era o próprio Peter-criança, ali deitado, desamparado e macambúzio.(KHAN, 1974:212).

Durante as sessões em que o paciente permaneceu silencioso, Khan sentia variados afetos: “[...] minha expectativa que faziam do seu silêncio uma tortura de frustração, inutilidade, ira e desalento para mim”.(KHAN, 1974:212). O analista inferia que estes afetos, de alguma maneira, relacionavam-se com a experiência original de Peter. Embora Khan soubesse que a demanda de Peter fosse mais pelo compartilhar de uma experiência do que por uma interpretação de seu estado subjetivo, um mínimo de intervenções pela palavra era mantido, que segundo o autor, indicava a sua observação e participação na situação além de que “fornecia um vínculo verbal com a sessão seguinte”.(KHAN, 1974:213). Khan compreendia que dar um “retorno”, mesmo que mínimo ao seu paciente, era importante para que ele soubesse que “outra pessoa, que não ele, podia empatizar com seu estado mental e com seus sentimentos” (KHAN, 1974:213) sem sucumbir a estes. Stern, como visto acima, destaca a importância do compartilhamento de estados subjetivos para o desenvolvimento psíquico saudável e no estabelecimento dos limites do território existencial.

De fato, independentemente do conteúdo afetivo que Peter trazia, pertencer exclusivamente a ele ou referir-se a uma experiência passada – uma encenação de algo sucedido onde ele, o próprio Peter, em muitos momentos teria sido o agente “passivo” de uma experiência com o outro – é importante apontarmos para a experiência, nesse plano comum, como um meio legítimo de manejo clínico e de conhecimento da experiência subjetiva do outro. Para Khan, não havia dúvidas de que aquilo que ele sentiu, nesse processo, era parte integrante da experiência afetiva que Peter teve, estando com um outro (sua mãe), como vemos:

Minha posição é que todas as gradações de sentimento que eu experimentava em relação aos seus silêncios eram, de uma forma ou de outra, sua própria experiência na relação traumática original. (KHAN, 1974:214).

A segurança do autor sobre sua experiência é de tal ponto que ele decide interpretar, para Peter, o que “achava ser o conteúdo e o significado do seu estado retirado e do seu silêncio na análise”.(KHAN, 1974.214). Isso sendo feito, na décima primeira sessão, após seis sessões em silêncio e, aproximadamente, três meses depois do início do tratamento. Para Khan, restavam “poucas dúvidas” de que Peter compartilhava com ele uma experiência que havia vivido na infância com sua mãe (que sofrera de depressão) por considerável intervalo de tempo. Período no qual, devido à escassez de recursos que Peter dispunha, foram produzidos sentimentos de impotência, inércia e agressividade. Os pais, por sentirem-se culpados pela depressão da mãe na infância de Peter, foram muito permissivos, possibilitando que o jovem desenvolvesse “técnicas de retirada”, expressas em sua maneira peculiar de isolar-se ouvindo música ou lendo romances. A interpretação é precisa e “Peter reagiu a esta longa construção observando que se lembrava muitíssimo bem da depressão de sua mãe”. (KHAN, 1974:216). Na época ele deveria ter uns três anos de idade. Após essa intervenção, o jovem conta-lhe um sonho e retorna na sessão seguinte dizendo que ia prestar os exames na escola. Após um breve período de intervalo para prestar os exames, o paciente concorda em fazer um tratamento completo e passa a visitar o analista regularmente, cinco vezes por semana. Nesse período, “Peter caiu em profundo estado regressivo durante uns cinco meses” (KHAN, 1974:217), conforme previsto por Khan. Gradualmente foi emergindo desse estado e encontrou na patinação uma atividade que o ajudou definitivamente a retornar à mobilidade e à vida.

Como já dito, não haveria uma equivalência teórica entre a tese de Daniel Stern e o referencial utilizado por M. Khan. Contudo, uma vez que as teorias não são uma reprodução fiel e absoluta dos fenômenos observados, mas nos servem para a construção de ideais de inteligibilidade sobre os mesmos, podemos estar utilizando ambas para debruçarmo-nos sobre o material clínico produzido no encontro entre Khan e o paciente Peter.

Ao tomarmos o relato de Khan, observamos que em muitas vezes ele refere-se ao que experimenta como sendo uma experiência que Peter “transmitia”, encenava para ele, de alguma forma. O analista podia sentir o que estava se passando com seu paciente, e, por alguns instantes experimentar como ele experimentava. Tipicamente uma experimentação intersubjetiva aos moldes da tese de Stern. Poderíamos mesmo apontar que o “sentir com” relatado por Khan corresponderia ao primeiro momento do *attunement* de Stern, a um momento de sintonia, um “deslizar para dentro” do mundo pessoal do paciente, fazendo com que este mundo deixasse de ser um mundo isolado, uma experiência de clausura afetiva para tornar-se uma experiência de abertura, compartilhada com o outro.

Khan relata também que durante certos momentos experimentava uma certa “exigência” de estar “plenamente atento” à atitude silenciosa de seu paciente. Caso seu estado de atenção caísse, ele experimentava uma imediata ruptura na sintonia afetiva estabelecida. Esse estado de *sintonia afetiva*, narrado por Khan, seria equivalente ao primeiro momento do *attunement* (segundo nossa tradução/compreensão), quando ocorreria uma sintonia entre os *ritmos vitais* de ambos envolvidos na experiência intersubjetiva.

Ressaltamos que, a maior parte da experiência clínica vivenciada por ambos é “comunicada” sem o uso da palavra, como o título do caso sugere. Aproximando-se, mais uma vez, das experiências subjetivas que são organizadas nos níveis dos três primeiros *sensos de si*, que Stern propõe.

3.5 - O Senso de um Eu¹⁸⁰ Verbal – *The Sense of a Verbal Self*.

A intersubjetividade tornou-se uma experiência possível com a emergência do *senso de um Si Subjetivo* e de seu equivalente domínio de relação. Vimos que nesse domínio o estar com o outro ganha uma dimensão que ultrapassa as experiências de *auto-regulação* para tornar-se uma experimentação comum sentida a dois, um compartilhar de intenções, de afetos, de estados internos e subjetivos. Nesse ponto do desenvolvimento infantil a experiência subjetiva de si/outro, como entidades independentes, está bem delimitada, pois, como vimos, experimentar um estado de *fusão* só seria possível a partir de um estado diferenciado entre o si e o outro. As capacidades envolvidas na emergência dos *sensos de si*, já despertados, juntamente com os próprios *sensos*, preparam o terreno para que o próximo *senso* esteja emergindo, como Stern nos fala:

[...] vejamos quais capacidades têm se desenvolvido na criança que permitem uma nova perspectiva sobre o si emergir e revolucionar as

¹⁸⁰ De propósito, ao invés de utilizarmos a palavra “si”, como estávamos utilizando, para traduzir a expressão *self*, utilizamos a palavra “eu” para designarmos este *senso*, por razões a serem explicitadas no corpo dessa dissertação.

possíveis maneiras que se pode estar com o outro e consigo mesmo¹⁸¹. (STERN, 1985:163, tradução nossa).

Contudo, embora haja uma seqüência cronológica para que a emergência dos *sensos* aconteça e, de certa forma, haver a exigência de que todas as capacidades, até aqui desenvolvidas, estejam concorrendo para que a experiência de si se produza; não haveria, como já mencionado, uma relação de hierarquia entre qualquer um dos *sensos*.

É durante o segundo ano de vida da criança que a linguagem emerge, produzindo uma expansão fantástica das possibilidades de estar com o outro. Agora, os conteúdos mentais e afetivos além de já serem compartilhados, em uma experiência não necessariamente tradutível em palavras, tornar-se-iam possíveis de serem expressos verbalmente incrementando as trocas intersubjetivas, permitindo duas pessoas criar experiências mútuas de significados; além de que:

[...] com a linguagem, a criança pela primeira vez pode dividir [compartilhar verbalmente] sua experiência pessoal de mundo com outros, incluindo “estar com” outros intimamente, isolamento, solidão, medo, pânico, e amor.¹⁸² (STERN, 1985:182, tradução nossa)

Fugiria muito dos limites pretendidos nessa dissertação discutirmos as diversas questões que envolveriam a aquisição da linguagem como instrumento para a experiência de si. Além dessas questões, ainda haveria discussões clínicas que diriam respeito à forma, utilização e presença da linguagem na constituição subjetiva, bem como o uso dela na experiência clínica. Com isso, adotaremos a mesma perspectiva que o autor. Enfocaremos os efeitos que a linguagem produz na experiência de si e como esse efeito comparece na relação intersubjetiva, como vemos com Stern:

¹⁸¹ “[...] let us see what capacities have developed in the infant that permit a new perspective on the self to emerge and revolutionize the possible ways that the self can be with another and with itself.” (STERN, 1985: 163).

¹⁸² “[...] with language, infants for the first time can share their personal experience of the world with others, including “being with” others in intimacy, isolation, loneliness, fear, awe, and love.” (STERN, 1985:182).

[...] a essência da questão é como a linguagem pode alterar o senso de si e o que a aquisição da linguagem, e tudo o que ela implica, torna possível entre o si e o outro que não era possível antes. Uma vez que nossa questão é a relação interpessoal mais que a igualmente grandiosa questão da aquisição da linguagem, nós muito seletivamente delinearíamos noções que tenham particular relevância clínica já que elas levariam em consideração a motivação interpessoal ou o contexto afetivo [no qual se dá] o aprendizado da linguagem¹⁸³. (STERN, 1985:169, tradução nossa).

Daniel Stern vai apontar a necessidade de determinadas capacidades estarem operando para que o *senso de um Eu Verbal* possa emergir. Como vimos, a atitude da criança frente ao espelho (apontar para o seu próprio nariz, ou alguma outra parte do seu corpo, ao invés de apontar para o espelho), referindo a imagem a si mesma, desponta momentos antes da linguagem entrar em cena (STERN, 1985:168). Isso se apresentando como indício de que a criança possuiria, minimamente, uma noção subjetiva de si mesma, o germe de uma entidade reflexiva em seu estado nascente. Essa entidade psíquica, em conjunto com a linguagem, irá constituir o “eu”, o sujeito cognoscente - entidade descrita por Descartes como aquela que pondera, reflete, sobre si mesma e distingue-se da realidade objetiva focando esta sob uma perspectiva cognitiva.

Entre o décimo quinto e o décimo oitavo mês de vida, a criança “[...] começa a imaginar ou representar coisas em sua mente de tal forma que signos e símbolos estariam agora em uso. O jogo simbólico e a linguagem agora se tornam possíveis¹⁸⁴” (STERN, 1985:163, tradução nossa). Nessa idade é observado que a imitação comum – aquela realizada na presença de um modelo (objeto ou comportamento do outro) – cede espaço a um tipo diferenciado de imitação: a imitação na ausência do modelo, “imitação com retardo¹⁸⁵”

¹⁸³ “[...] the essence of the question is how language may change the sense of self and what the acquisition of language, and all that it implies, makes possible between self and others that was not possible before. Since our subject is interpersonal relatedness rather than the equally enormous subject of language acquisition, we will very selectively draw on notions that have particular clinical relevance because they take into account the interpersonal motivational or affective context of language learning.” (STERN, 1985: 169).

¹⁸⁴ “[...] begin to imagine or represent things in their minds in such a way that signs and symbols are now in use. Symbolic play and language now become possible.” (STERN, 1985:163).

¹⁸⁵ “Delayed imitation” (STERN, 1985, 163).

(STERN, 1985:163, tradução nossa) temporal ou imitação diferida¹⁸⁶, para Piaget. Essa capacidade para evocar um objeto ausente, ou reproduzir um comportamento com retardo, vem a ser condição necessária para que a linguagem se estabeleça. Nesse aspecto, tanto a teoria de Stern quanto a de Piaget são equivalentes, como vemos:

Esforçar-nos-emos, pelo contrário, em mostrar que a aquisição da linguagem também está subordinada ao exercício de uma função simbólica, a qual tanto se afirma no desenvolvimento da imitação e do jogo quanto no dos mecanismos verbais. (PIAGET, 1964:10).

As outras capacidades, apontadas pelo autor, necessárias para que o *senso de um Eu Verbal* se constitua, dizem respeito, basicamente, a operações internas (mentais) inferidas de estarem ocorrendo em virtude da expressão ou comportamento percebido da criança. Assume-se que quando a criança evoca um objeto na ausência do mesmo, ou realiza um comportamento que tenha presenciado anteriormente, ela já teria desenvolvido a “capacidade para representar¹⁸⁷ acuradamente coisas e eventos feitos por outros¹⁸⁸”. (STERN, 1985:164, tradução nossa). Suas ações não mais corresponderiam à execução de, em linguagem piagetiana, simples *esquemas sensório-motores*, mas implicariam em já haver um tipo de elaboração interna que sugeriria uma ação “mental”, na sua coordenação. Para que isso aconteça a criança “[...] tem que ser capaz de criar um protótipo mental ou representação do que ela tem testemunhado o outro fazer¹⁸⁹” (STERN, 1985:164, tradução nossa). Stern assume

¹⁸⁶ “[...]’imitações diferidas’, isto é, a primeira reprodução do modelo não se faz mais, necessariamente, em presença do mesmo, mas na sua ausência e após um intervalo mais ou menos longo de tempo. Por outras palavras, a imitação desliga-se da ação atual e a criança torna-se capaz de imitar interiormente uma série de modelos, dados no estado de imagens ou de esboços de atos. A imitação atinge, assim, os primórdios do nível da representação”.(PIAGET, 1964:83).

¹⁸⁷ “Com efeito, emprega-se o termo ‘representação’ em dois sentidos muito diferentes. Na sua acepção mais lata, a representação confunde-se com o pensamento, isto é, com toda a inteligência que já não se apoia simplesmente nas percepções e movimentos (inteligência sensório-motora) e sim num sistema de conceitos ou esquemas mentais. Na acepção mais estrita, ela reduz-se à imagem mental ou à recordação-imagem, isto é, à evocação simbólica das realidades ausentes”.(PIAGET, 1964:88).

¹⁸⁸ “[...] capacity to represent accurately things and events done by others” (STERN, 1985: 164).

¹⁸⁹ “They must be able to create a mental prototype or representation of what they have witnessed someone else do.” (STERN, 1985: 164).

que para a criança realizar uma *imitação com retardo* seria necessário também que a mesma possuísse duas versões internalizadas do mesmo comportamento para que pudesse, de alguma maneira, verificar a correta execução daquilo que está fazendo: “[...] elas precisam ser capazes de ir e vir entre essas duas versões da realidade e fazer ajustes entre uma e outra para realizar uma boa imitação¹⁹⁰” (STERN, 1985:164, tradução nossa). Mais uma vez, há uma equiparação da teoria do autor com a de Piaget, como vemos: “Isto é o que Piaget chama de ‘reversibilidade’ na coordenação de um esquema mental e de um esquema motor¹⁹¹”. (STERN, 1985:164, tradução nossa). Finalmente, Stern assume que a criança deve conceber uma relação psicológica entre si e o modelo imitado, representando a si mesma como similar a ele para que possa ser capaz de executar o comportamento em questão. Isso apontando a existência de um sentimento de si, como uma entidade distinta do exterior (STERN, 1985).

Com essas capacidades em curso, estaria preparado o solo para que a linguagem emergisse e com ela o estabelecimento de outros modos de “estar com o outro” seriam atualizados, instaurando o *domínio de relação/afinidade verbal*. Com a instauração da linguagem o “eu” – entidade subjetiva que identifica e unifica as experiências a si – atinge o ponto máximo de sua capacidade reflexiva. As operações abstratas que dizem respeito à reflexão do pensamento sobre si mesmo, ou operações *lógico-formais* (para Piaget), instauram-se definitivamente como experiência subjetiva. A partir desse momento, prescindir-se-ia da mediação necessária do concreto para que o pensamento pudesse realizar “operações sobre outras operações”, ou seja, para que o pensamento se torne capaz de pensar o próprio pensamento. O pensamento racional, operando no limite da abstração, dobra sobre si mesmo objetivando o próprio pensante: “O eu tornou-se uma categoria objetiva tanto quanto uma experiência subjetiva¹⁹²” (STERN, 1985:165, tradução nossa). Funda-se, com isso, decididamente um modo de conhecer a realidade através do sujeito cognoscente.

Com a linguagem presente, a relação intersubjetiva ganha novas perspectivas. A partir de agora, além da criança poder construir uma narrativa sobre sua própria vida, a criação de significados comuns, para o que é experimentado entre dois, é acrescentada como nova

¹⁹⁰ “[...] they must be able to go back and forth between these two versions of reality and make adjustments of one or the other to accomplish a good imitation”. (STERN, 1985: 164).

¹⁹¹ “This is what Piaget meant by “reversibility” in the coordination of a mental schema and a motor schema”. (STERN, 1985: 164).

¹⁹² “The self has become an objective category as well as a subjective experience.” (STERN, 1985:165).

capacidade no *domínio de relação intersubjetiva*. Entretanto, em termos clínicos, estamos menos comprometidos com a elucidação dos processos de vinculação do pensamento com as palavras, do que com os efeitos que a linguagem produz na experiência consigo mesmo e na relação entre si e o outro. Com isso, o foco recairá sobre o processo dialógico presente na construção de significados para as experiências vivenciadas, bem como sobre a tradução, em palavras, da experiência subjetiva produzida nesse encontro.

A perspectiva dialógica, para a construção de significados, é entendida como sendo um processo de constante negociação, presente na experiência de “estar com o outro”, que diria respeito à relação entre a experiência produzida no encontro entre dois e a construção de um significado comum para esta experiência, como segue abaixo:

O significado resultaria de negociações interpessoais envolvendo o que pode ser acordado como compartilhável. E tais significados mutuamente negociados (a relação entre pensamento e palavra) crescem, mudam, desenvolvem-se e são trabalhados por duas pessoas e assim fundamentalmente possuídos por *nós*¹⁹³. (STERN, 1985:170, tradução nossa, grifo do autor).

Não se trataria de atribuir um significado, proveniente da “cultura”, para as experiências que se realizam, pois cada experiência diria respeito a um conjunto próprio de estímulos e pensamentos que ao serem subsumidos a um conceito conteriam um sentido particular, não um significado genérico existente prévio à experimentação.

Um dos aspectos mais importantes, dessa perspectiva dialógica, seria que o próprio processo de aprendizagem da fala estaria remoldando, no sentido de formar experiências compartilháveis, o modo de “estar com o outro”: “[...] a criança e a mãe criam uma experiência de estar-com usando símbolos verbais – um compartilhar de significados mutuamente criados sobre a experiência pessoal¹⁹⁴”. (STERN, 1985:172, tradução nossa).

¹⁹³ “Meaning results from interpersonal negotiations involving what can be agreed upon as shared. And such mutually negotiated meanings (the relation of thought to word) grow, change, develop and are struggled over by two people and thus ultimately owned by *us*.” (STERN, 1985: 170).

¹⁹⁴ “[...] the infant and mother create a being-with experience using verbal symbols – a sharing of mutually created meanings about personal experience.” (STERN, 1985: 172).

3.5.1 - A linguagem como “espada de dois gumes”.

A gente se olha, se toca e se cala e se desentende no instante em que fala. (Belchior).

Para Stern, a aquisição da linguagem constitui-se como um dos mais potentes recursos a serviço da união e da experiência comum: “De fato, cada palavra aprendida é um subproduto da união de duas mentalidades em um sistema simbólico comum, um forjar de significados compartilháveis¹⁹⁵” (STERN, 1985:172, tradução nossa). Entretanto, o autor trabalha com duas vertentes distintas de pensamento em relação aos efeitos que a linguagem produz na experiência subjetiva e no “estar com o outro”, tratando a linguagem como uma “espada de dois gumes”. Pois, se por um lado, como já bem exposto, a linguagem potencializa a experiência de si e desenvolve novos modos de compartilhar experiências, por outro lado: “Ela insere uma cunha entre duas formas simultâneas de experiência interpessoal: como ela é vivida e como ela é verbalmente representada¹⁹⁶” (STERN, 1985:162, tradução nossa). Desse modo, haveria simultaneamente a experiência vivenciada em sua globalidade, com toda a riqueza de sensações que ela produz, e uma narrativa dessa experiência ou, em outras palavras, a tentativa de expressar através da linguagem todos os matizes suscitados na experimentação. Há experiências vividas que através da linguagem só conseguem ser recobertas parcialmente. Sua tradutibilidade, quando conseguida, não consegue abarcar toda a riqueza da experiência em si mesma (STERN, 1985:176). Como transmitir em palavras a experiência de assistir a um pôr-do-sol? Ou ainda, lembrando o filme de Wim Wenders (*Asas do Desejo* - 1987), quando um ex-anjo convida um ainda-anjo a pegar uma onda de peito (o velho jacaré). Como traduzir, pela palavra, a complexidade dessa experiência? O contato com a água, a sensação térmica, o prazer nos movimentos que o corpo faz para entrar na onda, a sensação de deslizar com o corpo na água, tomar um “caldo”, perder o fôlego... Para descrever essa experiência precisamos de muitas palavras e contudo não conseguimos passar

¹⁹⁵ “In fact, every word learned is the by-product of uniting two mentalities in a common symbol system, a forging of shared meaning.” (STERN, 1985:172).

¹⁹⁶ “It drives a wedge between two simultaneous forms of interpersonal experience: as it is lived and as it is verbally represented”. (STERN, 1985: 162).

a verdadeira sensação do que seria pegar uma onda. O caráter global da experiência ficaria perdido, pois aludiria a uma ordem, a um regime sensível, que escaparia da codificação que a linguagem exerce, assujeitando a experiência à sua estrutura funcional. Além disso, certas experiências que ocorrem nos outros domínios de experimentação, não são passíveis de fragmentação a fim de serem traduzidas através da fala, ou seja, não daria para expressá-las fora da sua integridade e estas acabariam sendo relegadas a um plano secundário. Como Stern, nos fala:

A experiência global pode ser fraturada ou simplesmente pobremente representada [...] E finalmente, algumas experiências globais nos níveis de relação nuclear e intersubjetivo (assim como o próprio *sensu de um si nuclear*) não permitem à linguagem penetração suficiente para separar uma parte para transformação linguística. Tais experiências então simplesmente continuariam subterrâneas, não verbalizadas [...] ¹⁹⁷. (STERN, 1985:175, tradução nossa).

A percepção amodal - capacidade fundamental presente na constituição dos *sensos emergente e nuclear* - cuja função diz respeito, diretamente, à percepção das qualidades intensivas da experiência, sofreria uma “quebra” para poder ser traduzida adequadamente pela linguagem. O autor nos traz como exemplo (STERN, 1985:176) a imagem de uma criança contemplando os raios de sol projetados sobre uma parede e toda a riqueza de sensações pertinentes a essa experiência, tais como intensidade, calor, forma, brilho, prazer, “e outros aspectos amodais do raio ¹⁹⁸” (STERN, 1985:176, tradução nossa), inclusive a tonalidade de amarelo do mesmo. Enquanto a criança estaria engajada em uma experiência global, com uma gama de qualidades amodais intrínsecas a tal experimentação, ela manter-se-ia “cega” para as propriedades mais particulares, tais como a cor do raio, a qual seria específica de uma única modalidade sensorial. Na interrupção dessa experiência por uma exclamação do tipo: “Oh, veja o raio de sol *amarelo!* ¹⁹⁹” (STERN, 1985:176, tradução nossa, grifo do autor), haveria a

¹⁹⁷ “The global experience may be fractured or simply poorly represented [...] And finally, some global experiences at the level of core- and intersubjective relatedness (such as the very sense of a core self) do not permit language sufficient entry to separate out a piece for linguistic transformation. Such experiences then simply continue underground, nonverbalized [...]” (STERN, 1985: 175).

¹⁹⁸ “[...] and other amodal aspects of the patch.” (STERN, 1985:176).

¹⁹⁹ “Oh, *look at the yellow sunlight!*” (STERN, 1985:176, grifo do autor).

redução de todo o espectro das qualidades multidimensionais da experiência a uma categoria específica de sensação. A categorização da experiência através da linguagem interviria promovendo corte, cindindo o fluxo contínuo de percepção não-específica (deste ou daquele canal sensorial), *amodal*, como vemos com o autor:

Palavras nesse caso separariam precisamente aquelas propriedades que ancoram a experiência a uma simples modalidade de sensação. Prendendo-a em palavras, elas isolariam a experiência de seu fluxo amodal no qual ela foi originalmente experienciada. Linguagem pode assim fraturar a experiência amodal global. A descontinuidade na experiência é introduzida²⁰⁰. (STERN, 1985:176, tradução nossa).

No exemplo acima citado - em virtude do status que a linguagem alcança tornando-se a forma privilegiada para a tradução da experiência subjetiva - a expressão, “raio de sol amarelo”, provavelmente, tornar-se-ia a versão oficial da experiência sem, contudo, recobri-la por completo. Assim como nesse caso, muitas outras experiências que desafiam a categorização verbal, tais como “certos estados contemplativos²⁰¹, certos estados emocionais e a percepção de certas obras de arte²⁰²” (STERN, 1985:176, tradução nossa), estariam fadadas a sofrer semelhante redução descritiva, quando expressas pela fala.

Da mesma forma, pensamos o quanto a experiência clínica pode ficar limitada quando é dada atenção excessiva ao recurso verbal. A linguagem falada não é a única via de expressão da subjetividade. Há toda uma gama de experiências do si que não é veiculada pela linguagem e conseqüentemente não pode ser capturada pelo “eu”, pois sua matéria expressiva é outra que não aquela produzida pela razão. Quanto da experiência global, do “estar com o outro”, ficaria excluída na tentativa de expressar a totalidade dessa experiência intersubjetiva através da fala? Ou mesmo, quanto da experiência do paciente ficaria “ausente” da sua

²⁰⁰ “Words in this case separate out precisely those properties that anchor the experience to a single modality of sensation. By binding it to words, they isolate the experience from the amodal flux in which it was originally experienced. Language can thus fracture amodal global experience. A discontinuity in experience is introduced.” (STERN, 1985:176).

²⁰¹ Já fizemos menção aos estados de consciência alterada produzidos pela utilização de drogas alucinógenas ou por práticas de yoga.

²⁰² “[...] certain contemplative states, certain emotional states, and the perception of certain works of art” (STERN, 1985:176).

narrativa, pela limitação que a própria linguagem possui como recurso descritivo das experiências vividas?

Além do empobrecimento da experiência global há um outro problema que a utilização da linguagem, através de sua função categorizadora²⁰³ da realidade, traria. Seria o efeito generalizador que a nomeação das experiências e dos objetos possui. Experiências “banais” tais como “ir para a cama” (para uma criança – STERN, 1985:177) rapidamente tornam-se uma categoria geral à qual são subsumidas uma grande diversidade de eventos específicos de “ir-se para a cama”. Cada evento sendo formado por uma complexidade de experiências, que seriam próprias da riqueza que cada momento, pela especialidade de ser único, irrepetível, encerraria em si mesmo. Esta dimensão complexa, de cada experiência, ficaria elidida quando da subsunção destas por uma categoria genérica. A linguagem, pela potência intrínseca de suas propriedades, possibilita ao “eu” subsumir uma diversidade de experiências a categorias generalizantes; ou para exprimir a qualidade de uma experiência, precisaria pinçar uma propriedade perceptual específica, referente a uma única modalidade sensorial, isolando esta do conteúdo global da experiência.

Realçamos, mais uma vez, que o objetivo não é desqualificar a importância que a linguagem possui como meio de traduzir a experiência sensível, ou como veículo de união intersubjetiva, mas de chamar a atenção para as falhas, equívocos, que a mesma introduz na tradução dessas experiências, como vemos com Stern:

Nosso ponto em demonstrar as muitas maneiras em que a linguagem é inadequada para a tarefa de comunicação de experiências-vividas específicas não é para minimizar a importância da linguagem. Melhor, é para identificar as formas de equívoco entre o mundo pessoal conhecido e o mundo conhecido oficial ou socializado como codificado pela linguagem, porque o lapso entre esses dois é uma das principais formas na qual realidade e fantasia podem iniciar a divergir. A natureza particular da linguagem, como especificadora da modalidade sensória em uso (em contraste com a não-especificidade amodal) e como especificadora de episódios generalizados ao invés de eventos específicos, assegura que haverá pontos de equívoco²⁰⁴. (STERN, 1985: 178, tradução nossa).

²⁰³ A categorização da experiência subjetiva, bem como da realidade concreta, não é uma característica exclusiva da linguagem, mas é um atributo do pensamento racional o qual atinge sua maior potência e expressão através da linguagem, como já visto nessa dissertação.

²⁰⁴ “Our point in demonstrating the many ways that language is inadequate to the task of communicating about specific lived-experience is not to minimize the import of language at all. Rather, it is to identify the forms of slippage between personal world knowledge and official or

Outros pontos nos quais a linguagem encontraria dificuldades para traduzir a íntegra da experiência seriam, principalmente, na explicitação de estados afetivos. A tradução de estados internos ou afetivos, em palavras, esbarra no embaraço para classificar qualidades implícitas da experiência subjetiva, que não se conseguiria objetivar como “isso” ou “aquilo”. Mas que seriam expressões de um gradiente de intensidade, cuja descrição verbal recairia na exigência de delimitar, com precisão, aquilo que por sua natureza imprecisa escaparia de uma categorização racional. Seria como exigir a classificação entre preto e branco para um gradiente de tons de cinza ou a descrição, verbal, da intensidade transmitida pelas cores e traços de uma pintura de Van Gogh.

A linguagem é o meio ideal para lidar com informação categórica – ou seja até o ponto em que a nomeação é possível – mas ela encontra grande dificuldade em lidar com um sistema análogo, pleno de expressão, em termos etológicos, o qual é equipado para expressar gradientes de informação. E é este gradiente de informação que pode carregar a informação mais decisiva nas comunicações cotidianas interpessoais.²⁰⁵ (STERN, 1985: 179, tradução nossa).

Mas a problemática que se instaura com a emergência da linguagem não se exaure aí. Outras formas de equívocos, na opinião do autor, são produzidos pela divergência entre a experiência vivida e a representação desta, pela conseqüente tradução verbal. A compreensão e interpretação daquilo que o outro comunica, incluindo a verbalização do seu pensamento, esbarra na dificuldade de haver uma univocidade entre o que pode ser expresso globalmente (experimentado nos domínios de relação/afinidade constituídos anteriormente ao *senso de um Eu Verbal*) e aquilo que pode ser dito e entendido pela via da linguagem.

socialized world knowledge as encoded in language, because the slippage between these two is one of the main ways in which reality and fantasy can begin to diverge. The very nature of the language, as a specifier of the sensory modality in use (in contrast to amodal nonspecification) and as a specifier of the generalized episode instead of the specific instance, assures that there will be points of slippage.” (STERN, 1985: 178).

²⁰⁵ “Language is the ideal medium to deal with categorical information – that is partly what naming is all about – but it is at a great disadvantage in dealing with an analogue system, such as fullness of display, in ethological terms, which is geared to express gradient information. And it is the gradient information that may carry the most decisive information in everyday interpersonal communications. (STERN, 1985: 179).

É muito comum na experiência cotidiana, clínica ou não, termos a nítida impressão de que aquilo que está sendo dito não corresponde ao que sentimos como verdadeiro no outro. Talvez possamos afirmar, junto com Stern, que essa sensação seria proveniente da percepção das propriedades *amodais*, ou dos *sensos de si* (emergente, nuclear e subjetivo). Contudo, estando o autor correto ou não em suas hipóteses, o que podemos dizer é que essa impressão é inquestionável. Stern traz uma anedota que marca bem essa questão. A piada relata o encontro de dois psiquiatras que se cruzam na rua, sorriem um para o outro, e saúdam-se com um simples “hello”. Então cada um prossegue pensando: “Eu me pergunto o que ele quis dizer com aquilo?”²⁰⁶ (STERN, 1985:179, tradução nossa). Para o autor, esta anedota demonstra muito bem o equívoco que existe entre a informação que é modulada via um gradiente contínuo, percebido como fluxo *amodal*, e aquela informação expressa pela via da palavra. Este equívoco impõe, aos protagonistas da estória, a tarefa de *interpretar* o que o outro disse. Ora, só existe a necessidade de interpretar aquilo que não tem obviedade em sua expressão e, no exemplo citado, o trabalho de interpretação dar-se-ia pela distância existente entre as duas versões possíveis de haver na experiência, ou seja: “como ela é vivida e como ela é verbalmente representada”²⁰⁷ (STERN, 1985:162, tradução nossa).

As experiências nos domínios que emergiram anteriormente ao *domínio de relação verbal* ocorriam, em seu auge, em um estado de “comunhão intersubjetiva” – onde “estados mentais entre pessoas podem agora ser ‘lidos’²⁰⁸” (STERN, 1985:27, tradução nossa), sentimentos e afetos compartilhados e experimentados como *comuns de dois*. Entretanto, com a emergência do *senso de um Eu Verbal*, e do conseqüente domínio de relação que coemerge com ele, produz-se uma ruptura nessa experiência de “comunhão”. A segurança do “sentir com” é abalada pelas incertezas produzidas pela ausência de obviedade no emprego do recurso verbal, quando este é utilizado para dar conta de uma experiência não tradutível por meio da linguagem.

Para o autor, há muitas experiências de “estar com o outro” que, por sua natureza complexa, encontrariam muita dificuldade de serem categorizadas ou descritas verbalmente. Características pessoais as quais podemos chamar de estilo, formadas por modulações singulares de *ritmos vitais*, são experimentadas na sua integralidade, não podendo ser

²⁰⁶ “I wonder what he meant by that?” (STERN, 1985:179).

²⁰⁷ O texto original encontra-se na página 44 desta dissertação.

²⁰⁸ Idem, página 20.

fraturadas ou ter seus elementos decompostos e isolados a fim de permitir uma análise descritiva de tal experiência. Estes aspectos seriam experimentados mais como “um raio-de-sol” (em sua dimensão global) do que como “um raio-de-sol amarelo” (em sua dimensão circunscrita a uma única modalidade sensória, nesse caso a cor).

Finalmente, para Stern, pelo advento da linguagem e do pensamento simbólico, a criança adquire a capacidade para construir um relato de sua vida pessoal, dos fatos acontecidos em seu cotidiano, incluindo os eventos passados e, também, agora poderia fantasiar acerca do seu futuro: “[...] finalmente a criança começa a construir uma narrativa da sua própria vida²⁰⁹” (STERN, 1985:162, tradução nossa). Com isso, a produção em paralelo de duas versões da experiência, uma realmente vivida e a outra narrada, passa a ser uma característica permanente e constitutiva da experiência subjetiva, isso incluindo a sua experiência de “estar com o outro”. Para o autor, essa divergência entre o vivido e o narrado seria a matriz de determinados processos psíquicos patológicos. Pela complexidade que essa discussão envolve, a manteremos fora dessa apresentação para não nos afastarmos demais de nossas proposições. Mas vejamos como Stern fala:

Com a sua emergência [linguagem], a criança torna-se alienada do contato direto com sua própria experiência pessoal. A linguagem força um espaço entre a experiência interpessoal como vivida e como representada. E é exatamente por este espaço que as conexões e associações que constituem o comportamento neurótico podem se formar. [...] Estas condensações simbólicas finalmente tornam possível a distorção da realidade e providenciam o solo para as construções neuróticas²¹⁰. (STERN, 1985:182, tradução nossa).

²⁰⁹ “[...] finally permits the child to begin to construct a narrative of his own life”. (STERN, 1985:162).

²¹⁰ “With its emergence, infants become estranged from direct contact with their own personal experience. Language forces a space between interpersonal experience as lived and as represented. And it is exactly across this space that the connections and associations that constitute neurotic behavior may form. [...] These symbolic condensations finally make possible the distortion of reality and provide the soil for neurotic constructs” (STERN, 1985:182).

4 - Considerações Finais

Chegamos ao final dessa dissertação após um percurso que diríamos nada linear. Percorremos a etologia, a antropologia social, a literatura, a filosofia e a literatura clínica entre outros domínios e temas nem sempre, ao menos aparentemente, afins com o escopo delimitado para essa pesquisa. Contudo, esse trabalho foi focado sobre a clínica psicológica e, entretanto, com segurança podemos afirmar que essa experiência não dependeria exclusivamente de técnica. Esta daria um mínimo de garantia exigida para a prática. Também não dependeria somente do conhecimento teórico. Este, assim como a técnica, seria um componente indispensável para a produção dessa experiência. Para Freud²¹¹ – que pode ser considerado o patriarca de uma tradição clínica à qual somos inegavelmente tributários – fazer sua própria análise seria condição imprescindível para tornar-se analista. Experimentar a clínica como paciente seria parte integrante da formação requerida ao terapeuta antes que esse pudesse ter essa experiência de outro lugar, como analista. Mas ao psicólogo clínico é demandado mais que técnica e conhecimento. A ele é endereçado um pedido que não diz respeito somente à sua formação acadêmica, mas que engloba toda sua experiência de vida. Como não podemos pensar a vida como um desenrolar de fatos com previsibilidade aos moldes de um trajeto pré-determinado, aparentes desvios da temática técnica não devem ser tomados como perda do rumo ao objetivo proposto, mas como o avançar em um trajeto que, assim como a própria vida, vai se delineando à medida que a caminhada começa. O direcionamento a ser seguido na clínica, assim como a experiência de uma vida, seria: um passo de cada vez.

²¹¹ “Mas se o médico quiser estar em posição de utilizar seu inconsciente desse modo, como instrumento da análise, deve ele próprio preencher determinada condução psicológica em alto grau. Ele não pode tolerar quaisquer resistências em si próprio que ocultem de sua consciência o que foi percebido pelo inconsciente; doutra maneira introduziria na análise nova espécie de seleção e deformação que seria muito mais prejudicial que a resultante da concentração da atenção consciente. Não basta para isto que ele próprio seja uma pessoa aproximadamente normal. Deve-se insistir, antes, que tenha passado por uma purificação psicanalítica e ficado ciente daqueles complexos seus que poderiam interferir na compreensão do que o paciente lhe diz”.(FREUD, 1912a).

Nosso objetivo inicial seria o de pesquisar por qual(s) via(s) a relação clínica ganharia a sua consistência. Através de qual meio se produziria o vínculo entre paciente e terapeuta e, de forma similar, o vínculo nas relações humanas em geral. Acreditamos que, se não respondemos a essa questão diretamente – é sempre muito difícil encontrar respostas objetivas quando o objeto focado é o homem e suas relações – ao menos levantamos questões que nos levam a pensar como que a vinculação se daria. Quais processos entrariam em jogo? Seriam estes processos originados a partir de uma força ou impulso? Seria este impulso, caso houver, efeito dos processos de territorialização, ou territorialização e impulsos seriam apenas expressões da complexidade do relacionar-se humano, não havendo determinantes ou determinados nessa relação? As hipóteses etológicas poderiam nos dar alguma contribuição nesse sentido? O amor, *Eros*, ainda poderia ser considerado o maior agente vinculador no contemporâneo? E se fosse, seria um impulso de caráter individual ou uma força do coletivo modulada em um arranjo particular entre dois? Das hipóteses e teorias que entramos em contato inclinamo-nos particularmente por aquelas que não atribuem a impulsos originários no indivíduo – do tipo instintivo - a determinação do vínculo. Com essa tendência, apostaríamos que os processos de vínculo surgiriam a partir dos encontros ao invés de serem motivadores dos mesmos. Preferimos os pontos de vista centrados sobre a multiplicidade de fatores coletivos que concorreriam para a produção do vínculo. Entretanto, longe estamos de nos posicionar rigidamente a esse respeito, pois até onde chegamos com essa pesquisa, preferimos não descartar, em definitivo, as diversas hipóteses já estabelecidas.

Procuramos dialogar com vários autores para tentar atingir uma compreensão mais abrangente sobre essa questão e fomos convocados a apresentar a teoria de Daniel Stern que abriu outras frentes de discussão e nos apresentou uma hipótese de trabalho afinada com nossos objetivos. Embora grande parte do trabalho de Stern possua um caráter desenvolvimentista, suas hipóteses clínicas não se restringem a uma abordagem exclusiva nesse campo e transbordam para os segmentos analíticos da psicologia clínica, ou mesmo da psicanálise²¹². Podemos destacar, entre as idéias de Stern, duas grandes vertentes que ganham valor especial para nós. Na primeira vertente, em relação direta com a questão-eixo de nossa pesquisa, vimos no conceito de *intersubjetividade* uma concepção rica sobre a experiência fundamental que possibilitaria a comunicação entre indivíduos, mas também sobre a qual todas as relações sociais se organizariam. Stern sugere que a *intersubjetividade* seria a base de

²¹² Devemos lembrar que o trabalho base para nossa discussão ganha o título: *The Interpersonal World of the Infant. A View from Psychoanalysis and a Developmental Psychology*.

qualquer interatividade social e que a partir dela capacidades como a linguagem encontrariam o suporte necessário para se desenvolverem. Não estaríamos com esse enfoque questionando a validade de qualquer hipótese até então já erigida nesse tema, mesmo porque, assim como as outras, essa seria apenas mais uma hipótese que não encerraria definitivamente a questão. Particularmente, ela torna-se interessante para nós por ser inferida a partir da experiência clínica e reforçada por toda uma série de pesquisas e descobertas científicas no domínio da neurociência, como são apresentadas pelo autor. Todavia, nossos ensaios clínicos têm nos mostrado que a *intersubjetividade* encontra-se diretamente relacionada com o compartilhar de estados internos, afetos e sentimentos, que fundamentalmente teceriam o universo subjetivo do paciente e diriam respeito à sua problemática existencial, incluindo aquilo que o faz sofrer. Estar receptivo para compartilhar o universo existencial do outro seria “estender-lhe um convite” que lhe abriria a possibilidade de sair da clausura, muitas vezes angustiante e solitária, na qual ele possa estar vivendo. “Olhar amorosamente²¹³” para o outro, já é, em nosso entender, dar o primeiro passo para uma experiência crescente de “sentir com”, que ganharia mais e mais consistência a cada encontro (sessão), onde o material compartilhado vai definindo os contornos do território subjetivo que se dá a conhecer. Por último, entendemos que, minimamente, a hipótese da *intersubjetividade* enriqueceria em muito as teorias vigentes possibilitando abertura para novas pesquisas nessa temática.

Longe ficamos de exaurir o ponto sobre o vínculo na nossa pesquisa. Ainda haveria muito a ser pesquisado, experimentado, discutido e escrito sobre este assunto. Muitos modos peculiares de vínculo ainda a serem esclarecidos, mas os limites desse trabalho tornam-se um imperativo a ser respeitado.

Fechando essa seção, citamos a fala de uma de nossas colegas (psicóloga e co-terapeuta) que muito bem aponta a diversidade de processos presentes no plano da clínica. Diz Bia: “Há um certo descontrole dela [terapeuta] que engancha com um descontrole meu”. Sabemos que o “gancho” a que ela se refere representa um elemento dessa relação que vincularia as duas, “enganchando-as” no processo clínico. Não nos cabe estar esmiuçando ou hipotetizando em profundidade qual seria a qualidade dessa matéria que engancha, basta para o momento apenas lançarmos a fala de Bia e questionarmos que tipo de matéria produziria esta expressão em uma psicóloga clínica?

²¹³Para Maturana (2004) o amor seria a capacidade que o ser humano possui para aceitar o outro naquilo que o outro é. Mais o ser humano ama quanto mais ele consegue aceitar o outro. Clinicamente entendemos que o “olhar amoroso” do qual falamos diz respeito à capacidade que o clínico possuiria de acolher as demandas de sofrimento que seus pacientes lhe apresentam.

Assim como na teoria de Stern sobre os *sensos de si*, os quais conectam-se produzindo a experiência subjetiva, não poderíamos pensar em apresentar as duas vertentes de idéias que trabalhamos, nessa dissertação, desconectadas ou separadas uma da outra. Mesmo porque, as duas “veredas” imbricam-se em um mesmo plano, o plano da clínica. Propositadamente, apresentamos a via do vínculo em primeiro lugar, pois, assim como Stern, entendemos que os processos envolvidos na produção e manutenção do vínculo seriam organizados prioritariamente produzindo o território necessário para que os demais processos presentes nas experiências inter-pessoais e intersubjetivas possam estar emergindo.

Dessa maneira, chegamos à segunda vertente de maior interesse, para nós, nas idéias do autor, e convidamos Ítalo Calvino para fazer a abertura:

“[...] ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo *menos* com respeito à totalidade do experimentável”. (CALVINO, 1988:88).

Com o desenvolvimento do trabalho nos deparamos com uma questão tão antiga quanto o próprio modo de fazer clínica em psicologia e que diria respeito a que lugar a linguagem ocuparia na clínica analítica. Não discutimos e nem pretendemos discutir nesse momento questões densas que envolvam lingüística ou que digam respeito à utilização privilegiada da linguagem, como recurso interventivo, por determinadas escolas clínicas, tanto em seus ideais de inteligibilidade quanto em sua técnica. Nossa abordagem, suportada pelas hipóteses de Stern, seria uma convocação a refletir sobre a problemática envolvendo a utilização maciça de intervenções verbais já que a subjetividade não se limitaria a processos que envolvessem exclusivamente a organização racional. Com a teoria dos *sensos de si* esse questionamento é novamente insuflado e pode ser discutido à luz dos conceitos que o autor nos apresenta.

Já que a clínica é uma experiência da ordem da sensibilidade, como “desprezar” a matéria sensível, que é percebida através de canais não verbais, e enfatizar a análise do discurso do paciente? Como focar a atenção sobre a fala muitas vezes em detrimento da experiência que se dá em outras dimensões do *si*? Rauter reafirma esse ponto em:

Não se trata de condenar a via da linguagem na clínica, mas de destroná-la de seu lugar central na produção da subjetividade. Reconhecendo os inconvenientes do regime de signos do significante como via de expressão dos afetos, sublinhamos a partir da contribuição de Stern, que a prática clínica não pode se reduzir a uma cura pela palavra, nem a atividade do analista como uma atividade de escuta. Quando Stern se refere a um fluxo da experiência amodal, que é pluridimensional, ele aponta para a necessidade de falarmos em **semióticas assignificantes**, como fazem Deleuze e Guattari, para que possamos contactar este outro plano da experiência que é uma multiplicidade enquanto conjuga vários modos de apreensão sensorial.(RAUTER, 1998:65).

Tentar codificar uma experiência amodal via fala seria, como já visto, empobrecer significativamente toda uma experiência que não se reduziria à expressividade linear que o discurso racional, mediado pela linguagem, conseguiria produzir. A linguagem em si, como apontado por Gourhan (1964), em virtude da complexificação que as sociedades atingiram ao longo de seu desenvolvimento, encontrou a necessidade de reduzir a dimensão expressiva a que aludia inicialmente: “Temos agora a certeza de que o grafismo começa não por uma representação inocente do real, mas sim do abstracto...” (GOURHAN, 1964: 189). Grafia e fonética surgem possibilitadas pela articulação de “dois conjuntos funcionais (mão-utensílio e rosto-linguagem), fazendo intervir primeiro a motricidade da mão e da cara na transformação do pensamento em instrumento de acção material e depois em símbolos sonoros”. (Gourhan, 1964:187). Contudo a relação que se estabelece entre grafia e fonética, se de início era de complementariedade na expressão do pensamento, deixa de ser, ao longo do tempo, para tornar-se uma relação verticalizada, onde a escrita vai subordinar-se à fala.

De qualquer modo, o simbolismo gráfico beneficia, relativamente a linguagem fonética, de uma certa independência: o seu conteúdo exprime, nas três dimensões do espaço, o que a linguagem fonética exprime na dimensão única do tempo. A conquista adquirida com a escrita foi precisamente a de fazer a expressão gráfica subordinar-se completamente à expressão fonética, pelo uso do dispositivo linear. (GOURHAN, 1964:195).

O ponto mais importante para nós, colocado por Gourhan, seria a redução da riqueza multidimensional que a linguagem, tanto escrita quanto falada (da qual a linguagem chinesa

seria ainda um exemplo vivo) possuía, para uma dimensão linear pobre, porém a mais precisa possível quanto seja a exigência da relação entre pensamento e realidade em grupos sociais cada vez mais complexos e extensos.

No seu estado inicial, a escrita conserva, em larga medida, parte desta visão pluridimensional; mantém-se apta a suscitar imagens mentais precisas, mas cheias de significado e susceptíveis de se poderem orientar em várias direções divergentes. Mas ao longo do tempo a linguagem escrita fonetizada e linear no espaço subordina-se completamente à linguagem verbal, fonética e linear no tempo. O dualismo gráfico desaparece e o homem dispõe de um aparelho lingüístico único, instrumento de expressão e de conservação de um pensamento, cada vez mais canalizado para o raciocínio. (GOURHAN, 1964: 209).

O desenvolvimento que a expressão do pensamento racional atinge, se por ventura é decisivo para o domínio do meio ambiente, da expansão tecnológica e da organização social, por outro lado implica em um distanciamento da “totalidade do real” (GOURHAN, 1964). O privilégio da decodificação do real via razão, limitaria não somente a expressividade da experiência concreta, mas após séculos de cultura racionalista acabaria por “embotar” a sensibilidade a frequências da experiência de si presentes no encontro com o mundo. Gourhan questiona se seria possível evocar uma evolução nesses termos:

[...] esta perda do pensamento simbólico multidimensional deve ser considerada apenas como um melhoramento na evolução dos eqüídeos, quando os seus três dedos se reduziram a um único. Se pelo contrário, considerarmos que o homem realizaria a sua plenitude num equilíbrio em que manteria contacto com a totalidade do real, poderíamos interrogar-nos se o óptimo não é rapidamente ultrapassado a partir do momento em que o utilitarismo técnico encontra, numa escrita completamente canalizada, os meios para um desenvolvimento ilimitado.(GOURHAN, 1964:211).

Entretanto, nossas questões incidem mais sobre os efeitos que o privilégio da utilização do recurso verbal produzem tanto na escuta quanto nas intervenções clínicas. Queremos sinalizar como que a escuta clínica pode ser enriquecida a partir de um deslocamento da atenção, que geralmente é demasiado direcionada para a fala do paciente,

para outros signos presentes nesse plano de experimentação. Dessa maneira a experiência clínica ganha um caráter multidimensional, onde pode ser experimentada uma subjetividade composta por “platôs de subjetivação”. Níveis diversos de subjetividade encontram-se coexistindo temporalmente sem haver entre eles uma ordem hierárquica ou a exigência de uma unidade que seja identificadora dessa experiência. Esse plano da clínica, o qual entendemos ser a expressão de um território existencial sentido como “comum de dois” (embora nunca deixando de ser coletivo, apenas momentaneamente ganhando a sensação de estar restrito à dinâmica da relação existente entre analista e analisando), seria habitado por conteúdos simbólicos culturais, histórico-sociais e histórico-individuais, mas também, por materiais não simbólicos, signos expressivos de diversas naturezas (como concebidos na etologia), *afetos categorizados* diversos (o que remete a uma semiótica emocional) e *afetos de vitalidade* não pertinentes a qualquer tipo de codificação simbólica prévia, mas fazendo parte de uma experiência de sentido pessoal emergente no encontro clínico. Há toda uma gama de frequências nessa experiência que é composta por materiais heterogêneos, componentes indissociáveis dos processos de subjetivação expressos por cada um. Modulações sutis de forças do coletivo que passam através deste plano/território e momentaneamente (pois estão sempre em movimento, em constante transformação - Guattari & Rolnik, 1986) são capturadas em modos singulares de expressão. Na clínica, esses componentes em conjunto produzem, como efeito, uma experiência comum, um “sentir com” que em nossa aposta de trabalho possibilitaria a clínica acontecer e que em si mesma – essa experiência - seria o agente vinculador fundamental nessa relação.

Novamente tomaremos como exemplo um caso clínico apresentado por M.Khan, que se intitula “*Ouvir com os olhos: notas clínicas sobre o corpo como sujeito e objeto*” (KHAN, 1974). A tônica do caso gira em torno da sensibilidade do analista que, ao ouvir o relato de sua paciente, tem “a mesma impressão que se tem quando se vê, na televisão, uma imagem com fantasma: havia duas pessoas distintas superpostas, mas era difícil saber quem era qual”(KHAN, 1974:288). Não se trata de duvidar do que o paciente relata, ou apostar em algum equívoco inconsciente, do tipo *lembranças encobridoras*²¹⁴ ou mesmo “falsa memória”, produzido por algum mecanismo de defesa psíquico, mas de haver uma

²¹⁴ “Pelos processos, que os senhores já conhecem, de condensação e, mais especialmente, de deslocamento, aquilo que é importante é, contudo, substituído na memória por alguma outra coisa que parece sem importância. Por essa razão denominei a essas lembranças da infância ‘lembranças encobridoras’ e, com uma análise minuciosa, pode ser extraído delas tudo o que foi esquecido”.(FREUD, 1915-1916).

experiência, para além da cobertura que a fala alcança, se processando concomitantemente e cujos meios para percebê-la seriam o olhar e a intensidade dos afetos, como vemos:

Não tive em mãos, até hoje, nenhum trabalho que discuta a contribuição feita ao nosso conhecimento e experiência de um paciente através do olhar para a pessoa dele ou dela como um corpo, em oposição a olhar para o material verbal e as reações afetivas na situação analítica. É evidente que todo analista olha para o paciente, mas a questão é: quanto ele usa desta informação perceptiva, e de que modo.(KHAN, 1974:298-299).

Já sabemos que o sistema de referências teórico que este autor trabalha não lida com a hipótese de haver uma subjetividade estratificada em *sensos*, pelo contrário, para Khan o estado que sua paciente lhe apresentava era patológico, seria um *estado dissociativo*²¹⁵. Entretanto, como já o fizemos, estamos relendo o caso apresentado sob a referência das hipóteses de Stern e, nesse momento, estamos enfatizando o caráter de sensibilidade do analista na captura de matérias subjetivas não circunscritas à fala do paciente. Mesmo não havendo uma equivalência teórica entre Stern e Khan, vemos que o segundo autor também aposta na presença de materiais subjetivos para além do discurso.

O argumento básico deste trabalho é que as realidades experienciais humanas empregam e se comunicam por outros meios além da linguagem, e trocam importantes dados através de aparelhos de ego que não a fala.(KHAN, 1974:301).

O caso ganha um desfecho, tão brilhante quanto o já citado anteriormente, onde a interpretação do autor, mais uma vez, é certa tendo como base tanto os afetos sentidos em si, quanto as impressões que o contato com a paciente, no *setting* terapêutico, produziam e o autor enfatiza que: “Foi ao *ouvir com os meus olhos* que eu, espontaneamente, prestei mais atenção. Numa sessão, experimentei mesmo fechar os olhos e ouvir apenas a sua narrativa

²¹⁵ “A dissociação pode ser estudada com proveito nas suas formas iniciais e naturais. De acordo com o meu ponto de vista, da não integração nasce uma série do que chamamos, então, dissociações, que aparecem por ser a integração incompleta ou parcial [do ego]”. (WINNICOTT *apud* KHAN, 1974: 297).

com os ouvidos. E o que ouvi foi um tranqüilo relato de bizarras e perversas ocorrências vividas pelo corpo de uma menina.” (KHAN, 1974:301).

Se precisamos de um “ouvido” adequado para captar todas as nuances da experiência subjetiva que se apresenta na clínica e de acordo com as hipóteses que Daniel Stern tece sobre o desenvolvimento humano, podemos afirmar que a matéria que comparece nessa experiência não seria um bloco sólido, compacto, uma vez que o experimentamos multidimensionalmente. A perspectiva de uma subjetividade monolítica encerrada em um sujeito, constituído por estruturas que fundam seu pensamento ou condicionam sua maneira de relacionar-se com o outro, não se sustenta quando deslocamos nosso “ouvido”, de uma escuta viciada na fala, para frequências normalmente relegadas a um plano secundário, ou mesmo esquecidas da clínica.

Devemos nos aproximar dessa experiência com outros “olhos”, para com isso poder descobrir que na superfície, aparentemente sólida da identidade cristalizada, aos poucos “surtem portas aqui e acolá no meio das rochas” (BENJAMIN, 1987:147). A imagem de “rochas porosas”, no ensaio de Benjamin, nos leva a pensar a experiência de si sendo atravessada por “poros” de fuga, que possibilitam à existência escapar da imobilidade rochosa aprisionante de uma experiência de sofrimento. Nesse modo “poroso” de ser: “Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo o sempre; nenhuma forma declara o seu ‘desta maneira e não de outra’”. (BENJAMIN, 1987:148).

Concluimos essa seção, e esse trabalho, trazendo uma citação do mesmo autor que consta na epígrafe, extraída do capítulo Precisão:

Às vezes me parece que uma epidemia pestilenta tenha atingido a humanidade inteira em sua faculdade mais característica, ou seja, no uso da palavra, consistindo essa peste da linguagem numa perda de força cognoscitiva e de imediaticidade, como um automatismo que tendesse a nivelar a expressão em fórmulas mais genéricas, anônimas, abstratas, a diluir os significados, a embotar os pontos expressivos, a extinguir toda centelha que crepita no encontro das palavras com novas circunstâncias”. [...] “Por isso o justo emprego da linguagem é, para mim, aquele que permite o aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras.” (CALVINO, 1988:72; 91).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

Livros

- BERNARDES, A.** (2003) Tratar o Impossível a função da fala na Psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2003.
- BÉRGSON, H.** (1907) A Evolução Criadora. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964.
- BERGSON, H.** (1934) O Pensamento e o Movente, in Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.
- BUCK, W.** (1976) Ramayana. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- CALVINO, I.** (1988) Seis Propostas para o Próximo Milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1994.
- CALVINO, I.** (1972) As Cidades Invisíveis. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CANGUILHEM, G.** (1966) O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 5ª edição, 2002.
- CHATELET, F.** (1962). Logos e Praxis. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1972.
- DANIELOU, A.** (1949) Yoga The Method of Re-integration. New York: University Book Publishers, 1949.
- DARWIN, C.** (1859). *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. 1859, Ebooks.
- DARWIN, C.** (1863). A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- DELEUZE, G.** (1969). Lógica do Sentido. 4ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.** (1980). MIL PLATÔS Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997, edição eletrônica.
- DELEUZE, G.** (1981) Espinosa Filosofia Prática, São Paulo: Editora Escuta Ltda, 2002.
- DESCARTES, R.** (1641) Meditações in Os Pensadores, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

_____ (1637) O Discurso do Método in Os Pensadores, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

DOBZHANSKY, T. (1961). O homem em evolução. 2º ed., São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, Ed. Polígono, 1968.

EIBL-EIBESFELDT, IRENÄUS. Etología, Introducción al Estudio Comparado del Comportamiento. Barcelona: Ediciones Omega, S.A., 1979.

ELIAS, N. (1984) Sobre el Tiempo. Madrid: Libros Tauro, 1989.

ESPINOZA, B. (1979) A Ética. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1973. 2ª edição 1979.

FLAVELL, J. (1986). A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1986.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. (1979). 14ª edição. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1999.

FREUD, S. (1912) A Dinâmica da Transferência. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1912a) Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915-1916) Conferência XIII - Aspectos Arcaicos e Infantilismo dos Sonhos, parte II – Sonhos. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1916-1917) Conferência XXVII Transferência. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1920) Além do Princípio de Prazer. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1921) Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1929/30) O Mal Estar na Civilização. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1937) Análise Terminável e Interminável. In: *Edição Eletrônica Standard Brasileira das Obras Completas*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1986). Micropolítica Cartografias do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

- _____ (2004). *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.
- GUILLAUME, P.** (1937) *Psicologia da Forma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- LEROI-GOURHAN, A.** (1964). *O Gesto e a Palavra. 1 – Técnica e Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LORENZ, K.** (1966) *On Agression*. Great Britain: University Paperback, 1966.
- KANDEL, E.; SCHWARTZ, JAMES H. E. JESSEL; THOMAS M.** *Fundamentos da Neurociência e do Comportamento*. São Paulo: PHB, 2000.
- KASTRUP, V.** (1999). *A Invenção de Si e do Mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas, SP: Editora Papirus, 1999.
- KHAN, M.M.R.** (1974) *Psicanálise: Teoria. Técnica e Casos Clínicos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.
- KOYRÉ, A.** (1963). *Considerações sobre Descartes*. 2a edição. Lisboa: Editorial Presença. (edição eletrônica).
- MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G.** (1993) *Amar e Brincar – Fundamentos Esquecidos do Humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.
- NIKHILANANDA, S.** (1942). *The Gospel of Sri Ramakrishna*. New York: Ramakrishna-Vivekananda Center, 1984.
- OVÍDIO** (2003). *Metamorfoses*. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2003.
- PASSOS, E.; BARROS, R.** (2004) *O que pode a clínica? A posição de um problema e de um paradoxo*. In: Tania Mara Galli Fonseca; Selda Engelmsn (Org.). *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre, 2004, v. 1, p. 275-286
- PASSOS, E.; BARROS, R.** (2000). *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.
- _____ (2001) *Clínica e Biopolítica na Experiência do Contemporâneo*, in *Psicologia Clínica*. Vol. 13. Rio de Janeiro, 2001.
- PIAGET, J.** (1964) *A Formação do Símbolo da Criança. Imitação, Jogo e Sonho Imagem e Representação*. Neuchâtel: Editions Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, Suíça, Copyright, 1964.
- _____ (1967). *Seis Estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- _____ (1970) *A Epistemologia Genética*, in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1975.

- PLATÃO.** O Banquete. Belo Horizonte, MG: Biblioteca Virtualbooks, 2000/2003.
- ROSA, J. G.** (1967) Grande Sertão: Veredas. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROLNIK, S.** (1989) Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo. São Paulo, SP: Editora Estação Liberdade, 1989.
- _____ (2005) Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia. In: *Lygia Clark, de l'oeuvre à l'événement. Nous sommes le moule, à vous de donner o souffle*, catálogo de exposição, Suely Rolnik & Corinne Diserens (Eds.). Nantes: Musée de Beaux-Arts de Nantes, 2005 . Tradução brasileira: *Lygia Clark, da obra ao acontecimento. Somos o molde, a você cabe o sopro*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2006.
- _____ (1996) Deleuze, esquizoanalista, *Cadernos de Subjetividade* num. esp. *Gilles Deleuze* (org. Suely Rolnik e Peter Pál Perlbart), Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, jun. 1996; 82-89.
- SCHULTZ, DUANE P.; SCHULTZ, SYDNEY E.** (1981). História da Psicologia Moderna. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 1981.
- SHAKESPEARE, W.** Romeu e Julieta. Belo Horizonte, MG: Biblioteca Virtualbooks, 2000.
- STERN, D.** (1985) The Interpersonal World of the Infant. A View from Psychoanalysis and Developmental Psychology. USA: Basic Books, 1985.
- _____ (1985) O Mundo Interpessoal do Bebê. Uma Visão a partir da Psicanálise e da Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., RS, 1992.
- _____ (2004) O Momento Presente na Psicoterapia e na Vida Cotidiana. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- Sobre a Doxa na internet : <http://bocc.ubi.pt/pag/bento-antonio-socrates-platao.html>
- UEXKÜLL, J.** (1913) Dos Animais e dos Homens. Lisboa: Livros do Brasil, LDA.
- VYGOTSKY, L. S.** A formação Social da Mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,SP, 1991. 4ª edição brasileira.
- WALLON, H.** (1971) As Origens do Caráter na Criança. Os Prelúdios do Sentimento de Personalidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- WINNICOTT, D. W.** (1953) O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.
- _____ (1953a) La Contratransferencia. In Obras Completas, edição eletrônica.
- ZIMMER, H.** (1951) Filosofias da Índia. São Paulo: Editora Palas Athena, 1986.

Teses - Monografias

ABBÊS, C. E. B. (2002) Interferir entre Desejo e Capital. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. PUC – São Paulo, 2002.

BRAZÃO, J. C. (2004) Emoção na Fronteira entre o Psíquico e o Somático. Monografia de fim de curso apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2004.

PASSOS, E. (1992) O Sujeito Cognoscente entre o Tempo e o Espaço. Tese de doutorado, UFRJ, 1992.

RAUTER, C. (1998) Clínica do Esquecimento: Construção de uma Superfície. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1998

Artigos

ADES, C. (1987) Quando a Mosca Imita a Aranha. In: Ciência Hoje. São Paulo: Editora Abril Cultural, volume 6, número 36, 1987.

Filmografia

WENDERS, W. Asas do Desejo. Alemanha, 1987.

Internet

DARWIN na internet: http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Darwin.

DELEUZE, G. (1995) *Immanencia : uma vida*, in Educação & realidade, *Dossie Gilles Deleuze*, V.27, n°2, juillet/décembre 2002. In:

http://www.dossie_deleuze.blogger.com.br/index.html

Doxa na internet : <http://bocc.ubi.pt/pag/bento-antonio-socrates-platao.html>

PIAGET na Internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Piaget>

<http://penta.ufrgs.br/~marcia/biopiag.htm>

Musicografia

BELCHIOR. “Na Hora do Almoço”. Álbum Auto Retrato. BMG, Brasil, 1999.

GIL, G. “Parabolicamará”. Álbum Parabolicamará. WEA, 1992.

NASCIMENTO, M. “A Cigarra”. In Simone, “O Talento de Simone”. EMI-Odeon, 1995.